



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

## ASSENTAMENTO RURAL: UM NOVO MOMENTO DE OCUPAÇÃO ECONÔMICA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

**Raimundo Pires da Silva**

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Instituto de Economia da UNICAMP  
para obtenção do título de Mestre em  
Desenvolvimento Econômico, Espaço e  
Meio Ambiente – área de concentração:  
Economia Agrícola e Agrária, sob a  
orientação do Prof. Dr. Bastiaan Philip Reydon.

*Este exemplar corresponde ao original da  
dissertação defendida por **Raimundo Pires  
da Silva** em 24/07/2003 e orientada pelo  
Prof. Dr. Bastiaan Philip Reydon.*

CPG, 24/07/2003

Campinas, 2003

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

|            |                                     |
|------------|-------------------------------------|
| UNIDADE    | BC                                  |
| Nº CHAMADA | 711/Unicomp                         |
|            | 5.38a                               |
| V          | EX                                  |
| TOMBO BC/  | 58876                               |
| PROC.      | 16-P. 117.04                        |
| C          | <input type="checkbox"/>            |
| D          | <input checked="" type="checkbox"/> |
| PREÇO      | 11,00                               |
| DATA       | 13/07/2004                          |
| Nº CPD     |                                     |

CM00198464-9

Bibid: 317655

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

Si38a Silva, Raimundo Pires.  
Assentamento rural : um novo momento de ocupação econômica no Pontal do Paranapanema / Raimundo Pires Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Bastiaan P. Reydon.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Assentamentos humanos – Zona rural – Pontal do Paranapanema. 2. Assentamentos humanos - Zona rural – Teodoro Sampaio. I. Reydon, Bastiaan. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos amigos Bio e Valter, por manter acesa a chama da luta pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema.

Agradeço ao Prof. Bastiaan P. Reydon, pela paciência e dedicação com que orientou a elaboração desta dissertação deste “velho mestrando”, com seus vícios e dificuldades.

Agradeço aos Profs. Pedro Ramos e Ademar Romeiro, pelas sugestões quando participaram na banca de qualificação.

Agradeço ao Prof. José Graziano, pela nova chance nesse curso de mestrado.

Agradeço a todos os professores, funcionários e colegas do Instituto de Economia, em especial, do Núcleo de Economia Agrícola, pela convivência prazerosa e intelectualmente produtiva e estimulante.

Agradeço aos assentados, aos dirigentes da Cocamp, aos técnicos do Itesp e aos comerciantes de Teodoro Sampaio, que aceitaram ser entrevistados e contribuíram, de forma essencial, para a realização desta pesquisa.

Agradeço aos meus amigos Maya, Otávio, Fernando (Karina), Otávio (Tavico), Storel, Newton e, em especial, ao Osvaldo pelo estímulo e apoio.

Agradeço aos meus familiares pela solidariedade, principalmente, à minha tia Lúcia, pelo apoio.

Agradeço à Emery, minha mãe, pelo seu exemplo de integridade, perseverança e pelo seu amor que me fizeram chegar ao fim desta caminhada.

Agradeço à Diva e ao Rafael, pelo amor, pela paciência e solidariedade que tiveram nesta jornada.

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

# SUMÁRIO

|                                                               |           |
|---------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                             | <b>1</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 – ASSENTAMENTOS RURAIS</b>                      | <b>3</b>  |
| Os Assentamentos Rurais e a Questão Agrária                   | 3         |
| Referências Analíticas sobre Assentamentos e a Economia Local | 13        |
| <b>CAPÍTULO 2 – OCUPAÇÃO ECONÔMICA DO PONTAL</b>              | <b>19</b> |
| O Latifúndio Assenhoreando as Terras Públicas                 | 20        |
| Conflito Fundiário: um breve relato                           | 26        |
| Os Assentamentos Rurais                                       | 31        |
| <b>CAPÍTULO 3 – OS ASSENTAMENTOS E A ECONOMIA DE TEODORO</b>  | <b>35</b> |
| Aspectos Metodológicos da Pesquisa de Campo                   | 35        |
| Caracterização do Município de Teodoro Sampaio                | 41        |
| Efeito dos Assentamentos Rurais na Economia Municipal         | 46        |
| Determinação do Gasto do Assentado na Economia Municipal      | 68        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                   | <b>77</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b>                                           | <b>81</b> |
| <b>ANEXOS</b>                                                 | <b>89</b> |
| Roteiro e Resultados da Pesquisa de Campo                     | 89        |
| Geomorfologia e Pedologia do Pontal do Paranapanema           | 95        |
| Erosão e Pluviosidade do Pontal do Paranapanema               | 96        |

## **RESUMO**

A dinâmica que os assentamentos rurais estabelecem com o local onde se situam vai além das questões eminentemente rurais, pois também ocorre no ambiente urbano.

Esta dissertação tem como objetivo captar as mudanças provocadas pelos assentamentos rurais no município onde se situam.

Para tanto, procurou-se mensurar o efeito dos assentamentos sobre a economia local, por meio da construção de indicadores que refletissem o significado econômico dos assentamentos no seu entorno, revelando o potencial do gasto dos assentados e seus efeitos na economia do município em que estão localizados.

## INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais estão formando novos personagens comprometidos com o desenvolvimento social e econômico da região onde se situam.

A dinâmica econômica que esses assentamentos rurais estabelecem com a região onde se situam vai além das questões eminentemente rurais, pois ocorre também no urbano, no que se refere às questões que envolvem produção, emprego, qualidade de vida, etc., como bem observa Gomes da Silva (1996: 146).

A realização de estudos que estimem o efeito econômico dos assentamentos rurais nos municípios pode sugerir indícios do significado destes no desenvolvimento local, constituindo uma necessidade imperiosa, num momento em que a luta pela reforma agrária se expande no cenário nacional com o apoio da sociedade.

Entretanto, na já significativa literatura acumulada sobre assentamentos rurais no país, são praticamente inexistentes os estudos voltados para a avaliação sobre os efeitos dos assentamentos rurais na economia da região ou do município em que se situam<sup>1</sup>.

Com esta preocupação, procurou-se pautar esta dissertação no debate sobre os efeitos dos assentamentos rurais na economia local, no sentido de captar as mudanças provocadas por eles sobre o ambiente municipal no qual se localizam.

Para tanto, buscou-se construir indicadores que refletissem o significado econômico dos assentamentos no seu entorno, revelando o potencial dos gastos dos assentados sobre a economia municipal.

---

<sup>1</sup> Os estudos sobre os efeitos dos assentamentos rurais na economia local são apresentados no Capítulo 1 dessa dissertação.

Esta dissertação versa sobre os efeitos dos assentamentos rurais na dinâmica econômica de cidades que têm como principal fomento de crescimento econômico as atividades agropecuárias<sup>2</sup>.

A região definida para estudo foi a do Pontal do Paranapanema, localizada no sudoeste do Estado de São Paulo. Porém, para a análise de caso sobre o efeito dos assentamentos rurais na economia municipal, escolheu-se o município de Teodoro Sampaio.

A diversidade de experiências e o tempo de existência dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema, mais especificamente no município selecionado, possibilitaram realizar uma reflexão crítica e analítica dos efeitos dos mesmos na economia dos municípios sob sua área de influência. Para tanto, formulou-se a seguinte pergunta: a demanda dos assentados dinamiza a economia do local em que se situam?

Como hipótese, considerou-se que os assentados, ao se estabelecerem sobre um território, formam uma série de relações com a economia desse território, dotando-a de dinamismo.

Além desta introdução, este estudo é composto por três capítulos. No primeiro, há uma reflexão sobre os assentamentos como alternativa ao excedente populacional e ao desemprego, enquanto política de inclusão social, bem como referências analíticas sobre a inserção local dos assentamentos. No segundo, procura-se compreender os determinantes socioeconômicos da ocupação do Pontal do Paranapanema. Por fim, no terceiro capítulo, constata-se o efeito dos assentamentos sobre a economia municipal, a partir de dados secundários conjugados com as informações coletadas na pesquisa de campo, demonstrando o potencial do gasto dos assentados na economia municipal de Teodoro Sampaio.

Com essa análise de caso, espera-se corroborar com as teses que confirmam as possibilidades da Reforma Agrária como instrumento de desenvolvimento justo e equitativo para este país.

---

<sup>2</sup> São cidades que têm como características de seu desenvolvimento a interação entre a dinâmica produtiva do meio rural e o crescimento econômico do meio urbano.

## CAPÍTULO 1 – ASSENTAMENTOS RURAIS

Neste capítulo, procurou-se realizar uma reflexão sobre o novo personagem que está se formando no meio rural brasileiro – os assentamentos rurais –, na perspectiva da inclusão social e da economia local<sup>3</sup>. Para tanto, situa-se, num primeiro momento, o debate da questão agrária e os assentamentos rurais e, em seguida, pontua-se uma série de estudos sobre os assentamentos rurais e a economia local.

### **Os Assentamentos Rurais e a Questão Agrária**

Na sua história o espaço rural brasileiro passou por um processo de acumulação de capital denominado de modernização conservadora<sup>4</sup>, cujas transformações resultaram numa agricultura moderna, complexa, diversificada e industrializada, mas também com altas taxas de concentração fundiária e de renda, além de concentração populacional nas cidades (resultante do êxodo rural).

No caso brasileiro, perpetuou-se uma agricultura de altos e crescentes custos sociais. Para Conceição Tavares (1999: 230), a natureza e o acelerado processo capitalista de transformação da agricultura brasileira podem ser resumidos da seguinte forma:

A velocidade e a natureza do processo de transformação das bases técnicas e econômicas da agricultura não tiveram, porém, correspondência nos planos da justiça social e da democratização política. A terra e a riqueza continuaram sendo concentradas por força dos novos interesses agroindustriais, da expansão da fronteira e dos interesses agrários tradicionais, que se verificam com maior intensidade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Assim, a questão agrária foi sendo empurrada pela modernidade e pouco se modificando a estruturação das relações sociais e de poder nos níveis regional e local, continuando de cunho claramente autoritário e socialmente predatório.

---

<sup>3</sup> O enfoque da economia local está baseado na integração entre o espaço e a organização, a estrutura e as trocas dos setores de produção. Representa uma unidade de referências.

<sup>4</sup>Para uma síntese didática desse conceito, ver o Capítulo 1 de Graziano (1996).



É neste contexto de acumulação por onde caminhou a agricultura nacional que estão centrados os debates e as interpretações da questão agrária brasileira.

Um dos expoentes desse debate, Caio Prado (1977), afirmava que o problema agrário nacional é suscitado na própria transformação capitalista que ocorreu no meio rural brasileiro. O plano de análise do autor é a relação de produção da economia agrária nacional. Para ele, a questão agrária estava expressa na miséria permanente da massa de trabalhadores rurais e no contingente populacional que migra para as cidades. Para o autor, estas questões tratavam do problema agrário nacional e, sendo um fato patológico grave, só havia uma terapêutica: a Reforma Agrária.

Para outro expoente no debate agrário, Furtado (1986), os problemas agrários se expressam no seguinte cenário:

(...) as terras continuam a ser abundantes e a oferta de mão-de-obra permanece elástica no que respeita ao conjunto do setor agrícola. Em face dessa abundância de recursos, a extrema concentração da propriedade da terra permite a empresa agro-mercantil impor à população rural salários ínfimos; por outro lado, o baixo custo da mão-de-obra transforma-se em barreira à penetração do progresso técnico, perpetuando-se uma agricultura de altos e crescentes custos sociais, responsável pela degradação dos recursos naturais do país

Furtado observa, ainda, que o sistema de privilégios concedidos à empresa agromercantil, instrumento de ocupação do território nacional, é uma das causas da extrema concentração da renda nacional:

Sem um tratamento de fundo desse problema, dificilmente desenvolvimento significará no Brasil mais do que modernização de uma fachada, à margem da qual permanece a grande massa da população do país.

Do enfoque analítico de Furtado, percebe-se que é do cenário da pobreza rural que emerge a questão agrária.

Para Guimarães (1963), a questão agrária brasileira se desdobra numa estrutura agrária com restos feudais, sendo que esta realidade agrária impõe limites à industrialização e ao desenvolvimento capitalista. De acordo com o

autor, o latifúndio feudo colonial, devido ao seu duplo monopólio, torna-se responsável pelo atraso do desenvolvimento do mercado interno nacional e também pelo baixo poder aquisitivo das populações rural e urbana. A questão agrária emerge da incompatibilidade entre a estrutura agrária arcaica e o desenvolvimento capitalista.

Já para Rangel (2000: 143/168), outra importante referência no debate agrário, a incapacidade de absorção da mão-de-obra liberada nesse processo aguçado de industrialização e de modernização da agricultura produziu uma superpopulação, a qual vinha permanecendo estruturalmente em condições precárias de emprego (e/ou desemprego) ou de ocupação. Para o autor, um dos mais complexos problemas estava no fato de se ter um desmantelamento da mão-de-obra agrícola sem um processo paralelo de organização da economia social:

Um descompasso entre os dois processos – de liberação de mão-de-obra pelo complexo rural ou autarcia familiar e de integração dessa mão-de-obra no quadro da economia social (de mercado ou socialista) – é precisamente o traço dominante do fenômeno estudado como crise agrária.

Assim, o problema agrário foi se conformando, visto que os setores da economia social (incluindo a moderna agricultura capitalista e os novos setores da indústria) não conseguiam absorver a população liberada das atividades rurais – o êxodo converte o excedente populacional rural em excedente populacional urbano.

Na verdade, a mão-de-obra rural se urbanizou não porque a cidade precisava dela, mas simplesmente porque a economia rural em que esta população estava inserida se desagregou. Isto impôs pesados ônus ao quadro urbano, pois, de algum modo, este contingente migrante do meio rural foi suprido de serviços essenciais à sua sobrevivência, elevando sensivelmente o custo social de sua localização.

Em outros termos, na questão agrária, Rangel (2000: 155) aponta o seguinte:

Alojar de algum modo essa população adventícia, suprir-lhe os serviços indispensáveis (transportes, serviços edíficos, saúde, educação) emergiam

como preocupação dominante de toda a vida política nacional. E esses problemas, precisamente, novos avatares dos velhos problemas agrários, é que agora deverão ser apreciados como cerne de toda nossa presente problemática sociopolítica.

Os eixos analíticos da questão agrária dos autores clássicos – Caio Prado, Inácio Rangel, Alberto Passos Guimarães e Celso Furtado – se contextualizaram no excedente populacional, como mostra o ensaio de Kageyama (1993: 17):

(...) nas quatro interpretações a questão agrária não se confunde de maneira simplista com a concentração fundiária. Embora a propriedade da terra e as formas históricas de sua ocupação tenham papel fundamental na conformação dos problemas agrários no Brasil, a expressão desses problemas dá-se no plano da população, seja sob forma de um excedente estrutural de mão-de-obra (população sobrando, de Rangel); seja sob formas extorsivas e extra-econômicas de exploração do trabalho (Alberto Passos); seja sob o sistema de baixos salários e desamparo legal que perpetua a pobreza rural (Caio Prado e Celso Furtado):

Mais recentemente, nos anos 90, observou-se no meio rural a transição da “modernização conservadora” para o regime de “liberalização econômica e de desmontagem do aparato de intervenções do Estado” no setor rural, como expressa Delgado (2001: 14-15):

(...) o desenvolvimento econômico da agricultura já não é um projeto político prioritário na agenda do estado e tampouco o é o projeto de industrialização que puxara antes a modernização agropecuária. Agora a prioridade está posta no setor externo(...).

A integração externa da economia rural nos dias de hoje está protagonizada pelas grandes corporações internacionais do comércio da indústria de *commodities*, livres de quaisquer restrições relativas às políticas nacionais (Delgado, 2001: 15). Segundo este autor, a liberalização comercial e financeira desmonta a modernização conservadora sem apontar rumos para um novo momento de crescimento agrícola no país, culminando na estagnação do *agribusiness* brasileiro.

Este novo momento da economia nacional, confere muita atualidade as discussões postas por Rangel, como mostra Graziano (2001: 2-3):

(...) o projeto de modernização do país imposto pela coalizão de forças vitoriosas em 1994 vem até agora combinando uma política externa de irrestrita abertura econômica com políticas internas recessivas, capitaneadas por juros altos e restrição de crédito. Para a agricultura, o resultado dessa conjugação não poderia ser pior: preços agrícolas em queda, endividamento crescente de praticamente todos os segmentos produtivos relevantes do setor agropecuário e uma depreciação patrimonial resultante da queda acentuada dos preços da terra e de outras formas de reserva de valor, como gado e outros estoques de commodities tradicionais. Permanecendo este cenário, parece inevitável o agravamento da crise agrária (...).

Neste cenário, a questão agrária permanece a mesma, pois ainda se identifica com o que há de essencial no debate clássico: a alta concentração fundiária e de renda; a heterogeneidade e a complexidade do sistema produtivo convivendo com as baixas condições de vida de parte significativa dos produtores familiares e dos empregados rurais; o desemprego rural. Assim, o êxodo rural e o desemprego urbano ainda são os principais componentes da questão agrária brasileira.

Percebe-se que, mesmo depois de quarenta anos da modernização conservadora e de liberalização econômica ora em curso, o conceito da questão agrária no plano da população excedente permanece profundamente atual.

Delgado (2001: 16), refletindo sobre as conquistas sociais e democráticas das últimas décadas e o debate atual da questão agrária, argumenta o seguinte:

Somente nesta última década, como fruto de conquistas parciais da democracia inaugurada pela Constituição de 1988 alguns avanços houve no campo dos direitos sociais e no Programa de Reforma Agrária. Mas tais mudanças ocorrem em situação de profundo agravamento dos problemas impropriamente agrários<sup>5</sup>, como sejam a estagnação industrial e da demanda externa, fato que provocará pelo desemprego aberto ou disfarçado uma exacerbação da questão agrária aos limites do paroxismo (...).

---

<sup>5</sup> Conceito de Rangel (2000).

Contudo, há uma pressão social que se esboça no cenário nacional através dos conflitos fundiários, das ocupações de latifúndios, das mobilizações de massa e das lutas sindicais (amplamente divulgadas na imprensa), que estão em todos os momentos recolocando a reforma agrária no contexto das políticas públicas.

É neste contexto complexo, desigual e de exclusão social e econômica, de luta e mobilizações sociais e de conquistas sociais em que se expressa a questão agrária brasileira, que se insere o debate sobre os assentamentos rurais.

Os assentamentos rurais, mesmo que não estejam centrados num processo nacional de Reforma Agrária<sup>6</sup> e ainda permaneçam no bojo de lutas e da organização social<sup>7</sup>, possuem um valor estratégico no campo do desenvolvimento com justiça social, pois se constituem numa área reformada que possibilita moradia, comida, emprego, lazer e cidadania a um contingente significativo de trabalhadores que não têm nenhuma perspectiva de inserção produtiva na sociedade urbana moderna. Trazem no seu horizonte algumas alternativas econômicas e sociais para uma parte significativa da população brasileira, que se encontra marginalizada e excluída do processo de produção vigente.

Os assentamentos rurais vão se formando no cenário nacional como uma política de “inclusão social” e têm estimulado alternativas em contraposição ao desemprego e à exclusão social, absorvendo os excedentes populacionais, apresentando algumas respostas aos problemas colocados no plano do excedente de mão-de-obra – decorrente do crescimento da produtividade do trabalho no interior dos complexos agropecuários e da falta de emprego na cidade (assertiva de Rangel, 2000).

---

<sup>6</sup> Nos dados divulgados pelo Incra, referentes aos assentamentos de reforma agrária, constata-se que existem 490 mil famílias assentadas, assim distribuídas: 62% na região amazônica; 22% no Nordeste; 10% no Centro-Sudeste; e 6% na região Sul ([www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)).

<sup>7</sup> Segundo Palmeira (1994: 7) “As medidas que resultaram nos assentamentos do período democrático, sem serem exatamente massivas, foram tomadas quase simultaneamente, atingiram diferentes regiões do território nacional, possuíam no horizonte um plano nacional de reforma agrária, e, contemplando basicamente áreas de conflito, tiveram por trás uma mobilização de trabalhadores sem equivalentes (...)”.

Segundo Gomes da Silva (1996: 185), o excedente populacional se expressa da seguinte forma:

A equação da migração é simples e óbvia: o rurícola é expulso do campo, na cidade não tem emprego e a favela, onde costumava refugiar-se, está hoje ocupada pelo crime organizado. Daí, só existem dois caminhos: ou ele se incorpora à marginalidade – criminosa ou não – ou pressiona o recurso disponível, isto é, a terra ociosa que não cumpre sua função social, alistando-se no MST.

No interior dos assentamentos rurais, está sendo formado um conjunto de possibilidades que permitam às pessoas exercerem seu direito à cidadania, como aponta Stédile (1998):

Quando uma família é assentada (...), por mais dificuldades que passe a enfrentar, por menor que seja seu acesso a bens de consumo, mesmo assim em todos esses assentamentos são sanados os seguintes problemas: não há mais fome, todos têm trabalho o dia inteiro (...), todos conseguem ter moradia decente, em todos há escolas de primeiro grau. E a incidência de enfermidades cai vertiginosamente.

Outro aspecto importante é o potencial da reforma agrária na geração de empregos. Nogueira Jr e Reydon (1996) mostram esse potencial através de uma simulação em que se supõe que, se 10% das terras das ociosas fossem destinadas para assentamentos rurais, chegaria-se aos seguintes resultados<sup>8</sup>, em termos de emprego:

- nos 10% das terras ociosas catalogadas pelo IBGE, existiriam 796.460,3 postos de trabalho em potencial, o que corresponde a 3,6% da PEA agrícola do país;
- nos 10% de terras ociosas obtidas com os dados do Incra, chegou-se a 4,5 milhões de possíveis empregos, ou 20,7% da PEA agrícola.

Neste contexto de criação de empregos via assentamentos, é importante considerar a informação de Romeiro (1998: 3):

---

<sup>8</sup>Para a obtenção dos dados os autores se basearam em Graziano et alii – Estimativa do emprego agrícola e de suas variações sazonais a partir de coeficientes técnicos por produto Brasil. In: XXVII Congresso da Sober. *Anais...* Brasília: Ed. Brasília Rádio Center, 1989.

(...) a Reforma Agrária realizada até agora significou a criação de centenas de milhares de emprego ao custo de R\$ 5.000,00 cada, ou seja, de pelo menos dez vezes menor do que o custo (R\$ 50.000,00, no mínimo) da criação de um emprego no setor urbano-industrial.

O papel do setor agrícola enquanto motor da geração de emprego e renda nos países em desenvolvimento é visto cada vez mais, no plano mundial, como uma variável estratégica fundamental na luta contra a pobreza.

O próprio Banco Mundial mudou radicalmente de perspectiva, passando a justificar e apoiar políticas de ampliação do acesso à terra e de promoção da agricultura familiar como uma estratégia de desenvolvimento econômico. Há no país uma série de financiamentos do Banco mundial, principalmente, no que respeita a crédito fundiário<sup>9</sup>.

Esses aspectos contribuem para mostrar a importância das políticas de acesso à terra na geração de emprego e de renda nos países em desenvolvimento, como o Brasil, e para destacar os assentamentos como mecanismos fundamentais na luta contra a pobreza e o desemprego presentes neste país, se for considerado que, nos últimos anos, a população brasileira não teve quase nenhuma perspectiva de emprego no setor urbano-industrial.

No âmbito local, os assentamentos têm colocado instigantes desafios, uma vez que, no território onde se inserem, estabelecem relações (sociais, políticas e econômicas) com outros atores sociais.

A constituição de assentamento proporciona a multiplicação de unidades de produção no município, o que conseqüentemente, acarreta aumento da demanda por bens e serviços no município onde se localizam. Este fator exerce visível impacto socioeconômico em regiões onde seu crescimento é impulsionado pelas atividades agrícolas.

A formação de um ou mais assentamentos provoca uma série de alterações econômicas, políticas e sociais nos municípios onde se situam e no seu entorno, em decorrência de uma série de fatores<sup>10</sup>, a saber:

---

<sup>9</sup> Para mais informação, ver [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br).

<sup>10</sup> Fatores configurados em Medeiros et alii (1997), acrescidos de outros pelo autor deste estudo.

- ocorrência de conflitos, quer envolvendo resistência, quer por meio de ocupação de terras;
- reconhecimento do conflito por parte do Estado, que se concretiza mediante sua intervenção de desapropriação;
- atuação nos municípios de uma série de instituições voltadas à implantação e viabilização dos assentamentos, de âmbitos público (Incra, Emater, Sec. Estaduais, etc.) e privado (ONGs, Sindicatos, Movimentos, etc);
- instauração de novos processos reivindicativos, resultando numa nova dinâmica de demandas sociais (saúde, educação, transporte, apoio à produção, etc.), que se somam e às vezes disputam, com outras comunidades locais;
- surgimento de novas unidades de produção e consumo, no município e na região, proporcionando um fluxo de demandas econômicas, principalmente no campo do capital comercial local, o que pode vir afetar a geração da renda municipal;
- mediação nas relações locais, devido à constituição do assentamento, que envolvem o Estado nacional e outras dimensões do poder.

Vale dizer, ainda, que os assentamentos de reforma agrária se apresentam como uma espécie de segmento de produtores, relacionado de tal maneira com o Estado, que o singulariza diante de outros segmentos de pequenos produtores agrícolas (Leite 1992: 2/4).

Neste sentido, as forças sociais e econômicas locais não permitem mais que os assentamentos rurais sejam tratados e realizados de forma distinta e isolada, sem a devida articulação com a dinâmica social, ambiental e econômica do município.



Por isso, exige-se cada vez mais, que os assentamentos interajam com as próprias realidades locais. Há inúmeros exemplos de prefeitos, vereadores, comerciantes e outros agentes locais que, independentemente de seu matiz partidário e/ou ideológico, vêm defendendo os assentamentos (e até a ampliação destes) nas suas cidades. Mançano (1998: 174) mostra que os prefeitos da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema – Unipontal<sup>11</sup> – são a favor da implantação de assentamentos em seus municípios. O autor até cita uma mobilização da Unipontal (em meados dos anos 90) junto ao secretário da Justiça e ao procurador do Estado de São Paulo para a aceleração da demarcação e implantação do assentamento Santa Clara no município de Mirante do Paranapanema.

As mediações, que não se esgotam nas relações locais, potencializam-se numa rede regional, estadual e nacional, permitindo que uma questão local possa sempre ser tratada como algo mais amplo, envolvendo interesses globais, e assim eliminando a possibilidade de abordar os assentamentos estritamente sob a ótica da sua singularidade e particularíssimo.

A reforma agrária, articulada com uma política de desenvolvimento, é fundamental para a dinamização das cidades de pequeno porte que gravitam em torno das atividades agrícolas. Para se ter idéia da extensão desta economia interiorana, observa-se que existem 3.300 municípios brasileiros com menos de 25.000 habitantes (Conceição Tavares, 1999: 239).

Tal proposição da autora já está sendo verificada em lugares com áreas reformadas, em diversas regiões agrárias do país, onde os assentados têm demonstrado criatividade e capacidade empreendedora notáveis, revelando alguns exemplos de dinamismo econômico e comercial (Navarro, 1999).

Os assentamentos rurais têm demonstrado que a reforma agrária pode ser a solução para diversos problemas nacionais, possibilitando atenuar os efeitos negativos e dramáticos do atual desenvolvimento econômico e

---

<sup>11</sup> Unipontal – União dos Municípios do Pontal, que envolve os seguintes municípios: Caiuá, Estrela do Norte, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Sandovalina, Santo Anastácio, Tarabai, Rosana, Euclides da Cunha e Teodoro Sampaio.

tecnológico do país, que cria o desemprego e a exclusão social, os quais não se resolvem com o próprio desenvolvimento que os gera (Martins, 1996).

Reydon (1996: 241) corrobora com estas afirmações, ao mencionar que a reforma agrária, no Brasil, se justifica basicamente num contexto de necessidade de geração de emprego, de distribuição de renda e de acesso à cidadania a uma parcela da sociedade que não usufrui a mesma.

Os assentamentos rurais, além de proporcionarem a melhoria da qualidade de vida da população marginalizada nas diversas formas de integração com o local onde se situam, vêm abrindo novas perspectivas de desenvolvimento do meio rural e urbano do seu entorno.

### **Referências Analíticas sobre Assentamentos e a Economia Local**

O enfoque da economia local<sup>12</sup>, nesta dissertação, está baseado na organização, na estrutura, na integração e nas trocas do ambiente produtivo e os assentados. Sendo assim, se incorpora o conceito de ambiente produtivo de Kageyama (1998: 541): uma unidade de referência em que uma específica combinação de fatores (sociais, econômicos, tecnológicos, institucionais) é organizada de uma forma particular e define sua competitividade, isto é, esse contexto local é que vai determinar a capacidade de desenvolvimento das áreas, na presença ou não de centros urbanos importantes.

O ambiente produtivo é um agrupamento espacial diversificado e contínuo por onde as transações fluem de forma independente da localização urbana ou rural das atividades econômicas.

A interação da dinâmica dos assentamentos rurais com o ambiente produtivo da economia local mostra que há processos múltiplos a ser considerados, que antecedem o assentamento, são concomitantes a ele e o sucedem (Leite, 1998).

---

<sup>12</sup> O conceito de economia local representa uma trama de relações entre indivíduos e as atividades econômicas, com raízes históricas, configurações políticas e identidades sociais que se expressam numa base física. Nesses critérios de economia local, as noções de meio rural e urbano são questionadas, visto que cada vez mais se misturam, no meio rural, atividades econômicas, consumos, hábitos e culturas que antes eram típicas do meio urbano. O deslocamento da atividade “agrícola” do meio rural introduz um novo critério espacial – a economia local (Saraceno, 1994).

Os assentados são identificados (desde a época em que não tinham terra e eram chamados de “sem-terra”) como atores sociais e econômicos que atuam sobre uma base territorial.

Além disso, as heterogeneidades econômicas, sociais e produtivas existentes nos assentamentos contribuem para a construção de uma identidade coletiva que se inter-relaciona com a economia local.

De acordo com Leite (1998: 14), pode-se especular sobre o assentamento enquanto ponto de partida, ou seja, situação na qual os assentados, como novos atores em cena na produção, têm possibilidades de gerar “efeitos multiplicadores” dessa experiência singular, com impactos significativos no meio social, político e econômico em que atua. Mas também é possível abordar o assentamento como ponto de chegada, ou seja, o acesso à terra permitindo a integração social.

Percebe-se que o rico universo dos assentamentos rurais, objeto quer de pesquisas, quer de teses e dissertações, vem à tona como *locus* de múltiplas dimensões de experiências, não em termos abstratos, mas sim como projetos em andamento, que, no bojo de sua realização, apresentam uma série de relações intervenientes, de mediação e de interação com os atores sociais, a produção e os locais onde estão inseridos.

Há estudos que mostram como os assentados estão se transformando em agentes de uma determinada estratégia da economia local, indicando a importância da política de reforma agrária na formulação do desenvolvimento da nação.

A preocupação analítica sobre a associação entre qualidade de vida e estrutura agrária já vem desde muito tempo. Mais recentemente, destaca-se o estudo de Hoffmann (2001), no qual se constata a forte relação entre os indicadores humanos (saúde, mortalidade infantil, educação, esperança de vida, entre outros) e a desigualdade da distribuição da posse da terra.

As referências analíticas no campo da produção mostram que os assentamentos trazem à tona dinâmicas que são capazes de mexer com a economia local, como se observa nos exemplos a seguir.

Segundo Leite (1998: 19), os assentados movimentam o mercado de bens de consumo (vestimentas, calçados, alimentos, material de construção, etc), o de insumos agropecuários (adubos, inseticidas, etc.), e a liberação dos recursos financeiros do antigo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – Procerá, e do atual Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf. Esse autor lembra, ainda, que se deve considerar o papel do assentamento no aumento da arrecadação de impostos para o município, derivado da produção realizada no projeto, direta e indiretamente.

No que diz respeito à arrecadação de impostos, Andrade (1999) mostra que, em Mirante do Paranapanema, entre 1995<sup>13</sup> e 1997, a arrecadação do ICMS aumentou 148% em termos reais, em grande medida decorrente do multiplicador de renda dos assentados.

Ressalte-se, ainda, a experiência<sup>14</sup> do município de Paranacity (PR), onde 25 famílias assentadas comercializam porta-a-porta, através de sua cooperativa – Copavi, alguns produtos agropecuários produzidos no assentamento, ou no seu entorno. A Copavi movimentou, em 2000, R\$30 mil por mês em um laticínio, uma fábrica de suínos, uma indústria de beneficiamento e secagem de frutas e uma produção orgânica de verduras e legumes. Como toda a produção “in natura” e processada é comercializada na cidade de Paranacity, a Copavi é a segunda maior fonte de ICMS do município (*Folha de São Paulo*, 19/11/2000, p. A6).

A experiência de Paranacity não é única. Em São Miguel d'Oeste (SC), comercializa-se leite diariamente no município; em Promissão (SP), vem se estabelecendo um processo de integração dos assentados com os supermercados do município e região, para o fornecimento de olerícolas.

Destacam-se, também, as experiências das cooperativas de Laranjeiras do Sul (PR) – Coagri e de Hulha Negra (RS) – Cooptil, que instalaram seus supermercados para além das fronteiras dos assentamentos, no perímetro urbano dos municípios em que localizam suas sedes, com o objetivo de

---

<sup>13</sup> Ano que se inicia os assentamentos no município de Mirante do Paranapanema.

<sup>14</sup> Dados fornecidos por técnicos da Concrab – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

conquistar a população local como cliente. Hoje, essa população é o cliente preferencial destes equipamentos de varejo dos assentados e responde por mais de 70% do faturamento dos mesmos, conformando-se numa importante fonte de renda financeira para as cooperativas em questão.

Outro estudo, realizado por Almeida Cunha (2001) nos assentamentos localizados na região noroeste de Minas Gerais, mostrou a existência de uma relação de consumo entre os assentados e o mercado local, tanto dos bens alimentares como de higiene e limpeza.

Quanto à dimensão do desenvolvimento regional, temática específica desta dissertação, marcantes são as referências de análise de Zamberlam e Florão (1991), Medeiros e Leite (1997), Zamberlam e Fronchetti (1997), Bergamasco et alii (1999), Reydon et alii (2000) e Andrade (1999).

Zamberlam e Florão analisaram os impactos econômicos dos assentamentos implantados na região de Cruz Alta no que concerne à renda e oferta de alimentos.

O trabalho de Medeiros e Leite analisa as diferentes facetas dos impactos locais e regionais dos assentamentos, utilizando uma abordagem que privilegia a análise dos elementos dinâmicos oriundos da implantação dos assentamentos: econômicos, sociais e políticos. Para estes autores, os assentamentos constituem em verdadeiros laboratórios sociais, mostrando importância no espaço local, por meio de suas inter-relações com as várias esferas de atividades econômicas e de poder.

A pesquisa de Zamberlam e Fronchetti mostra resultados econômicos de alguns assentamentos do Rio Grande do Sul, desde autoconsumo, com assentados vivendo dignamente com os frutos de seu trabalho, até a circulação de capitais e bens desencadeados pelos assentados no município. Em Júlio de Castilhos, o assentamento participava com 5% da arrecadação total do município, tornando-se a segunda maior fonte de arrecadação do meio rural nesta localidade.

O de Bergamasco et alii analisam a relação entre a organização dos movimentos da luta pela terra no Estado de São Paulo e a implementação dos

assentamentos através das diversas intervenções governamentais na questão fundiária paulista, salientando os impactos econômico, político e demográfico de cada uma dessas experiências nas condições socioeconômicas locais.

No estudo de Reydon et alii são examinadas as transformações promovidas em Abelardo Luz, oeste de Santa Catarina, pelos assentados, que se tornam instrumentos para uma estratégia de desenvolvimento local.

Em termos de dinamização da economia local, Andrade afirma que os recursos oriundos dos financiamentos e da comercialização da produção agropecuária dos assentados provocam uma dinamização no comércio local e regional, o que vem propiciando a geração de novos empregos e promovendo maior circulação de recursos e captação de impostos nas cidades e região em que os assentamentos estão localizados. Para a autora, se forma, a partir dos assentamentos, uma cadeia produtiva complexa e abrangente e seu impacto é imediato em regiões antes praticamente estagnadas. Segundo a autora, surge nessas regiões grande geração de empregos e de serviços, a saber:

- não ligados diretamente à agropecuária – mecânica, manutenção, bancários, cartórios, assistência médica, educação, transporte, lazer, etc;
- especificamente ligados à agropecuária – preparo de solo, assistência técnica, perfuração de poços, construção de cercas, currais, galpões e demais estruturas ligadas à produção.

A luta pela terra (quando os assentados eram sem-terra) e depois as conquistas, como produtores e cidadãos, demonstram em todos os sentidos como os assentados buscam ativamente equacionar alternativas sociais e econômicas para a melhoria de vida da população do local onde estão estabelecidos.

Os assentamentos rurais em determinados territórios<sup>15</sup> comportam-se como unidades motoras que valorizam os espaços locais, colocando suas

---

<sup>15</sup> Adota-se, no presente trabalho, o conceito de território destacado pelo geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (apud Mançano, 1999:10): “(...) como totalidade concreta do processo de produção, distribuição,

energias no sentido de contribuir para o desenvolvimento do local onde estão inseridos.

Nesse caminho em que os assentamentos rurais consolidam seu papel na transformação da região onde estão localizados, torna-se fundamental compreender que o território é uma produção humana, logo, um espaço de luta de classes ou de frações de classe (como observa Ariovaldo Umbelino<sup>16</sup>).

Os assentamentos são marcas visíveis na produção, construção e transformação do local onde estão inseridos. Nele, os assentados tornam-se cidadãos, construindo sua utopia, e assim conseguem dar respostas concretas à pobreza presente no meio rural e à “população sobrando”, além de definir os rumos do território de sua localização.

Tendo em vista que o número de famílias potenciais para reforma agrária está na ordem de 6,1 milhões<sup>17</sup> (estimativa com base nos dados do Censo Agropecuário 1995/96 e da PNAD 1997, de Del Grossi et alii, 2000), e que os mais elevados índices de pobreza se encontram no meio rural, a reforma agrária é uma necessidade presente e não só de caráter social.

---

circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas, ideológicas, simbólicas, etc. É pois produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência. São, pois, as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. O território não é um prius ou um priori mas a contínua luta das classes sociais pela socialização igualmente contínua da natureza é, pois, simultaneamente, construção, destruição, manutenção, e transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve de forma desigual, simultânea e combinada, no interior do processo de valorização, produção e reprodução”

<sup>16</sup> Prefácio do livro de Mançano (1.999:13).

<sup>17</sup> Este público foi estimado com base nas seguintes categorias: parceiros, posseiros e arrendatários, agricultores proprietários (área menor que módulo), trabalhadores rurais sem-terra (inclusive os desempregados).

## CAPÍTULO 2 – OCUPAÇÃO ECONÔMICA DO PONTAL

O Pontal do Paranapanema se localiza no oeste do Estado de São Paulo, mais precisamente no triângulo formado pelos Rios Paraná e Paranapanema<sup>18</sup>.

O território do Pontal do Paranapanema é um dos últimos confins do Estado de São Paulo a ser povoado. Seus primórdios remontam o início do século 20, com a expansão da Ferrovia Sorocabana para além de Presidente Prudente, rumo ao oeste até Porto Epitácio.

Neste capítulo, na descrição do cenário de ocupação do Pontal, optou-se não por um caminho histórico do processo<sup>19</sup>, mas sim pelo entendimento da especificidade fundiária que configurou a ocupação desse território, avistando, diante disso, as conquistas de frações da região do Pontal do Paranapanema efetivadas pelos assentamentos rurais.

A ocupação fundiária do Pontal está demarcada por três determinantes – o latifúndio<sup>20</sup>, o conflito fundiário e o assentamento rural – que se situam em momentos cronológicos distintos da ocupação do território:

- até os anos 60, o latifúndio se assenhoreou das terras públicas do Pontal do Paranapanema;
- dos anos 60 até 1984, armou-se na região o conflito fundiário sobre destino/apropriação das terras públicas da região, que se manifesta na resistência do pequeno posseiro familiar contra o grande posseiro;

---

<sup>18</sup> A abrangência espacial do território do Pontal tem várias definições analíticas: Ferrari Leite (1998); Mançano (1999); e Fundação Itesp, 4 (1998: 96). As definições se diferenciam quanto à extensão do território. Sendo assim, nesta dissertação, optou-se por limitar o território entre os municípios que têm assentamentos implantados: Caiuá, Euclides da Cunha, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina e Teodoro Sampaio.

<sup>19</sup> Tal decisão deve-se ao fato de o objeto dessa dissertação estar centrado no reflexo da distribuição do ativo terra na economia local.

<sup>20</sup> A palavra latifúndio vem do latim *latifundiu* e é utilizada para caracterizar o domínio de uma grande área de terra por um único proprietário. O Estatuto da Terra determinou que toda propriedade rural que excedesse ao tamanho de um módulo e que não explorasse nem 50% de seu potencial seria considerada um latifúndio por exploração. Determinou também que toda propriedade que ultrapassasse 600 vezes o módulo rural, independente de seu grau de utilização, seria classificada como latifúndio por dimensão.



- de 1984 a 1995, o conflito fundiário se intensificou sob uma outra dimensão de luta: os trabalhadores sem-terra ocuparam os latifúndios em terras públicas, ocorrendo deste novo conflito fundiário, o assentamento rural;
- de 1995 em diante, o assentamento rural se massificou e a região tornou-se a maior área reformada do Estado de São Paulo, sem deixar de ser também a região de maior expressão em termos de conflito fundiário, sob a forma das ocupações de terra.

O processo de ocupação fundiária do Pontal do Paranapanema foi se delineando, num primeiro momento, pela centralização do “ativo terra” com a conformação do latifúndio e, num segundo momento, pela descentralização do “ativo terra” com a conformação dos assentamentos rurais, sendo que estes dois momentos foram mediados pelo conflito fundiário, manifestado na resistência da pequena posse familiar e, nos anos seguintes, pela ocupação de terras.

### **O Latifúndio Assenhoreando as Terras Públicas**

O recente povoamento do território do Pontal de Paranapanema teve na expansão da estrada-de-ferro a motivação mais importante. A ocupação da região somente se efetivou com a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana (Ferrari Leite, 1998: 32).

Após permanecerem estacionados desde 1889 na vila de Botucatu, os trilhos começaram a avançar, atingindo Manduri em 1906, Salto Grande em 1910, Presidente Prudente em 1917 e Presidente Epitácio em 1922. Durou 33 anos a construção da ferrovia entre Botucatu e a margem do Rio Paraná, onde, pouco tempo depois, surgiu o porto Epitácio, tendo em vista a ativação do movimento de barcas, balsas e pequenos vapores.

A dinamização do porto Epitácio está interligada com as relações comerciais que se estabelecem entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso

---

Assim, a expressão latifúndio passou a definir, por força de lei, uma propriedade mal aproveitada, ou seja, improdutiva (Stédile, 1999: 165/166).

do Sul, graças à extensão da malha ferroviária até a divisa entre os dois Estados.

O processo de ocupação rumo ao sudoeste do Estado, via trilhos da Sorocabana, também é ressaltado no estudo de Silva et alii (1999: 124):

(...) as estradas de ferro continuaram a ser estendidas em direção ao Paranapanema e em direção ao rio Grande até o rio Paraná, precedendo nestes casos a expansão demográfica.

Convém lembrar que, além do advento da estrada-de-ferro, outro fator que contribuiu para o povoamento do sertão do Paranapanema foi a estrada “boiadeira”, que ligava as pontas dos trilhos da Sorocabana até o porto de Tibiriçá às margens do Rio Paraná, objetivando facilitar a passagem do gado bovino, procedente do sul do país.

Com a abertura do território do Pontal do Paranapanema por meio dos trilhos da estrada-de-ferro Sorocabana e da estrada “boiadeira”, avolumou-se a procura por terras nesta região, na década de 40.

A avalanche humana que penetrou pelo oeste do Estado de São Paulo, a partir dos anos 40, vinha atraída pelas terras novas, ainda baratas, ou quem sabe por um pedaço de terra pública.

As pessoas que chegavam na região em busca de terras pouco se importavam se estas eram públicas, particulares, com titulação regular ou não (Ferrari Leite, 1998: 64).

Na tabela 1, os dados censitários conformam um fluxo populacional para a região entre 1940 e 1970. Verifica-se que, nesse período, a população aumentou 31%, o que corresponde a um crescimento médio ao ano em torno de 0,9%.

**Tabela 1**  
**População Total da Região do Pontal do Paranapanema, 1940 – 1970.**

| População |         |         | Crescimento Populacional (%) |           |       |
|-----------|---------|---------|------------------------------|-----------|-------|
| 1940      | 1960    | 1970    | 1940/1960                    | 1940/1970 | Anual |
| 91.540    | 102.622 | 120.348 | 12                           | 31        | 0,9   |

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 1940 a 1970.

A expansão demográfica, via estrada-de-ferro, abriu a última fronteira do Estado de São Paulo.

A ocupação econômica da região do Pontal do Paranapanema se deu, inicialmente, através da exploração de madeira. Com esta atividade, áreas iam sendo liberadas e nelas se desenvolvia a agricultura, que sempre permaneceu à margem dos grandes ciclos da lavoura paulista.

O café, que no conjunto do país declinou na década de 30, na região, decresceu a partir dos anos 40, abrindo espaço para a lavoura do algodão e outras, como menta e mamona.

Entretanto, como os solos da região possuem como principais características elevada concentração de areia, fertilidade natural baixa, boa permeabilidade e drenagem excessiva, se esgotou muito depressa o potencial agrícola das terras. Logo, passou a predominar, na região, a pecuária bovina extensiva de corte. A agricultura, com destaque para os cultivos de algodão e milho, ficou restrita a pequenas áreas de cultivo ou a áreas de renovação de pasto.

Na tabela 2, constata-se o predomínio da pastagem na região, por conseguinte, da pecuária extensiva de corte.

**Tabela 2**  
**Utilização das Terras do Pontal do Paranapanema, 1940 – 1970.**

| Variáveis            | 1940    |        | 1950    |         | 1970    |         |
|----------------------|---------|--------|---------|---------|---------|---------|
|                      | Lavoura | Pasto  | Lavoura | Pasto   | Lavoura | Pasto   |
| Área de uso (a) ha   | 48.623  | 55.744 | 106.910 | 150.149 | 79.180  | 531.132 |
| Área estab/os (b) ha | 493.031 |        | 317.168 |         | 681.062 |         |
| (a/b) %              | 10      | 11     | 34      | 47      | 12      | 78      |

Fonte: Fundação IBGE. Censos Agropecuários de 1940, 1950, 1960 e 1970.

Entre 1940 e 1970, a área de lavoura cresceu em torno de 63%, porém, essa tendência de expansão não foi observada em todo o período: na década de 40, cresceu 34%, diminuindo 26%, entre os anos 50 e 70. Em termos da proporção, a área de lavoura nos estabelecimentos aumentou entre 1940 e 1950, de 11% para 34%. A partir daí, começou a decrescer, chegando nos anos 70 a ocupar somente 12% da área dos estabelecimentos. Contudo, a área de pastagem registrou crescimento intenso no período, cerca de 853%. Proporcionalmente, a área de pasto vem ocupando, cada vez mais, a área dos estabelecimentos, parindo de um patamar de 11%, em 1940, para atingir nos anos 70, 78% de ocupação da área dos estabelecimentos. Portanto, na década

de 70, a pecuária extensiva de corte tornou-se a principal atividade econômica do território do Pontal do Paranapanema.

A pecuária extensiva de corte consolidou-se nos grandes latifúndios da região, que se constituíram, ao longo dos anos, por meio da apropriação de terras públicas.

É importante destacar como se deu o processo de apropriação de terras nesta região<sup>21</sup>, que teve seu início no final do século 19, depois da Lei de Terras de 1850<sup>22</sup>. Portanto, no Pontal, desde seus primórdios, se ocupa terras públicas através da posse<sup>23</sup>.

As terras públicas do Pontal foram sendo apropriadas por grandes posseiros, que passaram a disputar terras que não lhes pertenciam.

Sobre esta questão da “posse” de áreas públicas, o estudo de Silvia et alii (1996), mostra claramente que o regime da “posse” foi o recurso utilizado como forma de apropriação de terras públicas antes, durante e depois da vigência da Lei de Terras de 1850. Além disso, os autores atribuem ao regime da posse o papel formador de latifúndios neste país. Esta discussão é fundamental para compreender o processo de ocupação da região por meio do grilo<sup>24</sup> de grandes extensões de terras públicas, consolidando o latifúndio grileiro<sup>25</sup>.

---

<sup>21</sup> O estudo de Ferrari Leite (1998) desnuda a história da posse de terras no extremo oeste do Estado de São Paulo. Ajuda a compreender um dos mais famosos “grilos” de terra do Estado de São Paulo – a posse das terras da Fazenda Pirapó – Santo Anastácio, área conhecida nos dias de hoje como Pontal do Paranapanema, cuja extensão territorial é maior da estipulada neste estudo.

<sup>22</sup> Instituiu que a aquisição de terras seria mediante a “compra” e discriminou as terras públicas e as privadas. Para maiores esclarecimentos ver: Silvia et alii (1996).

<sup>23</sup> Posse diz respeito à condição de uso de uma área de terras. É o poder que uma tem de dispor fisicamente de um imóvel, do qual pode ser ou não proprietária. É poder de fato, enquanto que propriedade é o poder de direito (Fundação Itesp, nº6, 1998: 7).

<sup>24</sup> A palavra grilo ou terra grilada tem sua origem na prática relatada pelos antigos agricultores, segundo o qual grandes fazendeiros falsificavam documentos de terras para delas se assenhorearem, deixando o documento falso em um recipiente com grilos vivos. Estes iam comendo as bordas do papel até morrer, quando exalavam certa substância que amarelecia o documento, dando-lhes aspecto envelhecido (Fundação Itesp, nº 6).

<sup>25</sup> Grileiro é o indivíduo que procura apossar-se de terras alheias mediante falsa escritura de propriedade, Aurélio – Novo dicionário da língua portuguesa, 2ª edição, 1986.

Os estudos de Ferrari Leite (1998) e de Mançano (1999)<sup>26</sup>, comprovam a tese de Silvia (1996), pois mostram sucintamente que a história de ocupação do Pontal do Paranapanema ocorreu através da grilagem<sup>27</sup> de grandes glebas de terras públicas, consolidando na região o latifúndio em terras devolutas<sup>28</sup>.

Na tabela 3, pode-se observar o quadro fundiário da região do Pontal no período de consolidação da pecuária, que também corresponde à época de consolidação do latifúndio.

**Tabela 3**  
**Grupos de Área dos Estabelecimentos Agropecuários do Pontal, 1960 – 1970.**

| Grupos de Área (ha)    | 1960          |                | 1970          |                | 1970/1960 (%) |            |
|------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|------------|
|                        | Estab/os (nº) | Área (ha)      | Estab/os (nº) | Área (ha)      | Estab/os      | Área       |
| Até 100                | 10.435        | 115.717        | 8.604         | 121.688        | -18           | 5          |
| 100 a 500              | 377           | 119.801        | 573           | 259.996        | 52            | 117        |
| 1000 a 10000           | 70            | 176.188        | 136           | 262.911        | 94            | 49         |
| 10000+                 | -             | -              | 3             | 202.534        | -             | -          |
| <b>Total</b>           | <b>10.882</b> | <b>411.706</b> | <b>9.316</b>  | <b>847.129</b> | <b>-14</b>    | <b>106</b> |
| <b>Área Média (ha)</b> | <b>38</b>     |                | <b>91</b>     |                | <b>140</b>    |            |

Fonte: Fundação IBGE. Censo Agropecuário, 1960 e 1970.

Entre 1960 e 1970, o número de estabelecimentos agropecuários reduziu-se em 14%, mas, em termos de área, houve um crescimento de 106%. Os estabelecimentos menores que 100ha tiveram a mesma tendência de queda, em torno de 18%. Em contrapartida, aqueles de 1.000 a 10.000ha expandiram 94%, em número e 49%, em área. Constata-se, ainda, que na década houve um crescimento da área média dos estabelecimentos em 140%, confirmando a diminuição proporcional dos estabelecimentos menores. Destaca-se que neste período surgiram três estabelecimentos com mais de 10.000ha.

Deve-se acrescentar neste contexto de concentração fundiária da região do Pontal do Paranapanema, a observação de Ferrari Leite (1998: 184):

(...) uma só pessoa pode ser proprietária de várias grandes glebas no Pontal (...).

<sup>26</sup> Os estudos de Mançano (1999) e Ferrari Leite (1998) mostram que a história de ocupação do oeste está marcada pela grilagem de grandes glebas de terra devoluta. Mançano denomina este processo de apropriação de terras públicas de “complexo grilento”.

<sup>27</sup> Procedimentos do grileiro, Aurélio – Novo dicionário da língua portuguesa, 2ª edição, 1.986.

<sup>28</sup> Terra devoluta é terra pública, ou terra a ser devolvida ao Estado (Fundação Itesp 4, 1.998: 38).

Em termos de uso do solo, o que resultou do processo de ocupação econômica da região através do latifúndio fincado na pecuária extensiva de corte.

Essa forma de ocupação econômica fincada na pecuária extensiva de corte também teve um caráter predatório ao ambiente, transformando a região num *locus* praticamente sem a vegetação natural. No o que ainda restou da formação vegetal original já teve alguma intervenção antrópica, realizada por meio de desmatamento e de ações interligadas a esta atividade, como o fogo, a retirada de madeira de lei, entre outras.

No processo de destruição ambiental natural que ocorreu no Pontal do Paranapanema, tudo era válido, como observa Ferrari Leite (1998:18):

(...) a complacência dos governos em relação à destruição do meio ambiente natural, caracterizados pelo não-fornecimento dos meios materiais e humanos aos seus próprios órgãos, militares ou civis, para protegê-los. É a ambição desmedida dos indivíduos pela posse da terra, fonte de seu poder político e econômico. É a estranha manipulação dos Poderes por meio de leis que quase sempre protegem os poderosos, escudados em títulos de posse obtidos com base no *uti-possidetis* setecentistas ou em escrituras envelhecidas na fumaça do fogão de lenha. Deve ficar clara, afinal a ausência da mentalidade conservacionista e, conseqüentemente, de uma política séria de proteção ambiental, em parte, pelo desconhecimento das conseqüências da destruição dos ecossistemas para os ambientes geográficos. Em suma: é o subdesenvolvimento.

A ocupação desta porção de terra, conhecida como Pontal do Paranapanema, aconteceu através da grilagem, sendo que os grileiros, a fim de confirmarem sua ocupação, não pouparam esforços na eliminação do maciço florestal existente, promovendo a destruição de duas reservas florestais: Lagoa São Paulo e Grande Reserva do Pontal (Ferrari Leite, 1998).

Resistem ainda hoje, na região, somente alguns fragmentos florestais significativos, o Parque Estadual do Morro do Diabo (em Teodoro Sampaio) se mantém como amostra representativa da fauna e flora originais.

## **Conflito Fundiário: um breve relato**

Desde o início de sua ocupação, o território do Pontal do Paranapanema foi palco de onde se ia fermentando um conflito social. Logo no começo do desbravamento, houve a eliminação das comunidades indígenas. Os índios Caiuás e Caiaguangles foram subjugados, salvo uns poucos que cruzaram o Rio Paraná e se ocultaram nas florestas e no cerrado mato-grossense (Ferrari Leite, 1998).

Em relação à pequena posse familiar<sup>29</sup>, registraram-se inúmeros casos de violência. O estudo de Ferrari Leite (1998), traz maiores detalhes sobre este tema, destacando a forma como se estabeleceu o conflito fundiário no território do Pontal.

A abertura das terras griladas ocorreu através do arrendamento: o latifúndio grileiro arrendava terra que não lhe pertencia. De forma generalizada, o trato era uma determinada porcentagem sobre o produto colhido. Para garantir o pagamento, o latifundiário arregimentava um séquito de capangas.

Cada peão contratado para os serviços da fazenda podia a qualquer momento se transformar num “quebra-milho<sup>30</sup>” (Ferrari Leite, 1998: 106). Esta violência também era arremetida em direção dos outros pequenos posseiros, que se aventuravam por conta própria na região.

Com vistas ao aumento de posses, o latifundiário usava todos os meios à sua disposição para atingir seus objetivos. De acordo com Ferrari Leite (1998: 106), seus métodos consistiam nos seguintes passos:

“Primeiramente o intruso era convidado a retirar-se das terras ocupadas, o mais rápido possível (...). Depois passava-se às ameaças, à queima das culturas e a morte dos animais. Poucos ousavam resistir.

---

<sup>29</sup> A base da produção das pequenas posses era familiar. Estabelecimento que direta e pessoalmente era cultivado pelo posseiro e sua família.

<sup>30</sup> Expressão popular para os empregados/capangas. Como no plantio das roças, o milho era base de cultivo, e como para intimidar os posseiros, esses capangas destruíam suas roças, vem daí o nome quebra-milho para os capangas.

Os crimes até chegaram a ter uma certa evidência pública na imprensa local e estadual, mas poucos foram julgados e raríssimos casos puderam ser apurados, em decorrência da omissão dos governos locais e do Estado.

Nos anos 60, os pequenos posseiros tomaram ciência de que a terra que ocupavam era devoluta e se juntaram para resistir nas glebas que ocupavam. Armou-se o conflito fundiário entre o pequeno posseiro e o latifundiário grileiro.

O modo de luta conjunta dos posseiros ganhou repercussão na imprensa e junto às autoridades públicas do Estado. Os casos de maior destaque foram os da reserva da Lagoa São Paulo (em 1965) e das glebas Ribeirão Bonito e Santa Rita (no final dos anos 60 e início da década de 70)<sup>31</sup>. Nestas glebas, localizadas em Teodoro Sampaio, resistiram em torno de 400 e 250 famílias, respectivamente, ocupando em média de 3 a 5ha. Na Lagoa São Paulo, acomodaram-se em torno de 300 famílias de pequenos posseiros, com uma área média de 4,8ha. Esses pequenos posseiros estavam parte oeste da reserva, entre as lagoas e o Rio Paraná.

Os pequenos posseiros desses lugares conseguiram resistir em sua posse ao longo do tempo. Contudo, esses conflitos foram marcados por muita violência.

Porém, sem nenhuma organização social e aliados que unificassem essa luta na região, os confrontos se deram de forma isolada, sem interligação entre eles. Os pequenos posseiros ou foram expulsos de suas glebas ou ficaram isolados.

As áreas de conflito citadas ganharam notoriedade pública, através da imprensa, mas não conseguiram ir além disso. Da luta, somente algumas famílias resistiram, permanecendo em seus lotes, enquanto outras foram embora e várias padeceram na luta, vendo seus familiares tombarem no confronto.

Esses pequenos posseiros que resistiram, de uma certa forma, foram vitoriosos porque conseguiram se manter em suas glebas de terra. Contudo,



ficaram à margem do sistema de produção predominante até então – a pecuária bovina extensiva de corte determinada pelo latifúndio grileiro.

Entre as décadas de 60 e 70, o conflito fundiário se resumiu em alguns focos de resistência de pequenos posseiros em suas glebas de terra, restritos e isolados, praticamente, em Lagoa São Paulo e nas Glebas Ribeirão Bonito e Santa Rita.

No começo dos anos 80<sup>32</sup>, a luta pela terra na região tomou outro rumo. Isto se deve ao processo de redemocratização que está ocorrendo no país, em que a reforma agrária ganha visibilidade. Em vários cantos do país, os trabalhadores sem-terra retomam a questão do acesso à terra, ocupando latifúndios improdutivos.

Outra questão que incentiva a luta pela terra na região é a conjuntura de recessão<sup>33</sup> no início da década de 80, que determina no plano local o desemprego, o arrocho salarial e o processo de depauperação da população local, com pequenos produtores familiares abandonando suas posses. Os pequenos agricultores arrendatários e assalariados rurais passam a perder suas ocupações. No ambiente urbano local, uma questão que acentuou o quadro de desemprego foi o arrefecimento das obras das hidrelétricas<sup>34</sup>, que despejaram na região enormes contingentes de pessoas desempregadas.

O desemprego, o êxodo e as demissões em massa, somados às enchentes dos Rios Paranapanema e Paraná<sup>35</sup>, foram o estopim para o renascimento do movimento social de luta pela terra na região. Só que agora a forma de luta tem no seu horizonte as ocupações das terras devolutas e os acampamentos à beira da estrada<sup>36</sup>.

---

<sup>31</sup> Para melhor detalhamento desses conflitos, ver Ferrari Leite (1998) e Mançano, (1999).

<sup>32</sup> É o período do último ciclo da ditadura militar após o golpe de 1964, governo Figueiredo (1979/85).

<sup>33</sup> Ver Graziano, (1996: 110).

<sup>34</sup> Na segunda metade da década de 70, no município de Teodoro Sampaio se teve início a construção de três hidrelétricas: Porto Primavera, no Rio Paraná; Rosana e Taquaruçú, no Rio Paranapanema. Em meados dos anos 80, ocorreu uma desaceleração dessas obras, despejando um contingente de desempregado na região, principalmente ao redor de Teodoro Sampaio.

<sup>35</sup> Esta catástrofe obrigou os ribeirinhos, que viviam nas ilhas e nas margens dos rios, a abandonarem suas moradias e produção sem ser ressarcidos, pois, como eram pequenos posseiros, não tinham o seguro para sua produção.

<sup>36</sup> Os trabalhadores sem-terra inauguraram dois processos de luta pela terra na região: as ocupações de latifúndios e os acampamentos na beira da estrada. Esses processos são contínuos e permanentes, ora se

Em 1983, 350 famílias sem-terra ocuparam as fazendas Tucano e Rosanela, no município de Teodoro Sampaio. No decorrer desse processo de mobilização, os trabalhadores sem-terra ganharam apoios da Igreja<sup>37</sup> e de políticos locais<sup>38</sup>, que foram muito importantes para mobilização social na região. A militância de alguns padres pró-reforma agrária e de alguns políticos locais foram fomentadores das discussões sobre a ocupação de terra<sup>39</sup>.

Porém, a organização social dos sem-terra, neste momento, não conseguiu superar as relações populistas, eleitoreiras e de dependência dos apoios locais. Segundo Mançano (1999: 111):

Esses apoios possibilitaram a mobilização dos trabalhadores sem-terra no Pontal, mas não tornaram viável o dimensionamento do espaço de socialização política, ou seja, os trabalhadores não conseguiram conquistar o seu próprio espaço. Assim, sua forma de organização social não conseguiu superar as relações populistas de dependência aos políticos que apoiaram a luta.

As 350 famílias de sem-terra foram despejadas, mas não se dispersaram e se mantiveram acampadas nas margens da Rodovia SP 613. O número de pessoas no acampamento foi aumentando em virtude dos boatos de que o governo poderia vir a dar terras para os acampados.

Em março de 1984, o governador Franco Montoro desapropriou 13.310ha e assentou cerca de 561 famílias que estavam acampadas.

A luta pela terra (ocupação/acampamento) se estendeu pelos anos 80 afora, sendo que, em 1998, surgiram mais dois assentamentos: o de Água Sumida, em Teodoro Sampaio, com 121 famílias, e o de Areia Branca, em Marabá Paulista, com 87 famílias.

---

ocupa, como forma de pressão social para a realização da reforma agrária; ora se acampa, na espera de solução para o conflito. Os acampamentos mantêm acesa a chama das ocupações que explicitam a demanda por reforma agrária.

<sup>37</sup> A participação da Igreja, nessa luta, restringiu-se ao apoio de alguns padres comprometidos com a realidade dos trabalhadores. Para apoiar a luta, tiveram que enfrentar a postura conservadora do bispo da Diocese de Presidente Prudente, que não permitia a atividade dos padres junto às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores (Mançano, 1999: 111)

<sup>38</sup> Os trabalhadores sem-terra tiveram também apoio de políticos do PMDB. Deputados desse partido foram importantes na montagem histórica, sendo que foram até fomentadores das primeiras discussões sobre as ocupações (Mançano, 1999:111)

<sup>39</sup> Para mais esclarecimentos, ver Barbosa (1990:108).

Em 1990, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) realizou a sua primeira ocupação no Pontal, com 700 famílias ocupando a fazenda Nova Pontal, no distrito de Rosana, município de Teodoro Sampaio<sup>40</sup>.

Desse momento em diante, os trabalhadores sem-terra, a partir de sua prática cotidiana nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos, passaram a ter uma identidade própria, tornando-se sujeitos de sua ação e conformando seu processo de organização social, que se efetivou nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos. Portanto, a organização social se concretizou no espaço de luta e no espaço conquistado. E ainda, ao se constituir o MST, a luta dos trabalhadores sem-terra na região corresponde à luta dos sem-terra em todo país e, assim a organização local ganhou dimensão nacional.

Dessa forma, no Pontal está se vivendo uma situação peculiar, porque o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) está fazendo emergir um novo componente político na luta pela terra, que é a denúncia da grilagem em terras públicas realizada pelos latifundiários (Umbelino de Oliveira, 2001: 201).

Os trabalhadores sem-terra promoveram ocupações de latifúndios improdutivos ou de baixa produtividade, em áreas devolutas, causando grande impacto político, com repercussão nacional, amplamente divulgado na imprensa (Fundação Itesp, 1998: 102).

Nos anos 90, a luta dos sem-terra expandiu-se para todo o Pontal, com milhares de famílias realizando ocupações de terras no Pontal. Entre 1990 e 2000, os sem-terra fizeram 336 ocupações, mobilizando cerca de 17.940 pessoas<sup>41</sup>, informação do Banco de Dados da Luta pela Terra – Daluta (Mançano et alii, 2001).

Este curto período de ocupação das terras devolutas pelos trabalhadores sem-terra transformou o Pontal em uma das regiões com maior número de conflitos por terra do Brasil (Mançano et alii, 2001: 241).

---

<sup>40</sup> Em 1990, Rosana era distrito de Teodoro Sampaio e se emancipou somente em 1992.

<sup>41</sup> A fim de demonstrar o potencial desta mobilização, o número de pessoas envolvidas nas ocupações no Pontal do Paranapanema corresponde a 90% do total de pessoas residentes em Teodoro Sampaio (Censo Demográfico – IBGE, 2000). Praticamente, os acampados representam uma nova Teodoro.

Todos os projetos de assentamento rural foram decorrentes da luta dos movimentos sociais, portanto, pode-se concluir que, no território do Pontal do Paranapanema, há uma realidade reformada, porque há conflito e luta pela terra.

Assim, na região, os assentamentos rurais vêm ganhando terreno ao longo do tempo em consequência de lutas pela terra de posseiros, trabalhadores rurais atingidos pelas barragens, trabalhadores assalariados e trabalhadores sem-terra, que afloraram em vários cantos do Pontal.

### **Os Assentamentos Rurais**

A luta pela terra, ao denunciar e ocupar o latifúndio grileiro, imprimiu na região, a partir de 1.984, uma nova forma de ocupação econômica do território: os assentamentos rurais.

No território do Pontal os sem-terra, no seu processo de luta e ocupações do latifúndio, expuseram a grilagem em terras devolutas para todo país, o que forçou a mediação das esferas dos Governos Estadual e Federal, promovendo desapropriações e implantando projetos de assentamentos rurais.

Do processo de luta – ocupar o latifúndio grileiro –, em março de 1984, ocorreu a primeira vitória, quando o governador Franco Montoro assinou a desapropriação de uma área de 13.310ha e assentou cerca de 561 famílias na Gleba XV de Novembro, que representa o marco desta nova forma de ocupação econômica que acontece no território do Pontal, sob a égide dos assentamentos. A Gleba XV foi a primeira área da região do Pontal a ser desapropriada para fins de assentamento.

Entre os anos de 1985 e 1995, outros assentamentos foram realizados na região.

Na tabela 4 registra-se o número de famílias assentadas na região do Pontal do Paranapanema. Os assentamentos de Santa Rita e de Ribeirão Bonito tiveram uma origem diferente, pois foram antigos posseiros dessas áreas que o Estado assentou. Contudo, essa desapropriação somente ocorreu porque os antigos posseiros passaram a adotar nova forma de luta dos sem-terra e começaram a ocupar o latifúndio improdutivo.

**Tabela 4**  
**Assentamentos Rurais Implantados na Região do Pontal, 1984 – 1995.**

| Assentamento rural   | Município           | Nº de Famílias | Area (ha)        |
|----------------------|---------------------|----------------|------------------|
| Gleba XV de Novembro | Teodoro Sampaio     | 571            | 12.492,11        |
| Água Sumida          | Teodoro Sampaio     | 121            | 2.819,67         |
| Areia Branca         | Marabá Paulista     | 87             | 1.524,97         |
| Santa Rita           | Teodoro Sampaio     | 51             | 770,26           |
| Tucano               | Teodoro Sampaio     | 36             | 514,01           |
| Ribeirão Bonito      | Teodoro Sampaio     | 167            | 1.103            |
| Santa Rosa           | Teodoro Sampaio     | 87             | 780,21           |
| Santa Clara          | Mirante do Paranap. | 46             | 698,37           |
| São Bento            | Mirante do Paranap. | 182            | 3.574,00         |
| <b>Total</b>         |                     | <b>1.348</b>   | <b>24.276,60</b> |

Fonte: Fundação Itesp, nº 9, 1998.

A partir de 1984, os assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema foram demarcados através de intervenções públicas de âmbitos federal e estadual. Porém, essas intervenções não foram realizadas em decorrência de políticas públicas, mas sim, no sentido de atenuar os conflitos fundiários no meio rural. De acordo com Bergamasco et alii (1999: 70):

A ausência de uma clara definição e encaminhamento de uma política agrária pelas agências governamentais fez com que a implementação de assentamentos rurais em São Paulo, na grande maioria dos casos, tenha sido uma decorrência das contundentes ações políticas dos trabalhadores sem-terra organizados pelos movimentos sociais.

O ano de 1995 é outro marco importante na região, pois é a partir desse momento que ocorre a massificação de assentamentos no Pontal. A tabela 5 demonstra que, entre 1984 e 2000, o número de famílias assentadas cresceu 201%.

**Tabela 5**  
**Número de Famílias Assentadas na Região do Pontal, 1984 – 2000.**

| Pontal do Paranapanema               | 1984/1995 (a) | 1995/2000 (b) | b/a (%) |
|--------------------------------------|---------------|---------------|---------|
| <b>Número de famílias assentadas</b> | 1.348         | 4.057         | 201     |

Fonte: Fundação Itesp, 2002.

Em setembro de 1995, o governo do Estado de São Paulo concebeu um plano específico de intervenção fundiária, de corte regional – Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema (Fundação Itesp, nº 4, 1998: 102).

Este Plano prevê três campos de ação fundiária do Governo Estadual. O primeiro visa arrecadar terras via ação reivindicatória<sup>42</sup>, para posterior assentamento de trabalhadores sem-terra, sendo que estes serão devidamente cadastrados, selecionados e classificados por uma comissão de seleção constituída sob a égide da Lei nº 4.957/85. O segundo campo de ação tem o propósito de arrecadar terras em processo de ação discriminatória<sup>43</sup>, via negociação<sup>44</sup> entre o Estado e o grileiro, para posterior assentamento de trabalhadores sem-terra.

Essas duas formas de acordo consistem na indenização das benfeitorias existentes com recursos do convênio Incra/Itesp, o qual possibilita que o pagamento seja 30% em dinheiro e o restante em TDA – Títulos da Dívida Agrária –, resgatáveis em cinco anos, sendo o primeiro resgate em dois anos após o lançamento dos mesmos.

A forma de negociação de terras em processo de discriminação é o recebimento de parte de área pelo Estado, que, conseqüentemente, renuncia ao direito de discriminar as terras ou discutir a posse da área remanescente do ocupante.

O último campo de ação fundiária do Estado no Pontal consiste em legitimar, segundo a legislação estadual vigente, áreas inferiores a 500ha.

Outro detalhe que chama atenção na intervenção fundiária pública no Pontal é o grau de interação entre os órgãos executores dos assentamentos – o Itesp (órgão estadual) e o Incra (órgão federal) –, que nos últimos anos vêm estreitando suas relações através de parcerias, tanto na aquisição de terras como na implantação dos assentamentos na região. Do total de assentamentos implantados na região do Pontal, em torno de 80% são oriundos dessa

---

<sup>42</sup> Ação Reivindicatória: instrumento de regularização fundiária quando este visa arrecadar terras devolutas irregularmente ocupadas, dando às terras arrecadadas um novo destino econômico e social, como assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra ou com terra insuficiente para sua subsistência, ou para a consolidação das unidades de conservação afetas à política ambiental estadual, ou para qualquer uso de interesse coletivo a critério da administração pública em estreita obediência à legislação vigente, qual seja, as Leis nº 4.957/85, nº 9.757/85 e outras (Fundação Itesp nº 4, 1.998: 104).

<sup>43</sup> Ação discriminatória é o meio para que o Estado possa separar as terras que se encontram sob domínio particular daquelas consideradas de domínio público ou que devam retornar ao domínio público – as terras devolutas.

parceria, sendo que em Municípios como Teodoro Sampaio, Piquerobi, Presidente Venceslau, Presidente Bernardes e Caiuá a totalidade dos assentamentos é fruto dessa parceria (Fundação Itesp nº 4, 1998).

Atualmente, o Pontal do Paranapanema apresenta uma área reformada com 75 assentamentos rurais, que beneficiam 4.057 famílias em 97.441ha, conforme se pode notar na tabela 6.

**Tabela 6**  
**Assentamentos Rurais localizados no Pontal, 2000.**

| Unidade           | Nº assentamentos | Nº de famílias | Area (ha) |
|-------------------|------------------|----------------|-----------|
| Pontal            | 75               | 4.057          | 97.441    |
| Estado            | 107              | 5.954          | 127.337   |
| Pontal/Estado (%) | 69               | 71             | 76        |

Fonte: Fundação Itesp (2002).

Esta área reformada do Pontal do Paranapanema equivale a 71% das famílias assentadas e, em termos fundiários, corresponde a 76% do total das áreas de assentamento rural do Estado de São Paulo.

O recente cenário do Pontal é extremamente complexo, em função seja da apropriação das terras, seja das ocupações de terra, ou ainda da existência de dois diferentes atores sociais no meio rural local: o latifundiário e o assentado, que têm interesses contraditórios e particulares e estratégias próprias de produção, sendo, portanto, portadores de racionalidades que se adaptam e se relacionam com a economia local.

O interesse dessa dissertação concentra-se em estimar os efeitos dos assentamentos na economia local, mais especificamente no plano municipal. Tal disposição de estudo deve-se ao pressuposto de que a distribuição do ativo terra pode refletir em novos aportes de renda à economia local.

Com essa ótica de análise, no próximo capítulo pretende-se mostrar o efeito dos assentamentos sobre a economia local, tendo como estudo de caso os municípios de Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema.

---

<sup>44</sup> O Decreto nº 4.2041 de 01/08/97 dispõe sobre critérios, condições e procedimentos para arrecadação de terras em processo de discriminação por meio de acordos.

### **CAPÍTULO 3 – OS ASSENTAMENTOS E A ECONOMIA DE TEODORO**

Este capítulo, de um modo específico, procura mostrar o potencial dos assentamentos rurais na economia do município de Teodoro Sampaio, identificando as relações que se estabelecem entre os assentados rurais e o ambiente municipal, com destaque para os gastos dos assentados e o efeito desses na economia municipal.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa de campo tendo como preocupação analítica: a multiplicidade de relações que se estabelecem entre os assentamentos e a economia local, como também o consumo dos assentados, o que significou verificar os seus gastos e onde esses gastos se realizam.

De modo a caracterizar o potencial dos assentados na economia do município de Teodoro Sampaio, este capítulo segue o seguinte roteiro de análise:

- apresentação dos aspectos metodológicos da pesquisa de campo;
- caracterização da economia do município de Teodoro Sampaio;
- análise dos efeitos dos assentamentos rurais sobre o território de Teodoro Sampaio;
- análise do efeito dos gastos dos assentados na economia do município de Teodoro Sampaio.

#### **Aspectos Metodológicos da Pesquisa de Campo**

A fim de averiguar o efeito dos assentamentos rurais na economia municipal, elaborou-se a pesquisa de campo a partir da composição de três métodos: Diagnósticos de Sistemas Agrários (DSA); Grupo Focal; e Pesquisa Qualitativa com Agentes Locais. Estes métodos foram combinados para que a pesquisa pudesse atingir seus objetivos.



No dimensionamento do potencial dos assentados na economia municipal, foram combinados os dados qualitativos e quantitativos coletados em campo com informações secundárias, que foram obtidas das seguintes fontes Censo Demográfico (1991 e 2000) e Censo Agropecuário (1980, 1985 e 1995) do IBGE<sup>45</sup>; dados de IDH-M (1991 e 2000) do Ipea<sup>46</sup>; a Caderneta de Campo/Itesp<sup>47</sup> (1996, 1997, 1998, 1999 e 2000); e Informações Municipais/Seade<sup>48</sup> (entre 1993 a 2000).

O enfoque analítico definiu três vertentes na pesquisa de campo. A primeira está no âmbito dos assentados, na relação destes com o ambiente produtivo da economia municipal.

Para captar e mensurar esta relação direta dos assentados com o ambiente econômico do município, utilizou-se o método do Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA), que permite compreender a realidade dos assentamentos rurais e, ainda, sua articulação com o território, no contexto do ambiente de produção do meio rural.

#### **Diagnóstico de Sistemas Agrários – DSA:**

Este método foi desenvolvido no bojo do Projeto de Cooperação Técnico entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto de Colonização Reforma Agrária (Incra), e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), - FAO/Incra (1999).

O DSA analisa e explicita um determinado objeto complexo em termos de sistema e, em primeiro lugar, delimita-o, para depois traçar uma fronteira entre este mesmo objeto e o mundo ao seu redor, distinguindo-o de outros objetos de mesma natureza, para finalmente classificá-lo. Deste modo, esse método serve para diferenciar as múltiplas formas atuais da agricultura, bem como delimitar sua distribuição geográfica e, ainda, classificá-las em tantas espécies (ou sistemas) quantas necessárias (Mazoyer apud FAO/Incra, 1999).

<sup>45</sup> IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>46</sup> Ipea: Instituto de Economia Aplicada.

<sup>47</sup> Levantamento sócio-econômico e censitário dos assentamentos do Estado de São Paulo, realizado pelo Itesp – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

<sup>48</sup> Levantamento de dados demográficos e socioeconômicos dos municípios paulistas, realizado pelo Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br).

O DSA, ao usar uma metodologia sistêmica e por estar centrado nos atores dos sistemas agrários, recorre à estratificação da realidade rural onde os assentamentos estão inseridos, contrastando as diversas realidades agrárias e rurais (inclusive no interior do próprio assentamento e entre assentamentos de um mesmo local) e identificando os principais sistemas de produção<sup>49</sup>. Isto foi o que possibilitou identificar e caracterizar os assentamentos, bem como sua inserção no ambiente de produção rural local.

### **Sistema Agrário**

Um sistema agrário é, antes de tudo, um modo de exploração do meio historicamente constituído. É um sistema de forças de produção, um sistema técnico, adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado, que responde às condições e às necessidades sociais do momento. Um modo de exploração do meio que é produto específico do trabalho agrícola, utilizando uma combinação apropriada de meios de produção inertes e meios vivos para explorar e reproduzir um meio cultivado, resultante das transformações sucessivas, que historicamente ocorreram no meio natural. (...) É graças a esse conceito que podemos apreender e caracterizar as mudanças de estado de uma agricultura e as mudanças qualitativas das variáveis e de suas relações e desenvolver uma teoria que permite distinguir, ordenar e compreender os grandes momentos da evolução histórica e a diferenciação geográfica dos sistemas agrários. (Mazoyer apud FAO/Incra, 1999).

Por meio da percepção dos assentados e de alguns técnicos locais relevantes, foi possível identificar e definir, com o DSA, o sistema de produção dos assentamentos, que está circunscrito na lavoura temporária (grãos e algodão) com a pecuária bovina de leite.

---

<sup>49</sup> O sistema de produção pode ser definido como uma combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para a obtenção das produções agropecuárias. Ele pode também ser concebido como uma combinação mais ou menos coerente de diversos subsistemas produtivos ( Dufumier, 1996)

Com o sistema de produção definido, buscou-se compreender a conformação da renda e dos gastos dos assentados, o que consiste na segunda vertente metodológica da pesquisa de campo.

A segunda vertente é a definição do “quando”, “como” e “onde” se realizam os gastos dos assentados. Para tanto, utilizaram-se recursos do método Grupo Focal<sup>50</sup> para compreender o fluxo das despesas e definir os assentados a serem entrevistados. A discussão com os assentados foi conduzida pelo próprio pesquisador, segundo um roteiro específico (Anexo).

Portanto, as seleções do assentamento e dos assentados a serem entrevistados foram feitas por critérios objetivos, subjetivos e específicos, definidos pelos próprios atores (os assentados), a partir de elementos econômicos, sociais, culturais, entre outros. Foram estipulados como universo de pesquisa os seguintes assentamentos:

- Ribeirão Bonito, o segundo mais antigo do município, com 167 famílias, sendo que foram entrevistados oito assentados (em torno de 5% do total);
- Laudenor de Souza, com 60 famílias, sendo que foram entrevistados três assentados (5% do total);
- Santa Terezinha da Alcídia, com 26 famílias, sendo que foram entrevistados dois assentados (7% do total).

Foram também entrevistados um agrônomo, dois técnicos agrícolas que atuam nos assentamentos como funcionários do Itesp, cinco assentados de outros assentamentos localizados no município – Haidéia (2), Cachoeira do Estreito (3) –, quatro assentados da Gleba XV de Novembro (municípios de Euclides da Cunha/Rosana), sete do município de Mirante do Paranapanema \_ Che Guevara (3) e São Bento (4) –, e dois do assentamento Bom Pastor, no município de Sandovalina.

---

<sup>50</sup> É uma investigação metodológica de caráter qualitativo, desenhada num processo organizado de discussão, no qual se pretende obter, de uma determinada população (neste caso os produtores assentados), suas percepções acerca de um tema que está sendo investigado.

As entrevistas realizadas além das fronteiras de Teodoro Municipal devem-se à condição do município de pólo regional, o que leva uma boa parte dos assentados dos municípios citados a se deslocar para Teodoro Sampaio para realizarem seus gastos. O conhecimento desse microuniverso permitiu entender como os assentados acumulam e processam seus gastos no ambiente produtivo do território e do município.

Com os resultados da distribuição de gasto dos assentados, procedeu-se ao processo de generalização e extrapolação para o universo macro, isto é, para total de assentamento de Teodoro Sampaio.

O resultado da renda agrícola<sup>51</sup> gerada foi comparada com os dados do Itesp/Caderneta de Campo<sup>52</sup> – parâmetro comparativo e para verificar a consistência dos dados da pesquisa de campo.

**Caderneta de Campo**

É um projeto permanente de coleta de dados sócio-econômico dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Esse levantamento de dados é censitário e é realizado desde 1996, em cada ano agrícola dos assentamentos (que se inicia em agosto de um ano e termina em julho do ano seguinte). Adota-se o mês de julho para o fechamento da coleta de dados de produção e para o procedimento da tabulação. Os dados de produção são tabulados em julho/agosto e os dados de infra-estrutura totalizados em setembro/outubro do mesmo ano (Fundação Itesp n 1 1998: 6).

Através da definição da renda agrícola dos assentados e de como os seus gastos se distribuem no município, foi possível estabelecer uma relação entre a renda agrícola total gerada nos assentamentos e o quanto ficou retida nos municípios em questão.

A terceira vertente metodológica da pesquisa de campo foi a relação estabelecida entre o ambiente produtivo urbano municipal e os assentamentos.

<sup>51</sup> A renda agrícola (RA) não considera a produção para autoconsumo, mas somente aquela destinada ao mercado, onde se obtém a receita agropecuária (a). Esta renda também considera a receita oriunda do crédito de investimento (i) e de custeio (c).  $RA = a+i+c$ .

<sup>52</sup> Instrumento censitário realizado nos assentamentos do Estado de São Paulo pelo Itesp, do qual é possível acessar dados socioeconômicos dos assentados.

Para esta vertente, foi aplicada a Pesquisa Qualitativa com diferentes agentes (técnicos, comerciantes, servidores públicos, do ramo de serviços, entre outros) inseridos na economia do município de Teodoro Sampaio.

Este procedimento serviu para identificar qual a percepção que os agentes locais têm sobre a inserção econômica dos assentamentos rurais na economia municipal. Dos 80 estabelecimentos de comércio existentes no município, foram entrevistados cinco pessoas que correspondem a 6% do total, e dos 55 estabelecimentos de serviços, foram entrevistadas três pessoas (5%), além de dois técnicos do Itesp.

Das pessoas entrevistadas do setor de comércio, três eram donos de supermercados (de um total de seis) e dois possuíam lojas de agropecuária (de um total de quatro). Dos entrevistados do setor de serviços, um era proprietário de hotel (de um total de cinco), um era gerente de restaurante (são muitos, algumas dezenas) e um era gerente do Banco do Brasil (de um total de dois –, Banespa e Banco do Brasil).

A amostra dos entrevistados foi determinada através da escolha intencional, buscando-se privilegiar os atores locais envolvidos diretamente com o universo da pesquisa. Portanto, a escolha do entrevistado dependeu, basicamente, da sua inserção no ambiente produtivo do município e da sua relação com os assentamentos localizados no município.

Desta forma, a interface dos assentamentos rurais com a economia local e seu desenvolvimento também foi configurada a partir de critérios objetivos, subjetivos e específicos, definidos pela forma com que cada agente se relaciona com os assentamentos e com a economia local.

Os procedimentos metodológicos adotados para a consecução desta pesquisa de campo foram definidos de forma a fornecer os recursos adequados para discussão e análise do objeto de estudo: “a inserção e potencial de gastos dos assentados no ambiente do município de Teodoro Sampaio”.

### *Definição do local de estudo*

Estabeleceu-se como estudo de caso o município de Teodoro Sampaio, por ter sido o primeiro, no Pontal do Paranapanema, a ter em seu território um assentamento rural implantado – Gleba XV de Novembro (1984), conforme detalhado no capítulo anterior.

Durante a pesquisa, chamou atenção o fato de os agentes econômicos locais, de forma generalizada, quererem que mais assentamentos fossem instalados na região.

A defesa mais entusiasmada era dos agentes do setor comercial, que argumentavam “que a cidade tinha melhorado depois que os assentados se instalaram no município e na região”.

### **Caracterização do Município de Teodoro Sampaio**

O município de Teodoro Sampaio situa-se no Pontal do Paranapanema, extremo sudoeste do Estado de São Paulo, na Região Administrativa de Presidente Prudente, ocupando geograficamente uma área de 1.633km<sup>2</sup>. Limita-se com os municípios de Presidente Epitácio, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista e Rosana e com os Rios Paraná (divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul) e Paranapanema (divisa com o Estado do Paraná).

Em 2000 o município possuía uma população de 20.003 habitantes, 0,7% a mais do que em 1991, sendo que, deste total, 80% residem na cidade. Essa dinâmica de urbanização do município segue a tendência da região, apesar de estar num patamar menor, conforme aponta a tabela 7.

**Tabela 7**  
**Caracterização da População de Teodoro Sampaio e da Região Administrativa de Presidente Prudente, 2.000.**

| Caracterização da população   | Teodoro Sampaio | RA Presidente Prudente |
|-------------------------------|-----------------|------------------------|
| Pessoas residentes (nº)       | 20.003          | 549.899                |
| Taxa de urbanização (%)       | 79,60           | 85,51                  |
| Taxa de crescimento 91/00 (%) | 0,7             | 1,17                   |

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Outra característica da população do município é que a taxa de crescimento populacional do meio rural é positiva desde 1985, ao contrário do

que se observa para a região de Presidente Prudente, onde ocorre esvaziamento do ambiente rural (tabela 8).

**Tabela 8**  
**Taxa de Crescimento da População Rural de Teodoro Sampaio e da Região Administrativa de Presidente Prudente, 1985 – 2000.**

| Período  | População rural |                           |
|----------|-----------------|---------------------------|
|          | Teodoro Sampaio | RA de Presidente Prudente |
| 1.980/85 | 3,58            | -3,39                     |
| 1.980/91 | 3,84            | -4,87                     |
| 1.995/00 | 2,15            | -1,83                     |

Fonte: Fundação Seade.: Informações Municipais, 2002.

O fluxo migratório rumo ao meio rural resulta da implantação dos assentamentos, visto que, desde o início de sua instalação (1984), as taxas de crescimento da população rural são positivas.

A base da economia municipal é a agropecuária, mas também sobressaem as atividades do ambiente urbano, além de o município ser um importante *locus* de geração de energia no Estado, com a Usina de Taquaruçu, que está implantada às margens do Rio Paranapanema.

No setor agropecuário, destaca-se a criação de gado de corte e, ultimamente, também vem despontando a pecuária bovina de leite.

Do total de 601 estabelecimentos agrícolas do município de Teodoro Sampaio, 325 desenvolvem a pecuária (54%), enquanto 197 dedicam-se à agricultura (33%), conforme se pode observar na tabela 10.

No setor urbano, há 439 empresas com CNPJ atuantes no município, que empregam 5.194 pessoas, sendo que, a quase a totalidade (411 empresas) tem sede no município (sem filiais) e ocupa 4.716 pessoas (IBGE, 2001-a/Cidades).

As empresas do setor de serviços/comércio são em maior número, porém, as que ocupam mais mão-de-obra local correspondem às do setor agrícola e do setor público/barragem, seguidas por aquelas do setor de serviços/comércio e, por fim, as da indústria. As empresas do setor de serviço/comércio respondem por 87% do total das empresas instaladas no município, mas absorvem apenas 16% das pessoas ocupadas, enquanto as do setor agropecuário e público/barragem, apesar de serem em menor quantidade

(2% e 1% do total) contratam respectivamente, 38% e 36% das pessoas ocupadas, como se pode notar na tabela 9.

**Tabela 9**  
**Número de Empresa e de Pessoas Ocupadas em Teodoro Sampaio, segundo Atividade Econômica, 1998.**

| Atividade econômica | Empresa    |            | PO           |            |
|---------------------|------------|------------|--------------|------------|
|                     | Nº         | %          | Nº           | %          |
| Agricultura         | 8          | 2          | 1.948        | 38         |
| Indústria           | 43         | 10         | 506          | 10         |
| Serviços/Comércio   | 383        | 87         | 849          | 16         |
| Público/Barragens   | 5          | 1          | 1.891        | 36         |
| <b>Total</b>        | <b>439</b> | <b>100</b> | <b>5.194</b> | <b>100</b> |

Fonte: Fundação IBGE, 2.001-a/Cidades.

Outro ponto a se destacar da dinâmica das empresas municipais refere-se ao seu porte, segundo o número de pessoas ocupadas, a maioria das empresas (88%) tem menos que quatro pessoas ocupadas, sendo que 99% têm menos de 50, portanto, são empresas de pequeno porte (tabela 10).

**Tabela 10**  
**Número de Empresas em Teodoro Sampaio, segundo Número de Pessoas Ocupadas, 1998.**

| Pessoas ocupadas | Empresa    |            |
|------------------|------------|------------|
|                  | Nº         | %          |
| 0                | 34         | 8          |
| 1 a 4            | 350        | 80         |
| 5 a 49           | 50         | 11         |
| 50 a 249         | 1          | 0,2        |
| 250 a 999        | 2          | 0,4        |
| 1.000 +          | 2          | 0,4        |
| <b>Total</b>     | <b>439</b> | <b>100</b> |

Fonte: Fundação IBGE, 2001-a/Cidades.

A importância do ambiente urbano na dinâmica da economia municipal também é notada quando se observa o valor adicionado fiscal I<sup>53</sup> (tabela 11).

**Tabela 11**  
**Valor Adicionado Fiscal em Teodoro Sampaio, segundo Atividades Econômicas, 1999.**

| Atividade         | Valor adicionado     |            |
|-------------------|----------------------|------------|
|                   | R\$                  | %          |
| Indústria         | 33.590.118,00        | 57         |
| Agricultura       | 7.544.125,00         | 13         |
| Serviços/Comércio | 16.078.585,00        | 28         |
| Outras            | 1.306.238,00         | 2          |
| <b>Total</b>      | <b>58.519.066,00</b> | <b>100</b> |

Fonte: SEADE: Informações Municipais, 2.002.

<sup>53</sup> Valor das saídas de mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços no seu território, deduzido o valor das entradas de mercadorias, em um ano civil, das atividades econômicas – fluxo de



No fluxo das mercadorias, em 1999, a indústria respondeu por 57% do valor adicionado total, a agricultura por 13% e os serviços/comércio por 28%.

As principais atividades industriais do município estão centradas no processamento e na industrialização do leite no laticínio Quatá; e no processamento e na industrialização da cana-de-açúcar na destilaria Alcídia.

O comércio ocorre através de pequenas empresas, cujas atividades estão ligadas ao abastecimento alimentar (supermercados e afins), ao vestuário e à manutenção da moradia (eletrodomésticos, utensílios, móveis e outros).

Os serviços também são executados por empresas pequenas, que se dividem em três ramos: alimentação (bares e restaurantes), hospedagem (hotéis, pensões) e instituições financeiras.

Entre as atividades dinâmicas em termos de renda e emprego, destacam-se a agropecuária e o setor terciário, que absorvem 90% das pessoas ocupadas e representam 90% das empresas instaladas em Teodoro Sampaio.

Contudo, as atividades econômicas do município – tanto as do ambiente urbano quanto as do meio rural – não conseguem alavancar a economia municipal aos parâmetros da Região Administrativa de Presidente Prudente, ficando em patamar aquém ao da região (tabela 12).

**Tabela 12**  
**Arrecadação per Capita em Teodoro Sampaio e na Região Administrativa de Presidente Prudente, 2000.**

| Arrecadação per capita                    | Município (R\$) (a) | Região Admin. Pres. Prudente (R\$) (b) | Relação município/região (%) |
|-------------------------------------------|---------------------|----------------------------------------|------------------------------|
| <b>Valor adicionado Total<sup>1</sup></b> | 2.934,00            | 3.537,73                               | 17                           |
| <b>ICMS<sup>2</sup></b>                   | 31,07               | 109,04                                 | 71                           |
| <b>IPTU<sup>3</sup></b>                   | 2,09                | 18,80                                  | 89                           |
| <b>ISS<sup>3</sup></b>                    | 13,71               | 44,74                                  | 69                           |
| <b>Receita Munic. Total<sup>1</sup></b>   | 603,90              | 659,95                                 | 8                            |

Fonte: Fundação Seade: Informações Municipais, 2.002.

Obs: (1) valores em Reais de 2000

(2) valores em Reais de 1999

(3) valores em Reais de 1998

mercadorias num determinado ano civil. Fundação Seade (2001). Informações municipais, ([www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br))

Ao se analisar o valor adicionado *per capita* municipal, verifica-se que este montante é 17%, inferior à média aferida na região. Tal fato também pode ser observado no campo das finanças públicas, em que as arrecadações *per capita* de ICMS, IPTU e ISS estão 71%, 89% e 69%, respectivamente, abaixo das médias registradas na região. A receita *per capita* municipal, apesar de também estar menor que a média regional, apresenta o menor diferencial em relação à região (8%).

No campo social, o município também encontra-se em situação inferior à média regional, apresentando um quadro local bastante desfavorável em termos de condições de vida, como pode ser verificado na tabela 13.

**Tabela 13**  
**Taxas de Analfabetismo e de Mortalidade Infantil em Teodoro Sampaio e na Região Administrativa de Presidente Prudente, 2000.**

| <b>Taxas</b>                                         | <b>Teodoro Sampaio</b> | <b>Região Administrativa Presidente Prudente (%)</b> |
|------------------------------------------------------|------------------------|------------------------------------------------------|
| <b>Analfabetismo (%)</b>                             | 13                     | 10                                                   |
| <b>Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)</b> | 28 óbitos              | 18 óbitos                                            |

Fonte: Fundação Seade. Perfil Municipal, 2002.

A taxa municipal de analfabetismo é de 13%, enquanto a da região corresponde a 10%. A taxa de mortalidade infantil em Teodoro Sampaio, que é de 28 óbitos por mil nascidos vivos, está bem acima da inferida na região (18 por mil nascidos vivos).

Portanto, com base nos dados citados, pode-se concluir que o município de Teodoro Sampaio apresenta um baixo dinamismo econômico e social, em relação à região em que está inserido.

A falta de oportunidade de geração de renda e emprego, em Teodoro Sampaio, pode estar associada a muitas variáveis econômicas, destacando-se sua estrutura produtiva e as relações para fora.

A partir desta realidade local, procura-se, nos tópicos seguintes deste capítulo, analisar os efeitos dos assentamentos rurais sobre a dinâmica municipal, tendo como base analítica os ambientes rural e urbano de Teodoro Sampaio.

## Efeito dos Assentamentos Rurais na Economia Municipal

O acesso à terra no município de Teodoro Sampaio, com a constituição de assentamentos rurais, está garantindo a formação de uma agricultura familiar expressiva no seu território, em número de famílias e área ocupada, como mostra a tabela 14. Há que se observar ainda, nesta tabela, que o processo de “massificação” dos assentamentos no município ocorre a partir de 1995. Este momento é um ponto de corte importante para as considerações e análises sobre o efeito dos assentamentos na economia local, sem que com isto seja desconsiderado o momento anterior (1984 a 1995), no qual se iniciou o processo de ocupação de terra e também quando foram implantados os primeiros assentamentos.

**Tabela 14**  
**Número de Famílias Assentadas e Área Total, segundo Assentamentos Rurais em Teodoro Sampaio, 1984 – 2000.**

| Projeto de Assentamento        | Nº famílias | Início | Area total (ha)  |
|--------------------------------|-------------|--------|------------------|
| Água Sumida                    | 121         | Fev/88 | 1.103,00         |
| Ribeirão Bonito                | 167         | Jan/92 | 2.820,00         |
| Laudenor de Souza              | 60          | Set/97 | 1.545,20         |
| Cachoeira dos Estreitos        | 29          | Nov/97 | 490,47           |
| Córrego Azul                   | 09          | Nov/97 | 226,71           |
| Haidéia                        | 27          | Nov/97 | 868,26           |
| Santa Rita da Serra            | 40          | Nov/97 | 837,43           |
| Santa Vitória                  | 27          | Nov/97 | 515,51           |
| Santo Antônio dos Coqueiros    | 50          | Nov/97 | 968,03           |
| Vale Verde                     | 27          | Nov/97 | 1.010,75         |
| Água Branca I                  | 29          | Out/98 | 630,00           |
| Alcídia da Gata                | 18          | Out/98 | 462,03           |
| Santa Terezinha da Alcídia     | 26          | Out/98 | 1.345,83         |
| Vo Tonico                      | 19          | Out/98 | 550,77           |
| Santa Zélia                    | 104         | Mar/99 | 2.730,35         |
| Santa Terezinha da Água Sumida | 48          | Jul/99 | 1.345,82         |
| Santa Cruz da Alcídia          | 25          | Jan/00 | 712,57           |
| <b>Total</b>                   | <b>793</b>  |        | <b>17.672,26</b> |

Fonte: Fundação Itesp, 2002.

No meio rural, os assentados estão formando uma agricultura familiar diferente daquela até então presente no município, que estava expressa pelo regime de “pequena posse” e à margem da dinâmica imposta pelo latifúndio grileiro (como relatado no capítulo anterior).

A área reformada dos assentamentos vem possibilitando um outro patamar de habilitação<sup>54</sup> por parte de uma população historicamente excluída e que, embora mantendo algum tipo de inserção no ambiente de produção local, o fazia em condições bastante instáveis e precárias.

Os assentamentos rurais no município colocam a agricultura familiar numa nova dinâmica, não mais à margem do latifúndio grileiro, mas sim criando a sua própria dinâmica.

Ora, os assentamentos rurais, ao promoverem a ruptura com o latifúndio grileiro, foram constituindo novas comunidades de produção e trabalho, que, por sua vez, foram e estão interagindo no território do município em que estão inseridos.

#### *A dinâmica da população municipal*

No município de Teodoro Sampaio, onde antes existiam latifúndios, hoje há 793 pequenas unidades familiares de produção, com 3.489 pessoas assentadas<sup>55</sup>, numa área de 17.672 ha.

Sobre esta área reformada, pode-se aferir que os assentamentos rurais ocupam, no município de Teodoro Sampaio, 16% da área total dos estabelecimentos agrícolas<sup>56</sup>.

Em termos de população residente, ao se considerar que cada lote tem uma família com 4,4 membros em média (Fundação Itesp, nº 9, 1998), pode-se estimar que os assentados representam 86% da população rural em Teodoro Sampaio e da total 17%<sup>57</sup>.

Com o advento dos assentamentos rurais em Teodoro Sampaio, ocorreu inversão do fluxo populacional do universo rural desse município, estancando o êxodo rural e aumentando a população nesse ambiente (tabela 15).

---

<sup>54</sup> O enfoque da habilitação de Amartya Sen para a questão da Terra: "Para participar da distribuição da renda nacional é necessário estar habilitado por títulos e/ou pela inserção qualificada no sistema produtivo". (Furtado, 1992:95).

<sup>55</sup> A média (estimada pela Fundação Itesp) de pessoas por família é de 4,4.

<sup>56</sup> Os estabelecimentos agropecuários em Teodoro Sampaio têm uma área total de 108.283ha, segundo o Censo Agropecuário (IBGE) de 1995/96.

<sup>57</sup> De acordo com o Censo Demográfico (IBGE), Teodoro Sampaio tem uma população total de 20.003 pessoas, sendo que, destas, 4.074 residem no meio rural.

**Tabela 15**  
**Taxas de Crescimento das Populações Urbanas e Rurais de Teodoro Sampaio e da RA Pres. Prudente, 1980 – 2.000.**

| Ano     | Teodoro Sampaio |        |       | RA Pres. Prudente |        |       |
|---------|-----------------|--------|-------|-------------------|--------|-------|
|         | Total           | Urbana | Rural | Total             | Urbana | Rural |
| 1980/85 | 5,93            | 8,99   | 3,58  | 1,06              | 2,63   | -3,39 |
| 1980/91 | 6,99            | 10,14  | 3,84  | 1,01              | 2,87   | -4,87 |
| 1995/00 | 0,64            | 0,28   | 2,15  | 0,72              | 1,20   | -1,83 |

Fonte: Fundação Seade. Informações Municipais, 2001.

Na tabela 15 observa-se que, após a implantação dos assentamentos, tanto a população rural como a urbana, em Teodoro Sampaio, aumentaram. Este fenômeno não acontece na região administrativa de Presidente Prudente, pois nessa região ocorre o êxodo da população rural, em todo período de análise.

Esse fato deve estar relacionado com o marco da luta pela terra/assentamento rural: em 1984 foram desapropriados no município 13.311ha onde foram assentadas 571 famílias – Gleba XV de Novembro<sup>58</sup> (assunto abordado no capítulo anterior).

Pode-se também notar que nos anos 80 houve um aumento do fluxo populacional no meio urbano, em Teodoro Sampaio, com índices bem acima dos observados na região administrativa de Presidente Prudente, o que deve estar relacionado com a construção de usinas hidrelétricas no município<sup>59</sup>.

Na década de 90 permaneceu a tendência de crescimento da população rural, com a massificação dos assentamentos no município, o mesmo ocorrendo para a urbana, porém em ritmo inferior àquele verificado anteriormente<sup>60</sup>. Este comportamento deve-se ao fato do término das obras da hidrelétrica de Taquaruçu<sup>61</sup>, o que determinou uma diminuição no fluxo populacional em direção a Teodoro. Porém, se ainda assim o crescimento da população se manteve positivo, isto decorreu da implantação dos

<sup>58</sup> É importante destacar que, em 1984, o município de Teodoro Sampaio não tinha sido ainda desmembrado e, sendo assim, a Gleba XV de Novembro pertencia ao território do município.

<sup>59</sup> Nesse período, três hidrelétricas estavam sendo construídas: Porto Primavera (no Rio Paraná), Rosana e Taquaruçu (no Rio Paranapanema), localizadas no município de Teodoro Sampaio (Mançano, 1.999:102). Como já foi salientado, nesse período o território do município estava intacto, não tinha ocorrido ainda o seu desmembramento, o qual só foi acontecer em 1992.

<sup>60</sup> As taxas de crescimento da população urbana do município estão bem abaixo quando comparadas com as observadas na RA de Pres. Prudente.

assentamentos no município. O jornal *Folha de São Paulo*<sup>62</sup> registrou que, segundo o Censo – 2000/IBGE, a maioria das cidades do noroeste paulista<sup>63</sup> “encolheu” na última década, em termos de população. Tal fato não foi observado somente nas cidades da região que têm assentamento rural implantado em seu território. Esses municípios, pelo contrário, tiveram crescimento da população.

Este incremento populacional, verificado na tabela 15, se deve ao dinamismo que os assentados estão impondo à economia do município, visto que nos anos 90 não ocorreu nenhum outro evento de monta, além da distribuição do ativo “terra”, que pudesse alavancar a economia local<sup>64</sup>.

#### *Cenário da estrutura agrária*

O assentamento rural tem levado a um redesenho da estrutura agrária de Teodoro Sampaio, onde, nos últimos anos, a propriedade fundiária se encontra mais bem distribuída.

A tabela 16 mostra que, entre 1980 e 1995, o número de estabelecimentos cresceu 67%, enquanto a área total reduziu-se em 25%. Os estabelecimentos menores que 100ha expandiram-se em número (73%) e em área (150%). Em contrapartida, aqueles de 1.000 a 10.000ha diminuíram em número (17%) e em área (36%). Há que se destacar a redução do número de estabelecimentos com mais de 10.000ha, de 2 para 1.

**Tabela 19**  
**Número de Estabelecimentos, Área Total e o Índice de Gini no Município de Teodoro Sampaio, segundo grupos de área, 1980 – 1995.**

| Grupo de área         | 1980         |                 | 1995         |                |
|-----------------------|--------------|-----------------|--------------|----------------|
|                       | Nº           | ha              | Nº           | ha             |
| - 100                 | 917          | 11.439          | 1.589        | 28.572         |
| 100-1000              | 71           | 26.453          | 122          | 45.705         |
| 1000-10000            | 64           | 182.322         | 53           | 116.180        |
| + 10000               | 2            | 48.021          | 1            | 10.285         |
| <b>Total</b>          | <b>1.054</b> | <b>268.2352</b> | <b>1.765</b> | <b>200.742</b> |
| <b>Índice de Gini</b> | <b>0,916</b> |                 | <b>0,854</b> |                |

Fonte: Fundação IBGE. Censo Agropecuário, 1995 e 1980.

<sup>61</sup> Das três hidrelétricas, somente esta permaneceu no território do município depois do desmembramento.

<sup>62</sup> Notícia publicada na *Folha de S. Paulo* de 10/05/2001, p. C4 – caderno Cotidiano.

<sup>63</sup> Região do Estado de São Paulo onde o Pontal do Paranapanema está inserido e, conseqüentemente, o município de Teodoro Sampaio.

<sup>64</sup> Em Teodoro Sampaio há a hidrelétrica de Taquaruçu, mas depois que as obras terminaram, em meados dos anos 90, restringiu-se muito seu impacto.

Na tabela 16 pode-se também observar que, no período 1985–95, o Índice de Gini<sup>65</sup> apresentou uma redução de 0,916 para 0,854, demonstrando que no município vem ocorrendo mudança na estrutura agrária, o que possibilita aventar que os assentamentos estão determinando, no território municipal, um processo de distribuição da propriedade da terra.

Os dados apresentados refletem o impacto das ocupações de terra e dos assentamentos rurais na estrutura agrária no município, bem como os primórdios de um processo de desconcentração da terra no município, a ser verificado nos futuros censos agropecuários.

Neste momento, observa-se que há uma tendência de desconcentração do ativo “terra” no município, em decorrência da pressão social, seja via ocupações (do latifúndio grileiro) e acampamentos, seja por meio dos assentamentos rurais.

#### *Produção agropecuária e outras alternativas de produção dos assentados*

Num primeiro momento, a dinâmica de produção dos assentados rurais no município de Teodoro Sampaio foi construída no mesmo molde do padrão produtivo preexistente na região (dos posseiros), com o emprego de sistemas produtivos tradicionais, cuja produtividade é baixa, e, portanto, não houve “inovações<sup>66</sup>” tecnológicas significativas.

A produção agrícola dos assentamentos manteve, segundo os técnicos locais entrevistados na pesquisa de campo, o cultivo de culturas tradicionais da região, como grãos<sup>67</sup> (arroz, milho e feijão), mandioca e algodão (tabela 17).

---

<sup>65</sup> O método de cálculo do índice de Gini (G) seguiu o método definido por Hoffmann (1998: 33 a 84). Segundo o autor, o índice de Gini é uma das principais medidas de desigualdade. O índice de Gini (G) varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1 o G estiver, maior o grau de desigualdade na distribuição da terra; quanto mais próximo de 0 o G estiver, maior o grau de igualdade na distribuição da terra.

<sup>66</sup> Conceito de Schumpeter (1982). Inovação é a introdução de novos produtos ou serviços ou de novas técnicas para a sua produção ou funcionamento. Também são inovações as novas formas de *marketing*, vendas, publicidade, distribuição, etc., que resultem em custos menores e/ou faturamento maiores.

<sup>67</sup> Cultivos voltados praticamente para o consumo de subsistência e o excedente para o mercado.

**Tabela 17**  
**Produtividade dos Principais Cultivos dos Assentamentos de Teodoro Sampaio e do EDR/Cati de Presidente Venceslau, 1999.**

| Cultivos                 | Área (ha) | Produtividade dos Assentamentos | Produtivi// média EDR/Cati Pres. Venceslau |
|--------------------------|-----------|---------------------------------|--------------------------------------------|
| Algodão (@)              | 122       | 78                              | 93                                         |
| Amendoim (sc/25kg)       | 27        | 42                              | 75                                         |
| Arroz (sc/60kg)          | 26        | 13                              | 64                                         |
| Cana ind. (ton.)         | 656       | 80                              | 68                                         |
| Feijão seca (sc/60kg)    | 128       | 7                               | 11                                         |
| Feijão inverno (sc/60kg) | 84        | 7                               | 14                                         |
| Mandioca ind. (ton.)     | 869       | 11                              | 24                                         |
| Milho (sc/60kg)          | 934       | 27                              | 41                                         |

Fonte: Fundação Itesp, 2.002-a e [www.ica.sp.gov.br](http://www.ica.sp.gov.br).

Na tabela 17, através de dados secundários do Instituto de Economia Agrícola (IEA/SAA-SP) e da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (Itesp), verifica-se o que os técnicos locais apontaram na pesquisa de campo: “os principais cultivos dos assentamentos têm baixa produtividade”.

Constata-se, quando se compararam os dados de produção agropecuária dos assentados com os parâmetros médios de produção do EDR de Presidente Venceslau<sup>68</sup> (Escritório de Desenvolvimento Regional/Cati), que a produtividade dos produtos dos assentamentos (exceto a cana<sup>69</sup>) estão abaixo daquela registrada na região.

Quanto ao uso de insumos, de um modo geral, os técnicos locais observaram que há uma disparidade entre os assentados: há aqueles que usam e os que não usam insumos, por mais diversos motivos, sendo que até no mesmo cultivo existem estas duas situações.

A prática generalizada de cultivo, segundo a Fundação Itesp, é a de se aproveitar da fertilidade natural dos solos, conforme se pode verificar na tabela 18.

<sup>68</sup> O município de Teodoro Sampaio pertence ao EDR de Presidente Venceslau.

<sup>69</sup> O cultivo da cana está presente somente nos assentamentos localizados no entorno da destilaria Alcídia, e é um diferencial entre estes assentamentos e outros localizados no mesmo município e/ou em outros da região do Pontal. De acordo com informes locais, o cultivo da cana extrapola as fronteiras de Teodoro somente em alguns assentamentos de Euclides da Cunha Paulista (por exemplo – Gleba XV de Novembro).



**Tabela 18**  
**Número de Assentados em Teodoro Sampaio, que Usam Insumos Agrícolas,**  
**segundo Tipos de Cultivo, 1999.**

| Cultivos    | Produtores (n°) |       |           |           |            |        |        |
|-------------|-----------------|-------|-----------|-----------|------------|--------|--------|
|             | Total           | Adubo | Sem./Muda | Herbicida | Inseticida | Fungic | Formic |
| Algodão     | 50              | 28    | 47        | -         | 47         | 14     | 1      |
| Amendoim    | 14              | 4     | 12        | -         | 7          | 2      | 1      |
| Arroz       | 27              | 7     | 5         | -         | 3          | -      | -      |
| Cana ind.   | 70              | 70    | 70        | 70        | -          | -      | -      |
| Café adens. | 6               | 6     | 6         | -         | 6          | -      | -      |
| Café conv.  | 10              | 10    | 7         | -         | 10         | -      | -      |
| Feijão seca | 53              | 19    | 19        | -         | 19         | 19     | -      |
| Feijão inv. | 50              | 12    | 40        | 1         | 26         | 5      | 7      |
| Mandioca    | 314             | 62    | 11        | -         | 1          | -      | -      |
| Milho       | 345             | 110   | 287       | -         | 120        | 1      | 51     |

Fonte: Fundação Itesp, 2002-a.

De acordo com os técnicos locais, os assentados só utilizam insumos para os cultivos destinados ao mercado, como, por exemplo, na cana-de-açúcar, pois seguem as determinações tecnológicas da destilaria, que arrenda parte da área do lote.

Os programas públicos de fomento tecnológico não atingiram a maioria dos assentados e seus objetivos de difusão tecnológica. Pode-se citar, como exemplo, o recurso financeiro da Fundação Itesp para a correção de solo, o qual não alcançou 50% da área agrícola dos assentamentos do município (Fundação Itesp, 2.002-a).

A opção ou permanência dos assentados no uso de uma tecnologia rudimentar se deve a dois fatores, principalmente:

- fator ambiental – a fragilidade dos solos<sup>70</sup> e o clima que concentra chuvas num curto período do ano<sup>71</sup> e apresenta veranicos neste curto período de chuvas (Anexos);
- fator econômico: o baixo preço dos produtos agrícolas<sup>72</sup>, no decorrer dos anos 90.

<sup>70</sup> Os solos do município de Teodoro Sampaio são constituídos a partir das formações do grupo Bauru, que apresentam como principais características a elevada concentração de areias, fertilidade natural baixa, boa permeabilidade e drenagem excessiva. O tipo de solo predominante é o latossolo, com manchas de podzólicos nos relevos de colina médias e mais intensamente nos morrotes, sendo que em alguns ocorrem também o cambissol (Fundação Itesp, n°2, 1998).

<sup>71</sup> O clima caracteriza-se pela alternância de período seco e frio (entre maio e agosto) e período quente e úmido (entre novembro e fevereiro), sendo que as chuvas concentram-se de dezembro a janeiro (Fundação Itesp, n°2, 1998).

<sup>72</sup> Os principais produtos agrícolas cultivados nos assentamentos são: algodão, milho, mandioca e feijão.

Dentro dessas condições ambientais e econômicas, a permanência na atividade agrícola acarretou sucessivas quebras de safras, deixando,conseqüentemente, a maior parte dos assentados em condição de inadimplência ou descapitalizados e alguns ficaram prestes a desistir da condição de assentado.

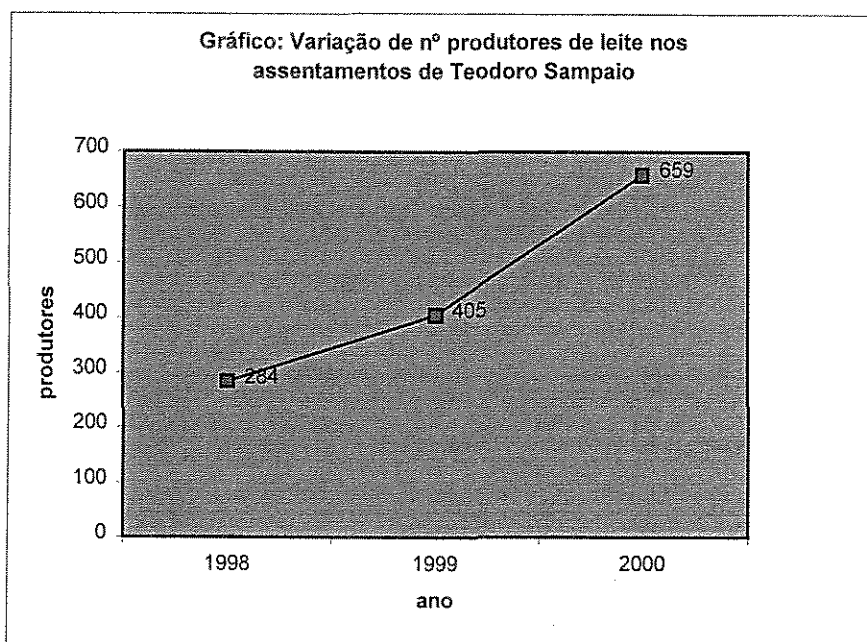
Neste contexto desfavorável para a agricultura, os assentados resolveram mudar o padrão produtivo adotado e estão buscando alternativas de produção. Há uma série de iniciativas, por parte dos assentados, a fim de encontrar outras opções para o impasse agrícola, dando novo rumo para a dinâmica da produção familiar.

A diversificação da produção agrícola está sendo um dos caminhos escolhido por alguns. O arrendamento da cana foi uma opção de diversificação encontrada por assentados que estão estabelecidos ao redor da destilaria Alcídia. Para outros, a alternativa está sendo o cultivo do café, ainda em fase de implantação, e por isso de difícil mensuração e análise quanto à sua viabilidade técnica e econômica.

Na perspectiva da diversificação, a pecuária leiteira familiar foi o sistema de produção que mais ofereceu possibilidades econômicas para a reprodução e a continuidade na terra.

Essa atividade, segundo os técnicos locais, teve como fonte de financiamento, para aquisição do rebanho e infra-estrutura, o Proclera (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) e, mais recentemente, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A produção de pecuária leiteira familiar foi muito estimulada pelos técnicos do Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva") para sua expansão.

No gráfico 1, verifica-se o crescimento do número de produtores de leite nos assentamentos, no período de 1998 a 2000.



Fonte: Fundação Itesp, 2.002-a.

Entre 1.998 e 2000, houve um incremento de produtores na atividade leiteira da ordem de 132% nos assentamentos de Teodoro Sampaio, passando de 284 para 659 produtores de leite.

Em Teodoro Sampaio, a pecuária bovina de corte extensiva vem cedendo espaço para a pecuária bovina de leite familiar, alavancada pelos assentados.

Na tabela 19 pode-se observar o aumento do número de vacas ordenhadas e da produção de leite no município de Teodoro Sampaio, que cresceram, entre 1995 e 2000, 27% e 26%, respectivamente.

**Tabela 19**  
**Número de Vacas Ordenhadas e Produção de Leite em Teodoro, 1.995 – 2.000.**

| Índices                      | 1.995 | 2.000 | Taxa de Crescimento 95/00 (%) |
|------------------------------|-------|-------|-------------------------------|
| <b>vacas ordenhadas (nº)</b> | 3800  | 4830  | 27                            |
| <b>Leite (mil litros)</b>    | 1846  | 2317  | 26                            |

Fonte: Fundação IBGE (2.001-b).

A importância da pecuária leiteira na diversificação da produção e na estratégia de obtenção mensal de renda nos sistemas de produção das famílias assentadas, aliada à possibilidade de aproveitamento de pastagens já constituídas na época da implantação dos assentamentos, têm sido os

principais fatores de crescimento dessa atividade (Fundação Itesp, nº9, 1.998: 69).

A expansão da pecuária leiteira nos assentamentos, apesar de ser uma estratégia de renda, ocorre com baixos índices de produção, como se pode observar na tabela 20.

**Tabela 20**  
**Índices da pecuária leiteira familiar nos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio, 2.000.**

| Variáveis                               | Índices |
|-----------------------------------------|---------|
| UA/ha                                   | 1,01    |
| /cab.lact/dia                           | 3,55    |
| ssentados com capineira (%)             | 35      |
| ssentados com silagem(%)                | 1       |
| ue utilizam concentrado (%)             | 27      |
| ssentados q/ utilizam sal mineral (%)   | 93      |
| ssentados vacinam o rebanho (%)         | 91      |
| ssentados que utilizam medicamentos (%) | 95      |

Fonte: Fundação Itesp, 2002-a.

A capacidade de suporte está em torno de 1,01 UA/ha (unidade animal por ha) e a produção média é cerca de 3,55l/vaca em lactação. Em termos de manejo, tem-se: rebanho não especializado, criado em regime de pasto, visto que somente 45% dos criadores fazem capineiras e apenas 1% utiliza silagem. No trato com os animais, cerca de 90% dos assentados usam medicamentos e sal mineral e somente 27% utilizam o concentrado. Portanto, o manejo da pecuária leiteira familiar desenvolvida pelos assentados resume-se a pasto, medicamentos e sal, sendo que, neste contexto, registrou-se na pesquisa de campo que o leite é tirado de forma rústica e transportado em “latão”.

Parte desta produção leiteira é para o autoconsumo e outra parte destina-se tanto ao laticínio Quatá<sup>73</sup>, em Teodoro Sampaio, e aqueles localizados no entorno desse município, como o Novo Tempo (em Mirante do Paranapanema) ou de Rosana, sendo que também está atuando na área o laticínio Líder, do Paraná. O leite nas empresas é processado e revendido com as respectivas marcas próprias ou com aquelas das redes de

<sup>73</sup> O laticínio Quatá foi o único que iniciou suas atividades na região antes dos assentamentos, recolhendo leite dos pecuaristas tradicionais da região. Com o advento dos assentamentos, houve uma expansão da pecuária leiteira na região do Pontal. Esta reversão produtiva de carne para leite despertou o interesse de outros laticínios em se instalar na região ou se deslocar até lá para coletar parte da produção em franca expansão.

distribuição, como o caso da Quatá, que comercializa seus produtos com marca própria e com a dos supermercados Extra e Carrefour.

Além da expansão dos laticínios nos municípios, a atividade de pecuária leiteira também criou na região a necessidade de lojas agropecuárias para atender às demandas dos assentados com relação a medicamentos, equipamentos, materiais, entre outros produtos necessários ao bom andamento desta atividade<sup>74</sup>.

Como exposto, a atividade de pecuária leiteira familiar é um sistema de produção predominante no ambiente produtivo dos assentamentos. Essa atividade se combina, na maioria dos assentamentos, com a produção de grãos e de subsistência.

Na tabela 21 observa-se que, das áreas agricultáveis, as pastagens são predominantes, com percentuais de ocupação em torno de 70%. Os cultivos anuais (milho, feijão, mandioca e outros) se distribuem com taxas de ocupação ao redor de 24%, sendo que os cultivos de subsistência, mais a moradia, ocupam em torno de 2%. As outras atividades – cultivos permanentes e reflorestamento – respondem por menos de 1% da área total.

**Tabela 21**  
**Distribuição das Atividades Agropecuárias nos Assentamentos em Teodoro Sampaio, 2002.**

| <b>Area</b>                    | <b>Ha</b> | <b>%</b> |
|--------------------------------|-----------|----------|
| <b>Pastagens</b>               | 12.317,56 | 69,7     |
| <b>Cultivo Anual</b>           | 4.223,67  | 23,9     |
| <b>Cultivo Permanente</b>      | 159,05    | 0,9      |
| <b>Reflorestamento</b>         | 17,67     | 0,1      |
| <b>Autoconsumo/Moradia</b>     | 424,13    | 2,4      |
| <b>Outros</b>                  | 530,17    | 3,0      |
| <b>Área Total Agricultável</b> | 17.672,26 | 100      |

Fonte: Pesquisa de Campo<sup>75</sup>, 2002.

Nessa busca de alternativas de produção, os assentados também estão convergindo ações de recuperação e preservação dos recursos naturais com suas atividades produtivas.

<sup>74</sup> Antes dos assentamentos, vários desses produtos, que também é de uso na pecuária de corte, eram adquiridos nas cidades de origem dos pecuaristas tradicionais e não em Teodoro Sampaio. Este tipo de comércio voltado ao atendimento da pecuária só se instalou no município devido à demanda da pecuária leiteira familiar dos assentamentos.

<sup>75</sup> Pesquisa de campo realizada pelo autor.

O Itesp lançou em 1997–98, o Plano de Recuperação Ambiental nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, que consistia no reflorestamento de áreas em assentamentos já implantados na região. No plano previu-se a constituição de parceria com a Cocamp (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentamentos de Reforma Agrária do Pontal Ltda) e ONG IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas).

Neste contexto de preservação e conservação ambiental no Pontal, estão sendo desenvolvidas outras iniciativas da parceria realizada entre a Cocamp e a ONG IPÊ voltadas para desenvolver as seguintes atividades junto aos assentados:

- instalação de pequenos bosques dentro dos assentamentos – projeto bosque Trampolim;
- aumentar as áreas de mata em torno do Parque Morro do Diabo (Projeto Abraço Verde);
- projeto para a implantação de café orgânico na região, que conta com apoio da Fundação Boticário; entre outras.

Esta preocupação ambiental está articulada com a reprodução e fortalecimento do assentado na região do Pontal.

A distribuição do ativo “terra” vem possibilitando um novo processo de ocupação econômica do Pontal do Paranapanema: a produção familiar dos assentados.

Essa forma de ocupação familiar dos assentamentos também vem criando condições necessárias para conservação e proteção dos recursos naturais no meio rural dessa região.

A pesquisa de campo<sup>76</sup> constatou que, em relação ao trabalho agrícola direto nos lotes, cerca de 59,1% da população assentada se dedica exclusivamente às tarefas do lote (2.061 pessoas).

A população restante do assentamento está envolvida, parcialmente, nos trabalhos do lote ou em outras atividades que podem estar sendo feitas no próprio assentamento ou fora deles.

Em relação ao emprego, os assentados se renovam ainda mais. Além de serem mantidas condições dignas de moradia, alimentação e renda para as 793 famílias, nos assentamentos estão surgindo outras atividades ademais das agropecuárias. São atividades que estão dando oportunidade de emprego e renda tanto para os assentados como para seus filhos e agregados.

A organização interna do trabalho nos assentamentos em geral parece seguir um padrão diferente do até então presente no meio rural, centrado somente nas atividades agrícolas.

A existência dos assentamentos, como unidade familiar de produção num dado território, originou uma série de demandas e reivindicações (estradas, postos de saúde, escolas, energia elétrica, entre outros), as quais aportam aos assentamentos uma capacidade de organização de trabalho além do agrícola.

Considerando-se a distância dos assentamentos ao centro urbano, a dificuldade do transporte coletivo e a precariedade do atendimento de saúde e do ensino no meio rural têm efeitos graves na qualidade de vida dos assentados. Isto tudo fez com que se estruturassem nos assentamentos alguns serviços de infra-estrutura social.

---

<sup>76</sup> Esses universo foi obtido na pesquisa de campo, chegando-se a uma média de 2,6 pessoas dedicadas integralmente ao trabalho nos lotes. Os dados sobre o envolvimento da população assentada com o trabalho no lote foram checados e confirmados com caderneta de campo Itesp. Na caderneta de campo, da população assentada que está envolvida no trabalho do lote corresponde de 47% a 51% do total da população assentada. Nesta dissertação foi considerada a taxa média de 59% para os cálculos do número de pessoas envolvidas no trabalho nos lotes. Adotou-se, ainda, como população total de assentados, 3.489 pessoas, considerando que há 793 lotes e que há em média 4,4 pessoas por família.

Há transporte escolar para deslocamento interno do assentamento, bem como até a sede municipal. Esses serviços aproveitam tanto mão-de-obra do próprio assentamento como também de fora deste.

Também existem agentes de saúde em todos os assentamentos rurais do município, contratados pela prefeitura, sendo que essa mão-de-obra é requisitada no próprio assentamento (Pesquisa de Campo).

A organização da produção também vem gerando novas oportunidades de emprego, com a aquisição de novas tecnologias (máquinas e implementos), bem como através da Cocamp (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentamentos de Reforma Agrária do Pontal Ltda.).

Os assentados nas suas agrovilas ou nos próprios lotes também geram uma série de serviços voltados à demanda de lazer e alimento da comunidade.

Na pesquisa de campo constataram-se nos assentamentos, as seguintes atividades<sup>77</sup> não-agrícolas<sup>78</sup>:

- pequenos comércios de alimentos e outros;
- serviços de máquinas – preparo de solo/plantio e outros;
- construção civil – casas, poços, etc.;
- motorista do ônibus escolar;
- agentes de saúde;
- professores;
- locutores e operadores da rádio comunitária;
- funcionários da Cocamp.

---

<sup>77</sup> Não foi possível quantificar tais atividades, pois este procedimento necessitaria de uma pesquisa censitária, envolvendo todos os assentamentos do município. O nosso universo de pesquisa só permitiu constatar as atividades, mas não quantificá-las. Segundo o Itesp (nº9, 1988: 42), 13% dos assentados em Teodoro Sampaio estão envolvidos com atividades externas aos lotes.

<sup>78</sup> Para discussão desse conceito, ver Graziano (1999).



A produção familiar dos assentados vem criando condições necessárias para formação de emprego no meio rural (agrícola e não agrícola) e conseqüentemente, geração de renda.

Quanto à qualidade da mão-de-obra, devem ser observados alguns aspectos. Em todos os assentamentos do município, há escolas de ensino fundamental e, em alguns, até do ensino médio.

A população estudantil corresponde a 34% do total dos assentados (Fundação Itesp nº9, 1998: 41 e 42). Ao se tomar esse índice como parâmetro e aplicá-lo nos dados populacionais da pesquisa de campo (3.489) chega-se a um contingente estudantil em torno de 1.186 pessoas.

A partir dessa realidade da capacidade dos assentados em garantir estudo para suas crianças e jovens, pode-se aventar que, nos assentamentos, se está proporcionando (num futuro próximo) uma oferta de mão-de-obra com diferencial de escolaridade, visto que a população pretérita tem uma baixa escolaridade (Fundação Itesp nº9, 1998: 23 e 24). Essa característica deve ser considerada na assistência técnica e nos avanços tecnológicos, bem como nas alternativas produtivas e de proteção do ambiente dos assentamentos.

#### *Renda agrícola e consumo dos assentados*

A partir do levantamento realizado nos assentamentos pela Caderneta de Campo da Fundação Itesp<sup>79</sup>, procura-se mostrar o potencial da renda monetária gerada pelos assentamentos<sup>80</sup>. Esta renda é composta pela produção comercializada e pelo financiamento de custeio agrícola.

Deve-se considerar que não está sendo computada, nos cálculos de renda, a produção de autoconsumo,<sup>81</sup>, mas sim apenas que se destina ao mercado.

---

<sup>79</sup> Levantamento socioeconômico e censitário dos assentados do Estado de São Paulo, realizado pelo Itesp.

<sup>80</sup> Esses dados de renda agrícola dos assentados foram checados e averiguados na pesquisa de campo.

<sup>81</sup> Segundo Andrade (2002:10), no Estado de São Paulo, conforme pesquisa realizada pelo Itesp, entre 1999 e 2000, o consumo *per capita* de alimentos provenientes do próprio lote é de 419,85 kg/ano – 1,15 kg/dia – e representa um valor monetário de R\$ 402,12. Considerando o número médio de cinco pessoas

As atividades de autoconsumo existentes nos assentamentos da região do Pontal compõem o seguinte quadro: 76% dos lotes assentados possuem criação de aves, 36% têm criação de suínos, a maioria (54%) possui pomares e há horta em 41% dos lotes. Em geral, essas atividades são desenvolvidas próximas à moradia, no entorno da casa, envolvendo a participação de mulheres, crianças e jovens (Fundação Itesp nº9, 1998, 37 e 38).

A produção de alimentos básicos (arroz, feijão, milho, mandioca e leite) para autoconsumo, está presente praticamente na totalidade dos lotes.

Contudo, mesmo não considerando no cômputo da renda a produção de autoconsumo, percebe-se que a renda monetária (oriunda da produção agrícola comercializada e do crédito agrícola) gerada pelos assentados pode ser um instrumento importante para alavancar a economia local. A tabela 22 mostra a renda monetária obtida com a produção agropecuária e o crédito de custeio.

**Tabela 25**  
**Renda Monetária dos Assentados em Teodoro Sampaio, 1.987 – 2000.**

| <b>Safra Agrícola</b> | <b>Salários Mínimos (R\$)<sup>1</sup></b> | <b>Renda Monetária (R\$)</b> | <b>SM/mês/assentado</b> |
|-----------------------|-------------------------------------------|------------------------------|-------------------------|
| 1997/98               | 130,00                                    | 1.284.480                    | 1,7                     |
| 1998/97               | 136,00                                    | 2.705.387                    | 2,4                     |
| 1999/00               | 151,00                                    | 3.168.949                    | 2,5                     |

Fonte: Fundação Itesp, 2001.

(1) [www.calculo.com.br](http://www.calculo.com.br)

Deve-se considerar que, nesta tabela, do total de assentamentos implantados no município (10), até 1997, segundo os dados da Caderneta de Campo/Itesp – 2001, oito estavam ainda em situação fundiária provisória<sup>82</sup> Cachoeira de Estreito, Haidéia, Laudenor de Souza, Santa Rita da Serra, Santa Vitória, Vale Verde, Córrego Azul e Santo Antonio dos Coqueiros. Os assentamentos que nesse período se encontravam em situação fundiária definitiva eram Ribeirão Bonito e Água Sumida.

Mesmo nessa condição fundiária provisória da maioria dos assentamentos, a renda média dos assentados foi de 1,7 salário mínimo/mês.

---

por família, o consumo médio 2.099,25 kg de alimentos por família/ano, com um valor de R\$ 2.010,62 – ou R\$ 167,55 que correspondeu em 2000 a 1,1 salário mínimo.

Nos anos seguintes, com a situação regularizada<sup>83</sup>, a renda monetária dos assentados vai aumentando, sendo que, no último ano, fica em torno de 2,5 salários mínimos/mês/assentado.

Segundo o IBGE (Cidades, 2001a), em 1999, no município de Teodoro Sampaio, o montante de salários e outras remunerações do setor agrícola foi de R\$ 4.914.204,00. Ao se comparar este valor com a renda monetária dos assentados (tabela 21), verifica-se que, em Teodoro Sampaio, o rendimento dos assentados correspondeu a 55% do montante de salários do setor agrícola do município.

Ainda no mesmo período, de acordo com IBGE (Cidades, 2001a), o salário médio (salário/PO assalariada) nas empresas era de R\$ 591,09, enquanto o rendimento médio do assentado equivalia a R\$ 377,50 (tabela 21), correspondendo, portanto, a 64% do salário médio do município.

Ao se considerar que em Teodoro Sampaio os assentados representam 16% do total das famílias residentes, pode-se ponderar que aqueles com uma renda mensal de 2,5 salários mínimos têm um significativo potencial de gasto para a economia municipal. Como o assentado mora no município, sua tendência é gastar sua renda nesta localidade ou no seu entorno.

A despeito de uma grande parcela da população assentada recentemente ter tido sua situação regularizada, verificou-se<sup>84</sup> que cerca de 80% das famílias assentadas residem em condições favoráveis de moradia (casas de alvenaria, mistas e de madeira). Segundo os assentados, o consumo de materiais de construção, para esta vertiginosa melhora nas condições de moradia, foi realizado no município ou no entorno dele.

A maioria das residências nos assentamentos tem energia elétrica e praticamente todos os lotes possuem poço cacimba. Assim, nessas moradias, existem fogão, geladeira, chuveiro e outros eletrodomésticos. Segundo as

---

<sup>82</sup> Configura-se numa situação em que os lotes dos assentados não estão demarcados; a situação fundiária da área não está definida; entre outros fatores estruturais, que inibem a plenitude do processo produtivo dos assentados.

<sup>83</sup> A situação dos assentamentos do município só foi regularizada a partir de 1998.

<sup>84</sup> Este dado qualitativo foi verificado na pesquisa de campo realizada pelo autor na região.

fontes locais<sup>85</sup>, estes equipamentos domésticos foram adquiridos tanto no município como em outras cidades da região do Pontal.

No que se refere ao consumo voltado para a produção agropecuária, de um modo geral, em torno de 60% dos assentados utilizam fertilizantes químicos e de 15% a 30% usam defensivos químicos, sendo que esses insumos agrícolas são adquiridos através de recursos tanto próprios como provenientes do crédito rural (Pronaf). Em relação ao gasto com esses insumos, os assentados concentram suas compras em Teodoro Sampaio e uma parcela desses gastos também é realizada nos municípios fronteiriços do Paraná<sup>86</sup>.

Quanto à disponibilidade de máquinas agrícolas e implementos, constata-se, segundo Fundação Itesp (nº9, 1.998: 81), que o número de tratores existentes servem 17 lotes/máquina, ou ainda, 878 ha/trator. Compra de máquinas e implementos, praticamente, foi realizada na região e no seu entorno (além do limite estadual, em cidades fronteiriças do Paraná), através de recursos de crédito. Os gastos com manutenção são efetuados na sede do município<sup>87</sup>.

Destaca-se, ainda, o uso da tração animal, pois a maioria dos lotes possui animais de trabalho. Tanto os animais como os equipamentos de tração animal foram adquiridos na região e no seu entorno, principalmente através de recursos próprios. Os gastos com manutenção foram realizados na sede do município<sup>88</sup>.

Portanto, as despesas de produção se concentraram em Teodoro Sampaio, sendo que somente uma pequena parcela foi realizada além das fronteiras locais, nas cidades dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Esses dados da renda agrícola e de consumo gerados pelos produtores assentados permitem compreender o potencial dos assentamentos rurais para a economia local e municipal, mas não mostram o quanto da renda gerada é

---

<sup>85</sup> Este dado qualitativo foi verificado na pesquisa de campo realizada pelo autor na região.

<sup>86</sup> Este dado qualitativo foi verificado na pesquisa de campo realizada pelo autor na região.

<sup>87</sup> Este dado qualitativo foi verificado na pesquisa de campo realizada pelo autor na região.

<sup>88</sup> Este dado qualitativo foi verificado na pesquisa de campo realizada pelo autor na região.

apropriada no município, visto que alguns gastos ocorrem além das fronteiras municipais.

Tal reflexão de “quanto da renda gerada pelos assentados é apropriada no município” será objeto de análise no último tópico deste capítulo.

#### *Dinâmica social do município*

O município de Teodoro Sampaio melhorou sua posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal<sup>89</sup> (IDH-M), nos últimos nove anos (1991 a 2000), e aumentou na classificação internacional<sup>90</sup>, acompanhando a tendência do Estado, conforme se verifica na tabela 23. O IDH do Estado de São Paulo variou de 0,773 para 0,814; entre 1991 e 2000, passando do estágio de médio desenvolvimento humano para de desenvolvimento humano alto, enquanto Teodoro Sampaio, mesmo apresentando tendência semelhante à observada no Estado, permaneceu sendo um município de médio desenvolvimento humano. Apesar disso a variação deste índice no município foi muito mais intensa do que no Estado de São Paulo: em Teodoro Sampaio o IDH-M cresceu 7%, enquanto no Estado aumentou somente 5%. O município também teve maior variação nos indicadores de renda, longevidade e educação. Essa especificidade pode estar associada com a presença dos assentamentos e seus efeitos na economia municipal.

**Tabela 23**  
**Índice de Desenvolvimento Humano em Teodoro Sampaio e no Estado de São Paulo, 1991 – 2000**

| Índice        | Teodoro Sampaio |       |                   | São Paulo |       |                   |
|---------------|-----------------|-------|-------------------|-----------|-------|-------------------|
|               | 1991            | 2000  | var 1991/2000 (%) | 1991      | 2000  | var 1991/2000 (%) |
| <b>IDHM</b>   | 0,705           | 0,757 | 7,41              | 0,773     | 0,814 | 5,30              |
| <b>IDHM-L</b> | 0,695           | 0,739 | 6,36              | 0,720     | 0,753 | 4,53              |
| <b>IDHM-E</b> | 0,763           | 0,836 | 9,57              | 0,837     | 0,901 | 7,63              |
| <b>IDHM-R</b> | 0,657           | 0,696 | 6,01              | 0,763     | 0,790 | 3,47              |

Fonte: Ipea (2.002), [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)

<sup>89</sup> Em 1.998, o Instituto de Economia Aplicada (Ipea), a Fundação João Pinheiro (MG) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançaram o 1º Atlas Brasileiro, informando o Índice de Desenvolvimento Humano de todos os municípios brasileiros com os dados do Censo de 1991. Até então, os índices calculados pelo PNUD eram feitos para países ou, no máximo, para estados.

<sup>90</sup> Segundo o Ipea o IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano de países a partir de indicadores de educação – E (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade – L (esperança de vida ao nascer) e renda – R (PIB *per capita*). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm o desenvolvimento humano considerado baixo; os países com IDH entre 0,500 a 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH acima de 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

A realidade local do município, em termos de condições de vida, também tem apresentado melhora em outros índices de qualidade de vida, como mostra tabela 27 a seguir.

**Tabela 27**  
**Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS em Teodoro Sampaio**

| IPRS                             | Teodoro Sampaio |      |
|----------------------------------|-----------------|------|
|                                  | 1992            | 1997 |
| <b>Grupo</b>                     | 5               | 3    |
| <b>Indicador de riqueza</b>      | 38              | 39   |
| <b>Indicador de longevidade</b>  | 55              | 67   |
| <b>Indicador de escolaridade</b> | 44              | 62   |

Fonte: Fundação Seade. Informações Municipais, 2001.

Na tabela 27, verifica-se que o nível do IPRS/Seade<sup>91</sup> e de seus indicadores melhorou no curto período de massificação dos assentamentos (de 1995 em diante, conforme visto no capítulo anterior).

Teodoro Sampaio, que em 1992 pertencia ao grupo 5 do IPRS, composto pelos municípios com baixo desenvolvimento econômico e social, classificou-se no grupo 3, em 1997, que reúne os municípios com bons indicadores sociais e baixo nível de riqueza. A despeito deste desempenho positivo, o município é considerado de baixo desenvolvimento, devido ao seu contraste entre o baixo nível de riqueza e seu indicador de escolaridade, próximo à média do Estado, e principalmente a elevada longevidade.

As alterações do IDH-M e do IRPS/Seade, observadas no município, indicam a ocorrência de algumas mudanças na dinâmica social e econômica local, que estão se processando no mesmo período em que os assentamentos se massificam em Teodoro Sampaio e na região.

#### *Dinâmica das atividades urbanas*

Os indicadores relacionados a seguir mostram a existência de uma relação direta entre o incremento das atividades urbanas e a implantação dos assentamentos.

---

<sup>91</sup> O IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social – Fundação Seade) foi obtido a partir de indicadores sintéticos de riqueza, longevidade e escolaridade. Os municípios de São Paulo foram classificados em: a) Grupo 1, municípios – pólo; Grupo 2, municípios economicamente dinâmicos e de baixo desenvolvimento social; Grupo 3, saudáveis e de baixo desenvolvimento econômico; Grupo 4, de baixo desenvolvimento e em transição social; Grupo 5, de baixo desenvolvimento econômico e social. Para maiores informações <[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)>.

A tabela 25 mostra que, mais de 50% das empresas foram instaladas nos anos 90. Das 396 unidades existentes, 357 têm sede no município (90%), sendo que, deste total, 54% foram implantadas nos anos 90 e, das empresas recentes instaladas 42% foram instaladas após 1995.

**Tabela 25**  
**Empresas Existentes em Teodoro Sampaio, 1980 – 1990.**

| Teodoro Sampaio        | até 1980 |    | Até 1990 |    | 1990+ |    | Total |
|------------------------|----------|----|----------|----|-------|----|-------|
|                        | nº       | %  | Nº       | %  | nº    | %  |       |
| <b>unidades locais</b> | 54       | 14 | 129      | 33 | 213   | 54 | 396   |

Fonte: Fundação IBGE. Cidades, 2001.

Ao se analisar o fluxo de mercadorias das atividades urbanas, também se percebem mudanças pós-assentamentos.

A tabela 26 expressa a tendência de variação do valor adicionado fiscal<sup>92</sup>, entre 1995 e 2000, e demonstra que houve mudanças na dinâmica do fluxo de mercadorias nas atividades econômicas do município.

**Tabela 26**  
**Valor Adicionada Fiscal em Teodoro Sampaio, segundo Setores de Atividades, 1995 – 1999.**

| Setores de Atividades | Teodoro Sampaio (R\$) <sup>1</sup> |            |            |            |            |
|-----------------------|------------------------------------|------------|------------|------------|------------|
|                       | 1995                               | 1996       | 1997       | 1998       | 1999       |
| <b>Indústria</b>      | 29.548.716                         | 37.483.845 | 30.520.556 | 33.260.800 | 33.590.118 |
| <b>Comércio</b>       | -                                  | 4.709.596  | 4.080.683  | 4.999.417  | 6.913.353  |
| <b>Agricultura</b>    | 10.196.826                         | 11.145.819 | 8.758.636  | 9.063.043  | 7.544.125  |
| <b>Serviços</b>       | -                                  | 8.635.072  | 8.744.500  | 9.208.752  | 9.165.232  |
| <b>Outros</b>         | 7.441.308                          | 5.588.407  | 4.772.376  | 1.461.922  | 1.306.238  |

Fonte: Fundação Seade. Informações Municipais, 2001.

(1) os valores monetários estão em Reais de 1999.

A tendência de crescimento do fluxo de mercadorias vem acontecendo nas atividades econômicas localizadas no meio urbano do município (indústria, comércio e serviços), enquanto na área agrícola esta tendência vem se arrefecendo.

<sup>92</sup> O valor adicionado (VA) é a diferença entre entradas e saídas de mercadorias das diversas empresas, correspondendo ao montante que cada uma acrescenta de valor às suas matérias-primas no processo produtivo. Por meio das Dipans (Declaração de dados informativos à apuração dos índices de participação dos municípios paulistas no produto de arrecadação de ICMS) entregues anualmente à Secretaria da Fazenda estadual, as empresas informam o valor adicionado gerado no ano anterior. A Secretaria faz a totalização dos diversos montantes informados pelas empresas, calculando então o VA de cada município paulista. Computa-se também o VA por atividade econômica: indústria, comércio, serviços, outros e agricultura. Por isso, o VA é um indicador de desempenho da economia local (Informações municipais – Seade).

Isto se deve ao modo de produção dos assentados, que não utilizam inovações tecnológicas significativas. Os principais cultivos têm baixa produtividade e, de um modo geral, o uso de insumos é somente para culturas de mercado.

Esta opção de não uso de inovações devido a fatores ambientais e econômicos reflete no consumo por mercadorias, determinando uma variação na tendência do valor adicionado (ora aumentando, ora caindo), no decorrer dos anos.

O setor de serviços, a partir de 1998, passou para a 2ª posição na dinâmica do fluxo de mercadorias na economia municipal, antes ocupada pelo setor agrícola e, em 1999, o comércio ficou próximo do setor da agricultura.

Estas mudanças afirmam o papel de pólo comercial local desempenhado pelo município na região do Pontal do Paranapanema.

Por fim, no aspecto das finanças públicas municipais, também ocorreram alterações significativas como demonstra a tabela 27.

**Tabela 27**  
**Finanças Públicas de Teodoro Sampaio, 1990 a 1997 (Em Reais).**

| Finanças públicas municipais | 1.993     | 1.994     | 1.995     | 1.996     | 1.997     |
|------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Receita total                | 6.727.611 | 7.116.743 | 9.608.231 | 9.824.975 | 9.885.852 |
| Cota-parte do ICMS           | 2.053.800 | 3.322.374 | 4.894.360 | 4.414.063 | 4.342.619 |
| Arrecadação de ISS           | 156.398   | 142.078   | 157.953   | 395.315   | 168.897   |

Fonte: SEADE, Informações Municipais, 2001.  
(1) os valores monetários estão em Reais de 1997.

Em Teodoro Sampaio, entre 1993 e 1997<sup>93</sup>, houve um incremento de 47% na receita municipal, 111% na cota-parte do ICMS e 8%, na arrecadação do ISS.

O aumento verificado no ISS e na cota-parte do ICMS indica que deve os assentamentos rurais devem estar provocando um estímulo local para as atividades de serviços, comércio e agricultura.

Observa-se que as mudanças registradas acentuam o perfil do desenvolvimento do município. Ao que parece, a dinâmica dos assentamentos

<sup>93</sup> Período de análise de Teodoro é depois do desmembramento, a partir de 1993.



rurais em Teodoro Sampaio está contribuindo para o seu rumo de cidade “pólo” da região do Pontal do Paranapanema.

Ao longo deste tópico, buscou-se construir uma série de índices e indicadores que refletissem a trajetória dos assentamentos rurais como um novo momento de ocupação econômica do município de Teodoro Sampaio.

Através da conjunção da pesquisa de campo com uma série de dados secundários, pode-se verificar que os assentamentos rurais, no seu processo de consolidação produtiva e, conseqüentemente, de ocupação econômica do território municipal, expressaram uma interface com o cenário agrário, a qualidade de vida da população local e a dinâmica econômica do município.

### **Determinação do Gasto do Assentado na Economia Municipal**

Existe um consenso entre os agentes municipais (comércio, serviços e indústria) de que os assentamentos rurais são o “motor” da dinâmica econômica de Teodoro Sampaio. Para eles são os gastos dos assentados que movimentam a economia do município.

A tabela 28 mostra que, entre 1995 e 2000, o número de estabelecimentos de comércio e do setor de serviços cresce 43% e 22%, respectivamente. Segundo informes de fontes locais, essa tendência de crescimento está relacionada com o processo de “massificação” de assentamentos no município, resultando, conforme explicitam na pesquisa de campo os agentes locais, dos gastos que os assentados fazem no município.

**Tabela 28**  
**Número de Estabelecimento Comerciais e de Serviços em Teodoro Sampaio, 1.995/00.**

| <b>Estabelecimentos</b> | <b>1995</b> | <b>1996</b> | <b>1997</b> | <b>1998</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> | <b>variação (%)</b> |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------------|
| <b>Comércio</b>         | 56          | 63          | 67          | 77          | 83          | 80          | 43                  |
| <b>Serviços</b>         | 45          | 45          | 50          | 54          | 55          | 55          | 22                  |

Fonte: Fundação Seade. Perfil Municipal, 2002.

O proprietário de supermercado entrevistado manifestou o seguinte a esse respeito: “se dependesse dele, todas as terras do Pontal do Paranapanema já estariam recortadas”.

Esse pensamento é recorrente entre os agentes econômicos locais, independentemente de seu matiz ideológico, pois a defesa do assentamento

rural se faz com base no retorno econômico para o município e, conseqüentemente, para o seu empreendimento dele.

Outro comerciante entrevistado, ligado ao ramo da agropecuária, afirmou que o pecuarista tradicional compra bastante na sua loja, mas sua compra é efêmera e esparsa no tempo, enquanto a do assentado é pequena, mas constante: ele está sempre comprando no comércio local. Segundo este mesmo comerciante, o pecuarista tradicional ou realiza sua compra no seu município de origem ou a faz diretamente do fornecedor que também abastece o comércio do município.

Em Teodoro Sampaio as vendas realizadas não se limitam apenas aos assentados do município, pois há aqueles de outras localidades do entorno que também fazem suas compras no município. Eles vêm, principalmente, de Sandovalina, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha e Rosana.

O fluxo de assentados de outros lugares em direção ao município se deve a três fatores:

- proximidade de alguns assentamentos com a sede do município, como, por exemplo, São Bento e Che Gevara em Mirante do Paranapanema, e Bom Pastor em Sandovalina;
- vantagens de preço do comércio de Teodoro em comparação com outras praças, do entorno paulista ou do Estado do Paraná nas cidades fronteiriças;
- e ainda o fato de os assentamentos de Euclides e Rosana ter seus recursos de crédito distribuídos pelas agências de Teodoro e, como eles vêm para essa cidade por causa do crédito, aproveitam e se abastecem no comércio.

Existem 1.153 famílias assentadas no município de Mirante do Paranapanema, 198 Sandovalina, 373 em Euclides da Cunha e 717 em Rosana<sup>94</sup>.

---

<sup>94</sup> Caderneta de Campo/Itesp, 2.002.

Segundo fontes locais, cerca de 40% dos assentados de Sandovalina e de Mirante fazem gastos no comércio de Teodoro e em torno de 58% daqueles de Euclides e de Rosana. Sendo assim, em Teodoro Sampaio além das 793 famílias locais, mais 1.172 famílias podem vir a potencializar seus gastos no comércio do município.

Ao percorrer o município, nota-se que existe, por parte dos agentes econômicos, uma série de estratégias com objetivos bem definidos, para que eles se apropriem da renda agrícola gerada pelos assentados locais e do entorno (1.965 famílias).

A renda agrícola dos assentados do município e do entorno, disputada pelos agentes locais, advém tanto dos rendimentos da produção agropecuária como os do crédito agrícola<sup>95</sup>.

A receita bruta da produção agropecuária, em 2000, girou em torno de R\$ 6.334.734,78, o que perfez uma renda média mensal, para as 1.965 famílias assentadas, de R\$ 268,65, equivalendo a 1,8 salário mínimo<sup>96</sup>, conforme pode-se observar na tabela abaixo.

**Tabela 29**  
**Rendimentos da Agropecuária nos Assentamentos Rurais de Teodoro Sampaio, 2.000.**

| Atividades (1)       | Rendimentos (R\$)   |
|----------------------|---------------------|
| <b>Agricultura</b>   | 3.260.761,95        |
| <b>Pec. Leiteira</b> | 3.073.972,82        |
| <b>Total</b>         | <b>6.334.734,77</b> |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

(1) Não foi considerada a renda de subsistência no cômputo de renda da produção.

Pode-se notar na tabela seguinte que esses rendimentos da produção agropecuária (R\$ 6.334.734,77) são bastante significativos para a economia local, pois representam 39% do fluxo anual de mercadoria dos setores de comércio e serviços do município (valor adicionado fiscal do comércio/serviços).

---

<sup>95</sup> Nesse montante, as rendas oriundas da produção de subsistência e de outras atividades, presentes nos assentamentos, não estão computadas. A renda de subsistência é de difícil mensuração e de ser captada quando esta se expressa de forma monetária, isto é, quando o assentado a transforma em renda monetária para realizar um determinado gasto. A pesquisa de campo permitiu identificar as outras atividades além da agrícola nos assentamentos, mas não quantificá-las, no entanto, constatou-se que essa renda não agrícola também é gasta no local onde se reside. Para maiores detalhes, buscar o primeiro tópico deste capítulo, o qual retrata a metodologia utilizada nesta dissertação.

**Tabela 30**  
**Relação entre a Rendimentos da Atividade de Agropecuária dos Assentados e o Valor Adicionado do Setor de Comércio/Serviço de Teodoro Sampaio, 2000.**

| Rendimentos da Agropecuária (a) (R\$) | Valor Ad. Com/Serv (b) (R\$) | a/b (%) |
|---------------------------------------|------------------------------|---------|
| 6.334.734,77                          | 16.078.585,00                | 39,4    |

Fonte: Pesquisa de Campo 2002 e [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br)

Se forem adicionados a este estoque de rendimento da atividade de agropecuária dos assentados, aqueles provenientes do crédito de Pronaf-A (R\$ 5.373.963,50) e de custeio (R\$ 701.255,00), que foram adquiridos no mesmo ano, tem-se o total da renda agrícola gerada pelos assentados (R\$ 12.409.953,27). Este montante torna-se mais atrativo ainda para a economia local, pois correspondeu a 77% ao fluxo anual de mercadoria dos setores de comércio e de serviços do município (tabela 31).

**Tabela 31**  
**Relação entre a Renda Agrícola e Valor Adicionado do Setor de Comércio/Serviço de Teodoro Sampaio, 2000 (R\$).**

| Renda Agrícola (a) | Valor Ad. Com/Serv (b) | a/b (%) |
|--------------------|------------------------|---------|
| 12.409.953,27      | 16.078.585,00          | 77,2    |

Fonte: Pesquisa de Campo 2002; Sabbato, 2.000 e [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br)

Portanto, a renda agrícola dos assentados correspondeu a um montante de recursos significativos a ser apropriado pela rede de comércio e de serviços local.

Diante desta perspectiva socioeconômica dos assentados, buscou-se apreciar *in loco* as estratégias dos agentes econômicos municipais para apropriar-se da renda gerada pelos assentados e também compreender o que está sendo aportado pelos assentados na economia municipal<sup>97</sup>.

#### *Estratégias dos agentes locais para se apropriar da renda dos assentados*

O comércio cada vez mais procura estruturar-se para atender à demanda de consumo familiar e de produção dos assentados e, assim, apropriar-se da renda gerada pelos mesmos.

<sup>96</sup> Salário mínimo R\$ 151,00 conforme [www.calculo.com](http://www.calculo.com)

<sup>97</sup> Esse dado sobre a estratégia dos agentes econômicos locais para se apropriarem da renda dos assentados foi obtido através da pesquisa de campo, realizada pelo autor desta dissertação.

Os supermercados<sup>98</sup> colocam ônibus gratuitos para que os assentados possam vir à cidade, fazer compras e voltar para os assentamentos. Os ônibus ficam à disposição dos assentados no dias de pagamento do leite.

Este serviço de transporte gratuito é realizado através de condução própria ou arrendada pelo empresário. Um dos entrevistados afirmou que coloca dois ônibus próprios e um arrendado a serviço dos assentados do município, nos dias de pagamento do leite.

Além do ônibus, os supermercados realizam vendas a prazo, com pagamento coincidindo com o pagamento do leite, chegando, em alguns casos, o prazo a se estender até dois meses, possibilitando que este gasto seja pago com outras fontes de recursos.

Segundo os proprietários dos supermercados locais entrevistados, os assentados respondem por 70% do faturamento de seus equipamentos.

As lojas de produtos agropecuários também estão se articulando para se apropriar da renda gerada pelo leite nos assentamentos. Uma das lojas locais articulou-se com o laticínio Quatá e realiza a venda de seus produtos através das linhas de leite desse laticínio. Assim, o assentado recebe seus produtos sem precisar sair do lote e ir para a cidade. Por sua vez, a loja recebe seus dividendos direto do laticínio, que desconta do produtor no dia do pagamento do leite.

As outras lojas de produtos agropecuários, que não têm parceria com o laticínio, prestam outros serviços aos assentados, como venda a prazo, entrega da compra no lote, etc.

Segundo os donos das lojas de produtos agropecuários, os assentados respondem por 70% a 80% de seu respectivo faturamento.

Outros ramos do comércio, como lojas de roupas, móveis e utensílios domésticos, também articulam estratégias para se apropriarem da renda que os assentados gastam na cidade, principalmente, da renda gerada pelo leite e pela agricultura.

---

<sup>98</sup> Do total de supermercados, somente um não dispõe deste serviço ao assentado, o que revela uma

O setor de serviços, bares, restaurantes e hotéis também são beneficiados pelos gastos dos assentados.

Os hotéis, durante a semana, ficam praticamente lotados de representantes que se deslocam para a cidade para abastecer o comércio local. Tais representantes são os responsáveis pela intermediação de produtos para a economia local. Portanto, como os assentados gastam na cidade, gerando demandas por produtos, cada vez mais é necessária a intermediação com empresas de fora. Com isso os hotéis são beneficiados indiretamente com os gastos dos assentados no município.

Os bares e restaurantes são beneficiados pela renda tanto dos assentados quanto dos intermediários que estão de passagem pelo município.

Outros ramos do setor de serviços vêm sendo estimulados com os gastos dos assentados, como taxistas, oficinas, postos de gasolina, o setor de transporte de carga e passageiros, entre outros.

Todos os representantes do setor de serviços entrevistados manifestaram que os assentamentos são importantes para a economia municipal.

Portanto, os gastos dos assentados, na cidade, vêm estimulando setores da economia municipal, que até então encontravam-se estagnados pela falta de demanda, decorrente da pobreza gerada pelo desenvolvimento imposto pelo latifúndio em terras devolutas.

Até mesmo funcionários do sistema financeiro local reconhecem a importância dos assentados para a economia do município, e confirmam que eles são os responsáveis pelo aumento que vem ocorrendo no volume de depósitos no município, argumentando que: “são a minoria dos fazendeiros que têm conta nas agências bancárias locais”. Para estes funcionários, são os assentados que dinamizam o setor financeiro municipal, devido, principalmente, ao crédito rural – Pronaf.

Apesar do esforço da economia local em atender às demandas de consumo familiar e de produção dos assentados, os recursos não estão sendo gastos na sua totalidade no município de Teodoro Sampaio.

#### *Determinação do gasto do assentado em Teodoro Sampaio*

Segundo as fontes locais, 90% da renda do leite é consumida na economia do município de Teodoro, principalmente, nos supermercados e nas lojas agropecuárias, mas também é gasta, só que em menor quantidade, em bares, restaurantes e outros setores da economia da cidade<sup>99</sup>.

Os assentados entrevistados confirmaram que a renda gerada pela atividade leiteira está sendo gasta, principalmente, com alimento e insumos/equipamentos de pecuária leiteira.

O vazamento de 10% dessa renda do leite deve-se tanto à questão da tradição/costume quanto ao processo de comercialização do leite junto a laticínios de fora do município. Como uma boa parte dos assentados vem, principalmente, de municípios do Paraná, alguns mantêm suas compras/gastos na suas cidades de origem. Este procedimento, conforme as fontes locais, está diminuindo cada vez mais, porque o preço dos alimentos em Teodoro é competitivo se comparado com os praticados nos municípios de seu entorno, inclusive nos localizados no Paraná.

Quanto a comercialização do leite fora do município, os laticínios que compram o produto também prestam serviços de atendimento de produtos agropecuários, através de suas linhas de leite, visto que eles também têm parcerias com agropecuárias localizadas em seus municípios-sede, e os assentados gastam na região desses laticínios, quando vão receber seus pagamentos.

A renda da agricultura e do crédito rural<sup>100</sup> dos assentados é distribuída em toda região do Pontal. Os gastos com esses recursos ultrapassam os

---

<sup>99</sup> Dados sobre a renda do leite dos assentados e os gastos decorrentes dela, bem como do vazamento da mesma para além do município de Teodoro Sampaio, foram obtidos na pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação.

<sup>100</sup> Dados sobre a renda da atividade de agricultura e do crédito e os gastos decorrentes delas, bem como do vazamento das mesmas para além do município de Teodoro Sampaio, foram obtidos na pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação.

limites municipais de Teodoro Sampaio, indo em direção aos municípios fronteiriços do Paraná e também do Mato Grosso.

De acordo com fontes locais, a renda da agricultura está voltada para o pagamento do crédito rural<sup>101</sup> (investimento e de custeio) e o que sobra (quando sobra) é gasto na produção (compra de equipamentos, utensílios, animais e outros) e em benefício próprio, com automóveis, reforma/construção de moradia e outras infra-estrutura do lar (poço).

Do montante que sobrou da renda da agricultura de 2000<sup>102</sup>, 60% foram gastos no município, com eletrodomésticos, móveis, roupas, de acordo com as fontes locais.

Da renda de 2000, 85% daquela proveniente do crédito de custeio foi gasta no município e 45% da oriunda do crédito de investimento, segundo cálculos feitos junto com os entrevistados.

Diante dessas informações da pesquisa de campo<sup>103</sup> sobre o potencial de gastos dos assentamentos do município e do entorno, pode-se concluir que, em 2000 foram gastos no município pelos assentados algo em torno de R\$7.316.630,03<sup>104</sup> (tabela32).

**Tabela 32**  
**Renda Estimada, segundo Atividade e Crédito, Gasta em Teodoro, 2000.**

| Atividades         | Renda Agrícola Estimada dos Assentados(R\$) |
|--------------------|---------------------------------------------|
| <b>Agricultura</b> | 1.535.704,17                                |
| <b>Leite</b>       | 2.766.575,54                                |
| <b>Crédito</b>     | 596.066,75                                  |
| <b>Pronaf-A</b>    | 2.418.283,58                                |
| <b>Total</b>       | <b>7.316.630,03</b>                         |

Fonte: Pesquisa de Campo 2002; Sabbato, 2000; Fundação Itesp, 2002-a.

<sup>101</sup> Segundo o Itesp a inadimplência no crédito de custeio é muito pequena (menor que 1%, por isso, não considerada no cálculo).

<sup>102</sup> Do total da renda oriunda da atividade agrícola, parte dela foi destinada ao pagamento do crédito de custeio, segundo a pesquisa de campo.

<sup>103</sup> Renda estimada a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo e dos dados da Caderneta de Campo/Fundação Itesp.

<sup>104</sup> Para se obter a receita agropecuária que foi gasta no município, consideraram-se as informações locais, que apontaram o seguinte: a) 80% da renda do leite foi gasta no município; b) do restante (menos o crédito de custeio) da renda da agricultura, 30% foram consumidos no município; c) 70% do crédito de custeio e 20% do de investimento são gastos no município. Também foram consideradas as rendas agrícolas dos assentados de outros municípios: Sandovalina, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha e Rosana. Para cálculo de receita agropecuária dos assentados do entorno, considerou os cálculos já apontados na pág. 69 e 70; que determinou como parâmetro de corte 40% para Mirante/Sandovalina e 58% para Euclides/Rosana..



Este montante de gasto é bastante significativo para a economia do município, pois representou 45% do fluxo de mercadorias (R\$ 16.078.585,00), valor adicionado dos setores de comércio e serviços, registrado em 2000 (Pesquisa de Campo; Sabbato e [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br)).

Os assentamentos, ao romperem com o latifúndio em terras devolutas – que drenava a maior parte do excedente para fora do município – criam condições para a formação de um circuito virtuoso de renda na economia municipal.

Porém, a economia municipal se apropriou de apenas 59% do total de renda agrícola gerada pelos assentados (R\$ 12.409.953,27). O restante (41%) está sendo absorvido no entorno, principalmente pelos municípios do Paraná.

Apesar do vazamento dos gastos dos assentados, verifica-se que vêm se estabelecendo conexões sólidas entre o consumo dos assentados e a economia municipal. As atividades econômicas estão constituindo redes de prestação de serviços: o supermercado com o ônibus; a parceria das lojas agropecuárias com os laticínios, entre outras, para se apropriarem dos gastos dos assentados.

Portanto, o grande desafio que está posto para a economia local é como superar os limites do sistema de produção dos assentados, pois, se estes aumentarem sua renda, beneficiarão diretamente a economia local.

Trata-se de perceber que os assentamentos rurais também são uma política de desenvolvimento regional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território do Pontal do Paranapanema, desde seu primórdio, foi ocupado pelo latifúndio, que se assenhoreava das terras devolutas, por meio do “grilo de terras públicas”.

Recentemente, a partir de meados dos anos 80, este cenário de ocupação econômica teve mudanças, ao se estabelecerem no território os assentamentos rurais de reforma agrária.

O Pontal do Paranapanema concentra em seu território a maior área reformada do Estado de São Paulo, tanto em número, que perfaz em torno de 4.057 famílias, como em área que se estende por 97.441ha.

No Estado de São Paulo, a área reformada do Pontal Paranapanema comporta 71% das famílias assentadas e equivale a 76% das áreas de assentamento rural.

Esse novo personagem no Pontal do Paranapanema, o assentado, abre novas perspectivas de desenvolvimento do território. Ou seja, as modificações no uso/posse da terra permitem associar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento agrário e agrícola (assertiva de Ramos, 2001: 146).

Ao se enfatizar o desenvolvimento associado à modificação de uso/posse da terra, buscaram-se referências de análise que possibilitassem observar as dimensões sociais e econômicas que se estabelecem entre os assentados e a economia local.

Diante disso, o enfoque analítico passou a ser a relação dos assentamentos com a economia local, com ênfase nos fluxos econômicos que se estabelecem num determinado ambiente de produção, sendo que, no contexto de mudança fundiária, a economia local representa uma unidade de referência, um agrupamento espacial, diversificado e contínuo, por onde se expressa uma trama de relações entre assentados (com sua história e identidade) e as atividades econômicas.

O ambiente de produção escolhido para análise do efeito dos assentamentos foi o município de Teodoro Sampaio, no território do Pontal do

Paranapanema. Tal iniciativa deve-se ao fato de os estudos sobre os efeitos dos assentamentos no plano municipal serem, praticamente, inexistentes.

A análise do efeito dos assentamentos na economia de Teodoro Sampaio, a partir de indicadores construídos com dados secundários, permite afirmar que aconteceram mudanças importantes na economia municipal, após a implantação dos assentamentos.

Constatou-se que a inserção dos assentamentos impôs mudanças na estrutura agrária municipal, com a distribuição de terras ficou menos concentrada e mais eqüitativa.

No cenário agrário também verificou-se o potencial de consumo dos assentados. Em 2000, cada assentado obteve em torno de 2,5 salários mínimos mensais para seu consumo.

Há que se considerar, ainda, que neste rendimento mensal não está computada a produção de autoconsumo. Segundo Andrade (2002:10), o consumo médio dos alimentos provenientes do próprio lote nos assentamentos do Estado de São Paulo significa algo em torno de 1,1 salário mínimo.

Portanto, os assentamentos rurais de Teodoro Sampaio estão proporcionando emprego, renda, comida e moradia para uma população antes marginalizada, bem como as condições essenciais de cidadania, e, com isso, aportando renda ao local onde se situam.

O assentamento cumpre seu papel social na região, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade, no mínimo, uma parte dos pobres. De acordo com Umbelino de Oliveira (2001:194), trata-se:

(...) de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana e rural, mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente.

Os assentamentos rurais, ao permitirem o acesso à terra da população excluída do processo de produção vigente, estão provocando mudanças no território:

- onde havia latifúndio em terras devolutas, hoje há assentamento rural;
- onde havia exclusão social, em consequência da ocupação de terra, ocorre a inclusão social – assentamentos rurais;
- onde havia a produção patronal, hoje existe a produção familiar.

Na dinâmica social do município, a análise dos dados secundários também aponta melhora no tempo (nos anos 90). Ao se analisar o IDH-M, verificou-se que tanto o índice total como seus indicadores (renda, educação e longevidades) do município variaram mais que os do Estado de São Paulo, como por exemplo:

- o IDH-M de Teodoro Sampaio cresceu 7%, enquanto o do Estado de São Paulo cresceu 5%;
- o indicador de renda do município cresceu 6%, enquanto o do Estado de São Paulo cresceu 3%.

Essa especificidade municipal pode estar relacionada com a presença dos assentamentos no município e os efeitos desses na economia municipal.

No ambiente urbano, verificou-se melhora nos índices econômicos, tanto que a maioria das empresas se instalou no município após o advento dos assentamentos, nos anos 90.

No município de Teodoro Sampaio, o fato de os assentados representarem 17% da população residente com uma renda em torno de 1,8 salário mínimo significa que as ações de consumo deles tornaram-se indispensável para algumas atividades econômicas do município.

O consumo dos assentados no município não é só de alimentos, mas também de outros bens de consumo geral: móveis; eletrodomésticos; roupas; materiais de construção; insumos e implementos/máquinas agrícolas. Com isso, seus gastos estão impulsionando o comércio local.

Para o comércio e o setor de serviços, o consumo dos assentados está sendo fundamental para sua continuidade. Segundo os cálculos realizados, os

gastos dos assentados representam 45% do fluxo de mercadorias do setor terciário local.

Foram comuns os depoimentos dos agentes locais em defesa dos assentamentos e de sua ampliação. Foi recorrente na fala desses agentes a sensação de melhoria da economia local depois da implantação dos assentamentos.

Assim sendo, a distribuição do ativo “terra” possibilita a inserção de novos atores ao sistema de produção, modificando a distribuição primária da renda, o que, conseqüentemente, reflete em novos aportes financeiros à economia municipal.

Entretanto, por mais que seja cheia de dificuldades a economia municipal, os assentamentos provocaram a ruptura com o desenvolvimento anterior regido pelo latifúndio grileiro.

O acesso à terra está permitindo a habilitação de pessoas para a produção e as condições básicas de cidadania, determinando um circuito virtuoso da renda dessas pessoas na economia municipal, de modo a se aventarem possibilidades de um outro rumo à economia local e poder vislumbrar no seu horizonte um outro estilo de desenvolvimento, privilegiando o social.

O assentamento rural expressa uma esperança na busca da superação do subdesenvolvimento<sup>105</sup> e está se constituindo num instrumento de política de desenvolvimento.

No Pontal do Paranapanema, os assentados, ao romperem as cercas do latifúndio, estão imprimindo no território outro processo produtivo e de geração de renda, marcado pela distribuição da terra e pela cidadania.

Nesse novo contexto de produção e de renda, o assentado revela uma nova opção de desenvolvimento econômico regional, o que significa que é possível, hoje, construir uma sociedade dotada de dignidade e cidadania.

---

<sup>105</sup> Conceito de Celso Furtado, In Furtado (1992).

## BIBLIOGRAFIA

**ABRAMOVAY, R.** *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*, 1999. Disponível em [www.dataterra.org.br/Semce/abramovay.htm](http://www.dataterra.org.br/Semce/abramovay.htm).

**ABRAMOVAY, R.** *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Ipea, 2000 (Texto para Discussão, 702).

**ALMEIDA, R.A.** *A luta no Pontal do Paranapanema – SP*. Campinas: Gemdec/FE/Unicamp, (Cidadania – Textos, 2).

**ALMEIDA CUNHA, A.** *Perfil de compra de produtos básicos em assentamentos rurais*, 2001 mimeo.

**ANDRADE, T.** *Três perguntinhas difíceis*. São Paulo/SP: Reforma Agrária – ABRA, v. 27 e 28, 1999.

**ANDRADE, T.** *Reforma agrária, segurança alimentar e desenvolvimento rural*, 2002 mimeo.

**ARNALTE, E.** *La problemática rural en el sur de Europa: líneas de análisis y temas de debate*. In JOUNÉES D'ETUDES: "Les territoires ruraux en Europe: questions de recherche". Paris: Centre d'Etudes et de Recherches Internationales, 30/31 octobre, 1998.

**BARBOSA, M.V.A.** *A presença do Estado num trecho da história: luta pela terra no Pontal do Paranapanema*. Dissertação de Mestrado em Des. Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Des. Agrícola. UFRRJ, 1990.

**BERGAMASCO, S.M.P.P. et al.** *Assentamentos em balanço: roda viva de seu passado/presente*. In: *Encontro Anual da ANPOCS*, 12. Caxambu, 1989.

**BERGAMASCO, S.M.P.P. et al** *Os impactos dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997)*. In: MEDEIROS, L.S. E LEITE, S. (orgs.) *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. POA/RJ: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

**BAVA, S.C.** *Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: Fundação Seade, v.10, nº 3, 1996.

**BIANCHINI, V. et all** *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Proj.: UTF/BRA/036/BRA, FAO/Incra, 1998.

**BONANO, A. et al** *Globalização e localização: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais*. In CAVALCANTI, J.S.B. (org.) *Globalização, Trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

**BRUNO, R.** *O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, nº5, novembro, 1995.

**CAIO PRADO JR.** *O problema agrário brasileiro*. Reforma Agrária. São Paulo, nº6, ano VII, nov./dez, 1977.

**TAVARES, C.M.** *Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.

**CASTRO, E.G.** *Assentamento entre o rural e o urbano*. In: CARNEIRO, M.J. (org.) *Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

**CONTAG** *Programa de formação de dirigentes e técnicos em desenvolvimento municipal baseado na agricultura familiar*. Documento base (versão preliminar), 1997, mimeo.

**CONTAG**. *Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável*. Brasília-DF, 1999.

**DEL GROSSI, M.E. et al** *Estimativa das famílias potenciais beneficiárias de programas de assentamentos rurais no Brasil*. Anais... XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro, 2000.

**DELGADO, G.C.** *Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária*, 2000, mimeo.

**DUFUMIER, M.** In: FAO/INCRA. *Guia metodológico: diagnósticos de sistemas agrários*. Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO, 1999, pag. 26.

**ESTERCI, N. et al.** *Assentamentos rurais: um convite ao debate*. Reforma Agrária/ABRA. Campinas, vol. 22, nº 3, set/dez, 1992.

**FAO/INCRA** *Guia metodológico: diagnósticos de sistemas agrários*. Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO, 1995.

**FERRARI LEITE, J.** *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Ed. Hucitec/Unesp, 1998.

**FERREIRA, B.** *Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal*; In: MEDEIROS, L. et al. (org.) - *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar* - São Paulo/SP: Edit. UNESP, 1994.

**FUNDAÇÃO ITESP** *Retrato da Terra: perfil sócio-econômico dos assentamentos do Estado de São Paulo*. São Paulo: Itesp (Série Cadernos ITESP/Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, nº 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10).

**FUNDAÇÃO ITESP** *Levantamento dos projetos de assentamentos, por município, grupo técnico de campo e segundo o domínio das terras*. São Paulo, 2002, mimeo.

**FUNDAÇÃO ITESP** *Caderneta de Campo, 1996 a 2000 dos municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio*. São Paulo, 2002-a, mimeo.

**FURTADO, C.** *Análise do "modelo" brasileiro*. São Paulo/SP: Ed. Civilização Brasileira, 1986.

**FURTADO, C.** *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Paz e Terra, 1992.

**FURTADO, C.** *O subdesenvolvimento revisitado*. Economia e Sociedade, revista de economia do IE/Unicamp. Campinas: Scritta nº1, ago, 1992-a.

**GIULIANI, G.M.** *A problemática da regionalização agrária do Rio de Janeiro: observações metodológicas*. In CARNEIRO, M.J. (org.) *Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa Livraria, 1988.

**GOMES DA SILVA, J.** *A reforma agrária brasileira na virada do milênio. Reforma Agrária/ABRA*. Campinas, 1996

**GRAZIANO, J.S.** *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/IE, 1996.

**GRAZIANO, J.S.** *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp/IE, 1999 (coleções pesquisas 1).

**GRAZIANO, J.S.** *Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais*. Campinas: Unicamp, 1999-a, mimeo.

**GRAZIANO, J.S.** *Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil?* Revista Ciência Hoje, São Paulo: SBPC, vol. 27, nº 170, 2001.



**GRAZIANO, J.S.** *Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?* Debate: O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Min. Do Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001-a.

**GUIMARÃES, A. P.** *Quatro séculos de latifúndio.* São Paulo Ed. Paz e Terra, 1963.

**HENRIQUES, L.S.** *A reforma agrária entre a história e a política.* Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, nº11, out 1998.

**HOFFMANN, R.** *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza.* São Paulo: Edusp, 1998.

**HOFFMANN, R.** *A desigualdade da distribuição da posse da terra e o desenvolvimento humano.* In Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. *Anais...* Recife: SOBER, 39 2001.

**FUNDAÇÃO IBGE** *Perfil do municípios brasileiros. Pesquisa de informações básicas municipais 1999.* Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) ;

**FUNDAÇÃO IBGE** *Cidades.* Disponível em: [www.ibge.gov.br/cidadesat](http://www.ibge.gov.br/cidadesat) .

**FUNDAÇÃO IBGE** *Produção agropecuária municipal.* Disponível em: [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)

**IPEA** *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH.* Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)

**KAGEYAMA, A.** *A questão agrária brasileira: interpretações clássicas* Campinas/SP: *Reforma Agrária/ABRA*, vol. 23, set.

**KAGEYAMA, A.** (coord.). *Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos.* In Economia Aplicada. São Paulo; Fipe/FEA-USP, julho-setembro, 1998.

**LEITE, S.** *Assentamentos rurais: modernidade ou atraso no campo brasileiro?* In *Democracia na Terra.* Rio de Janeiro: nº. 6, jul/ago, 1992.

**LEITE, S.** *A face econômica da reforma agrária: Estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80.* Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1992.

**LEITE, S.** *Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais.* In: Seminário Reforma Agrária e Desenvolvimento Institucional Novas Perspectivas. Fortaleza: 23 a 25 de novembro, 1998.

**LEITE, S. et al.** *Impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre as áreas selecionadas*. Resumo executivo/convênio REDES/NEAD–IICA, 2002. Disponível em : [www.nead.gov.br](http://www.nead.gov.br)

**MANÇANO, B.F.** *MST: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

**MANÇANO, B.F.** *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

**MANÇANO, B.F. et al.** *Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema, SP*. Estudo Avançados USP. São Paulo, vol.15, nº 43 setembro/dezembro, 2001.

**MARTINS, J.S.** *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Edit. Paulus, 1997.

**MARTINS, J.S.** *A questão agrária brasileira e o papel do MST*. In: STÉDILE, J.P. (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

**MAZOYER, M.** In: FAO/INCRA (1999). *Guia Metodológico: Diagnósticos de Sistemas Agrários*. Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO, 1999.

**MDA/INCRA** *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Projeto de cooperação técnica Incra/FAO, disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

**MEDEIROS, L.S. e LEITE, S.** *Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais, 1997, mimeo*.

**MEDEIROS, L.S.** *Impactos históricos do uso e da propriedade da terra no Brasil*. In: STÉDILE, J.P. (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

**MEDEIROS, L.S. e LEITE, S.** *Perspectivas para a análise das relações entre os assentamentos rurais e a região, 1999*. Disponível em: [www.dataterra.org.br/Documentos/LeoeSerlei.htm](http://www.dataterra.org.br/Documentos/LeoeSerlei.htm).

**MELO, A.** *Dito e reditos em torno do desenvolvimento local*. Disponível em: [www.in-loco.pt/loco/publica/rede/5.htm](http://www.in-loco.pt/loco/publica/rede/5.htm);

**MENEGUETH, A.** *Atlas interativo do Pontal do Paranapanema: uma contribuição à educação ambiental, 2002*. Disponível em: [www.prudente.unesp.br/atlaspontal](http://www.prudente.unesp.br/atlaspontal)

**NAVARRO, Z. et al** *Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento*. MEDEIROS, L.S. e LEITE, S. (org.) A

*formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.* Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

**NOGUEIRA JR., R.N. e REYDON, B.P.** *Reforma agrária e geração de empregos.* Jornal da UNICAMP. Campinas, Ano X, nº 111, 1996.

**PALMEIRA, M.** Apresentação. In: ROMEIRO, A. et al. (org.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate.* – Petrópolis: Vozes/lbase/FAO, 1994.

**PALMEIRA, M.** *Burocracia, política e reforma agrária.* In: MEDEIROS, L. et al. (org.) - *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.* São Paulo: Edit. UNESP1994.

**RAMOS, P.** *Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural).* Estudo Avançados USP. São Paulo, vol.15, nº 43, setembro/dezembro, 2001.

**RANGEL, I.M.** *A questão agrária brasileira.* Recife: Condepe, 1961.

**RANGEL, I.M.** Recapitulando a questão agrária brasileira. *Reforma Agrária.* Brasília, Ano VII, nov/dez, nº6, 1977.

**RANGEL, I.M.** (José Graziano da Silva – org.). *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil.* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

**REYDON, B.P.** *A reforma agrária no Brasil em um contexto de crise econômica.* Reforma Agrária/ABRA Campinas: v.1, nº 5, abril, 1993.

**REYDON, B.P.** *O imposto territorial rural e o mercado de terras no Brasil.* In: GALEAZZI, M.A.M. (org.). *Segurança alimentar e cidadania.* Edit. Mercado de Letras, 1996.

**REYDON, B.P.** *Os assentamentos rurais e seu impacto nas economias locais: o caso do município de Abelardo Luz – Santa Catarina.* In: 2º Congresso de Economistas do Rio de Janeiro. *Anais...*, 1999

**REYDON, B.P. e PLATA, L.A.** *Intervenção estatal no mercado de terras: a experiência recente no Brasil.* Estudos NEAD, nº3, 2000.

**ROMEIRO, A.** *Renda e emprego: a viabilidade e o sentido da reforma agrária.* In: ROMEIRO, A et al. (org.) - *Reforma agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate.* Petrópolis: Vozes/lbase/FAO, 1994.

**ROMEIRO, A** *Reforma agrária e distribuição de renda;* In: STÉDILE, J.P. (org.). *A reforma agrária e a luta do MST.* Petrópolis: Vozes, 1997.

**ROMEIRO, A et al.** *Ainda sobre a Reforma Agrária*, 1998. Disponível em: [www.eco.unicamp.br/artigos/avulsos/artigos56.htm](http://www.eco.unicamp.br/artigos/avulsos/artigos56.htm)

**SABBATO, A.D.** *O público alvo do crédito rural do PRONAF: estimativa a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1995-1996*. Projeto Incra/FAO, 2000, mimeo.

**SAMPAIO, P. A. et al** *Reforma agrária e projeto de construção nacional*. 1998. Disponível em: [www.dataterra.org.br/Documentos/plinio.htm](http://www.dataterra.org.br/Documentos/plinio.htm)

**SANTOS, V.** *Frentes pioneiras e a história de Presidente Venceslau*. Presidente Prudente : Valdery Santos, 2002.

**SARACENO, E.** *Alternative readings of spatial differentiation: the rural versus the local economy approach in Italy*. European Review of Agricultural Economics, vol. 21, 1994.

**SCHUMPETER, J.A.** *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

**FUNDAÇÃO SEADE** Informações municipais, 2001. Disponível em: [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)

**SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**. 2001. Disponível em: [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br),

**SEPLAM/FIPE** *Desenvolvimento humano no Estado de São Paulo, 1970 a 1996*. Governo do Estado de São Paulo/Sec. de Economia e Planejamento, 1999.

**SILVIA, L.M.O. et al** *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

**SILVIA, L.M.O. et al** *Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil*. Economia e Sociedade. Campinas: nº12, jun, 1999.

**SORJ, B.** *A reforma agrária em tempos de democracia e globalização*. Novos Tempos. São Paulo: Cebrap, nº 50, 1998.

**STÉDILE, J.P.** *A questão agrária e o socialismo*. In: STÉDILE, JP (org.) *A questão agrária hoje* - Porto Alegre: Edit. Universidade/UFRGS, 1994.

**STÉDILE, J.P.** *A luta pela reforma agrária e o MST. I*. In: STÉDILE, JP (org.) *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

**STÉDILE, J.P.** *Dinamizando a agricultura e criando empregos: com reforma agrária e um novo modelo de desenvolvimento.* In: AGUIAR D.R.D. e PINHO J.B. (editores) – Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. SOBER, 1998.

**STÉDILE, J.P.** *O latifúndio.* In: SADER, E. (org.) Sete pecados do capital. Rio de Janeiro: Record, 1999.

**UMBELINO DE OLIVEIRA, A.** *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.* Estudo Avançados USP. São Paulo, vol.15, nº 43, setembro/dezembro, 2001.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** *Dossiê: Desenvolvimento rural.* Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), vol. 15, nº 43 – setembro/dezembro, 2001.

**VEIGA, J.E.** (1994). Fundamentos do agrorreformismo. In: STÉDILE, JP (org.) A questão agrária hoje - Porto Alegre: Edit. Universidade/UFRGS, 1994.

**VEIGA, J.E.** Reforma agrária hoje. In: STÉDILE, JP (org.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Edit. Universidade/UFRGS, 1994.

**VEIGA, J.E.** *Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico*, 2000. Disponível em: [www.nead.gov.br](http://www.nead.gov.br) .

**ZAMBERLAM, J. e FLORÃO, S.R.** *Impacto dos assentamentos na economia de 4 municípios na região de Cruz Alta (RS).* IN GORGEN, S.A. e STÉDILE, J.P. (org.) - Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária - Petrópolis: Vozes, 1991.

**ZAMBERLAM, J.** *Reflexões sobre algumas estratégias para a viabilização econômica dos assentamentos.* Medeiros, L et al. (org.) - Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar - São Paulo/SP: Edit. UNESP.

**ZAMBERLAM, J. e FRONCHETI, A.** *Respostas econômicas de assentamentos rurais: um estudo de caso.* In: STÉDILE, JP (org.) A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

## ANEXOS

### **Roteiro e Resultados da Pesquisa de Campo**

**1- Identificação do entrevistado:** foram entrevistados 31 assentados, que representam 2,5% do universo pesquisado (1.236 assentados do município ou do entorno). Na entrevista, foi informado que, além dos assentados do município (793 famílias), circulam no comércio de Teodoro parte dos assentados dos seguintes municípios: Mirante do Paranapanema (1.153 famílias); Sandovalina (198 famílias); Euclides da Cunha (373 famílias) e Rosana (717 famílias). Segundo fontes locais, dirigem-se para Teodoro Sampaio, cerca de 40% dos assentados de Mirante e de Sandovalina e por volta de 58% daqueles de Rosana e Euclides, perfazendo um total de 1.172 famílias. Portanto, o potencial de consumo dos assentados de Teodoro e do entorno é de 1.965 famílias.

#### **Assentamentos Pesquisados, Número de Assentados e de Entrevistados e Municípios, 2002.**

| Assentamentos         | Nº assentados | Nº entrevistados | Municípios      |
|-----------------------|---------------|------------------|-----------------|
| Gleba XV de Novembro  | 571           | 4                | Rosana/Euclides |
| Ribeirão Bonito       | 167           | 8                | Teodoro         |
| Che Guevara           | 46            | 3                | Mirante         |
| São Bento             | 182           | 4                | Mirante         |
| Haidéia               | 25            | 2                | Teodoro         |
| Cachoeira do Estreito | 29            | 3                | Teodoro         |
| Bom Pastor            | 130           | 2                | Sandovalina     |
| Laudenor de Souza     | 60            | 3                | Teodoro         |
| Sta Terezinha Alcídia | 26            | 2                | Teodoro         |
| Total                 | 1.236         | 31               |                 |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

#### **Potencial de Consumo (nº de famílias) dos Assentados de Teodoro e do entorno, 2002.**

| Municípios              | Assentados<br>Nº famílias | Potencial de<br>Consumo (%) | Consumo<br>Nº famílias |
|-------------------------|---------------------------|-----------------------------|------------------------|
| Teodoro Sampaio         | 793                       | 100                         | 793                    |
| Mirante do Paranapanema | 1.153                     | 40                          | 461                    |
| Sandovalina             | 198                       | 40                          | 79                     |
| Euclides da Cunha       | 373                       | 58                          | 216                    |
| Rosana                  | 717                       | 58                          | 416                    |
| Total                   | 3.234                     | 61                          | 1.965                  |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

**2- Tempo que está no assentamento (até 2002):** do total de entrevistados, 13% estão assentados há 18 anos; 26% há 10 anos; 23%

há 7 anos; 32% há 5 anos e 6% há 4 anos. Destaca-se que todos os entrevistados estão desde o começo em seus respectivos assentamentos.

**Assentamentos, Ano de Início, e os Municípios em que se localizam, 2002.**

| Assentamentos         | Ano de Início | Nºentrevistados | Municípios      |
|-----------------------|---------------|-----------------|-----------------|
| Gleba XV de Novembro  | 1984          | 4               | Rosana/Euclides |
| Ribeirão Bonito       | 1992          | 8               | Teodoro         |
| Che Guevara           | 1995          | 3               | Mirante         |
| São Bento             | 1995          | 4               | Mirante         |
| Haidéia               | 1997          | 2               | Teodoro         |
| Cachoeira do Estreito | 1997          | 3               | Teodoro         |
| Bom Pastor            | 1997          | 2               | Sandovalina     |
| Laudenor de Souza     | 1997          | 3               | Teodoro         |
| Sta Terezinha Alcídia | 1998          | 2               | Teodoro         |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

**3- Além da família, verificar se há outras pessoas morando no lote:**

70% dos assentados têm agregados (parentes: irmãos, primos, tios, pais, avós e genros/noras), que, na sua maioria, se ocupam de atividades agrícolas ou não agrícolas fora do lote, no próprio assentamento ou fora dele (no meio rural ou urbano do município). O trabalho do agregado no lote é eventual, participando em situação de maior exigência de mão-de-obra, como, por exemplo, no plantio e na colheita. As atividades dos agregados no assentamento ou na área rural do entorno concentram-se na de diarista, enquanto no meio urbano encontram-se, principalmente, nos serviços domésticos, nos serviços públicos (agentes de saúde, professores, motoristas, outros) e no comércio.

**4- Identificar trabalho e produção (no próprio lote, em área coletiva/associativa, outros):** 90% dos assentados trabalham somente no próprio lote, sendo que o modo de produção predominante é o individual; há pouca experiência associativa ou de grupos informais entre os assentados.

**5- Determinar os principais cultivos realizados na safra de 2000:** milho, feijão, mandioca, mamona, algodão e cana, entre outras de pouca expressão em área e presença nos lotes, não sendo distribuídas em todos os lotes, como as lavouras permanentes (frutas diversas, café), por exemplo. Não foi possível identificar, nesta pesquisa de campo, a

produção de autoconsumo, devido à sua diversidade e não presença em todos os lotes, impossibilitando, assim, a extrapolação dos dados da amostra para o geral.

**6- Determinar a ocupação no lote (área agricultável, área destinada às pastagens e às lavouras, área floresta/reflorestamento, outras):**

**Ocupação das Atividades Agrícolas no Lote, Safra de 2000.**

| Area                | %    |
|---------------------|------|
| Pastagens           | 69,7 |
| Cultivo Anual       | 23,9 |
| Cultivo Permanente  | 0,9  |
| Reflorestamento     | 0,1  |
| Autoconsumo/Moradia | 2,4  |
| Outros              | 3,0  |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

**7- Identificar se são desenvolvidas atividades não agrícolas no lote:**

no lote não há outras atividades além da agrícola; mas estas estão presentes no assentamento. Nos lotes de agrovila (área de moradia além do lote, demarcada em alguns e não em todos assentamentos), verificou-se existência de pequenos comércios, tais como bares e mercearias gerenciados com a mão-de-obra familiar. Há também os assentados organizados em grupos informais ou em associações que prestam serviços de máquinas para outros assentados no que se refere a preparo de solo, plantio, pulverização e colheita.

**8- Identificar as atividades não agrícolas:** há alguns assentados ou agregados que trabalham no assentamento com atividades não agrícolas – motoristas de ônibus escolar, agentes de saúde, professores, locutores e operadores da rádio comunitária bem como aqueles que trabalham no setor urbano, nas atividades da COCAMP, do comércio, do setor público, entre outros.

**9- Determinar número de pessoas da família (inclusive os agregados) que trabalham no lote:** na pesquisa de campo, contatou-se cerca de 2,6 pessoas dedicam-se, em período integral, ao trabalho agrícola direto nos lotes. Esse número de pessoas corresponde a uma média do universo da pesquisa de campo. Para quantificar o total de pessoas dedicadas ao trabalho agrícola dos lotes, primeiramente adotou-



se como população assentada, em Teodoro, 3.489 pessoas, considerando-se que existem 793 lotes e que há em média 4,4 pessoas por família. A partir disso, tem-se cerca de 59,1% da população assentada dedicando-se exclusivamente às tarefas do lote, o que perfaz um total de 2.061 pessoas.

**10-Identificar as condições de vida (tipo de moradia, iluminação, abastecimento de água, outras informações):** praticamente todos os lotes têm iluminação e abastecimento de água (poço cacimba), sendo que a maioria das moradias é de madeira. Todos os entrevistados ponderaram que melhoram de vida depois de assentados.

**11-Condições de escolaridade das crianças e dos jovens:** em praticamente todos os assentamentos têm escolas de ensino fundamental para atendimento às crianças. Quando o assentamento não possui escola de ensino fundamental, as crianças se deslocam para o assentamento mais próximo. Em relação aos jovens, há transporte escolar para que eles possam estudar na cidade.

**12-Determinar como os assentados comercializam suas produções (canal de comercialização):** o canal de comercialização dos assentados é a intermediação de atravessadores (capital comercial) locais ou das cidades fronteiriças do Paraná.

**13-Determinar o ganho/renda agrícola (venda produção, recursos de crédito)/safr de 2000:** para efeito de cálculo da renda agrícola, consideraram-se somente as lavouras anuais e aquelas que estivessem presentes em todos os lotes, segundo as informações obtidas na pesquisa de campo. Também levou-se em conta a produção de leite e não foi incluída a produção de autoconsumo, mas apenas aquela voltada para o mercado. As produções de cana, mamona e algodão estão diretamente voltadas para o mercado, enquanto a do milho é comercializada em 60%, a da mandioca, em 70% e a do feijão, em torno de 30%. Foi considerada uma produtividade média dessas lavouras: 61 ton/ha para a cana; 0,92 ton/ha para o algodão; 2,15 ton/ha para o milho;

11 ton/ha para a mandioca; 0,95 ton/ha para a mamona; e 0,53 ton/ha para o feijão. É importante destacar que o cálculo da produção de cana restringiu-se aos assentamentos do entorno da Destilaria Alcídia, como, por exemplo, Alcídia da Gata, Água Sumida, Laudenor de Souza, Santa Terezinha da Alcídia, Santa Zélia, Vale Verde e Vô Tônico. Nos assentamentos do entorno da destilaria, a área de produção de cana gira em 1.103ha, enquanto nos outros as outras lavouras em média assim se distribuem: feijão (108ha); milho (854ha); algodão (81ha); mamona (224ha), mandioca (715ha) e outros (21ha).

**Renda das Atividades Agropecuárias de Teodoro e Entorno, Safra de 2000.**

| Atividades         | Teodoro R\$  | Entorno R\$  | Total R\$    |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>agricultura</b> | 1.315.920,73 | 1.944.841,22 | 3.260.761,95 |
| <b>leite</b>       | 1.240.539,67 | 1.833.433,15 | 3.073.972,82 |
| <b>Total</b>       | 2.556.460,39 | 3.778.274,37 | 6.334.734,76 |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

No cômputo da renda agrícola, ainda foram consideradas as rendas oriundas do crédito de investimento (Pronaf-A) e custeio, segundo as informações do Banco do Brasil. Não foi considerado o crédito (Pronaf-A) liberado em outras agências, como a de Santo Anastácio, visto que o destino dessa renda não poderia ser apreendido somente com a pesquisa de campo. Sendo assim, trabalhou-se apenas com o crédito liberado em Teodoro, pois, segundo as informações de campo, parte dessa renda foi gasta no município em questão, podendo até ser quantificada por estas mesmas fontes locais.

**Crédito Liberado em Teodoro Sampaio no ano de 2000**

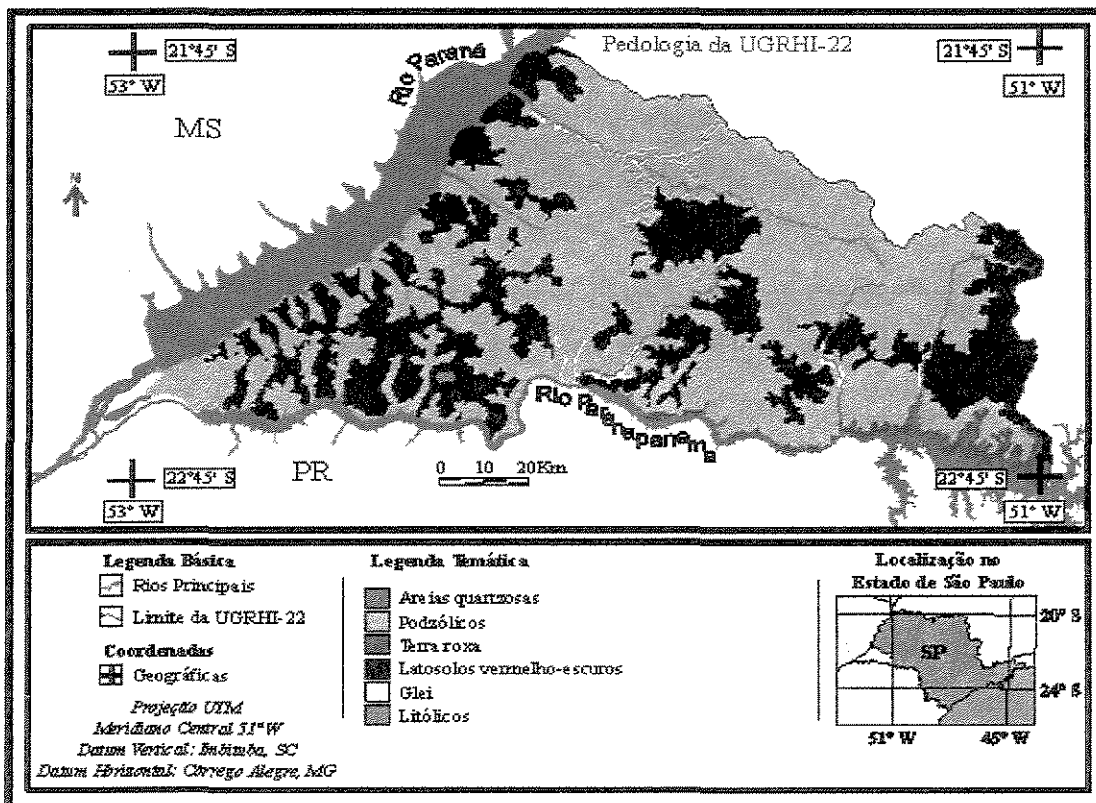
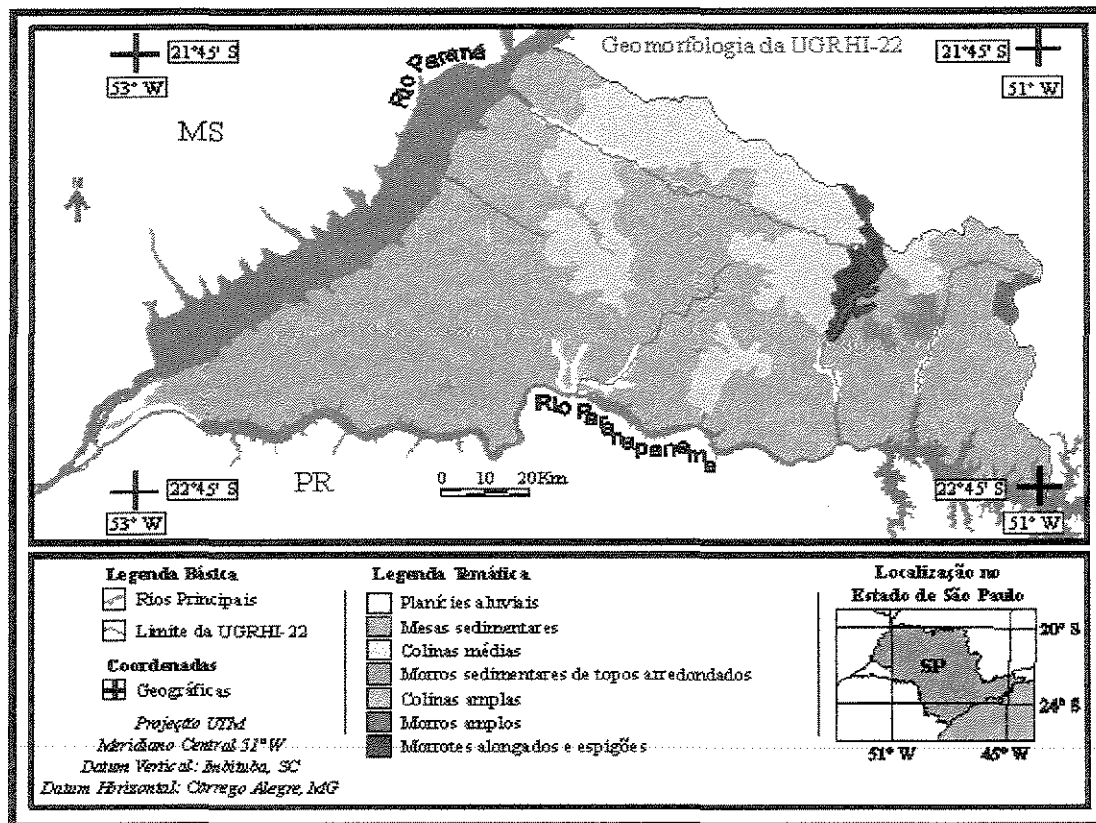
| Crédito         | R\$          |
|-----------------|--------------|
| <b>PRONAF A</b> | 5.373.963,50 |
| <b>Custeio</b>  | 711.255,00   |
| <b>Total</b>    | 6.085.218,50 |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002, Sabbato, 2000.

**14- Identificar os locais de gastos dos assentados:** os assentados realizam seus gastos na cidade próxima ao assentamento ou Nos municípios fronteiriços, principalmente aqueles localizados no Estado do Paraná. Identificou-se que o comércio de Teodoro Sampaio também é objeto de interesse dos assentados, pois seus preços são competitivos em relação com as outras praças. Praticamente todos os assentados

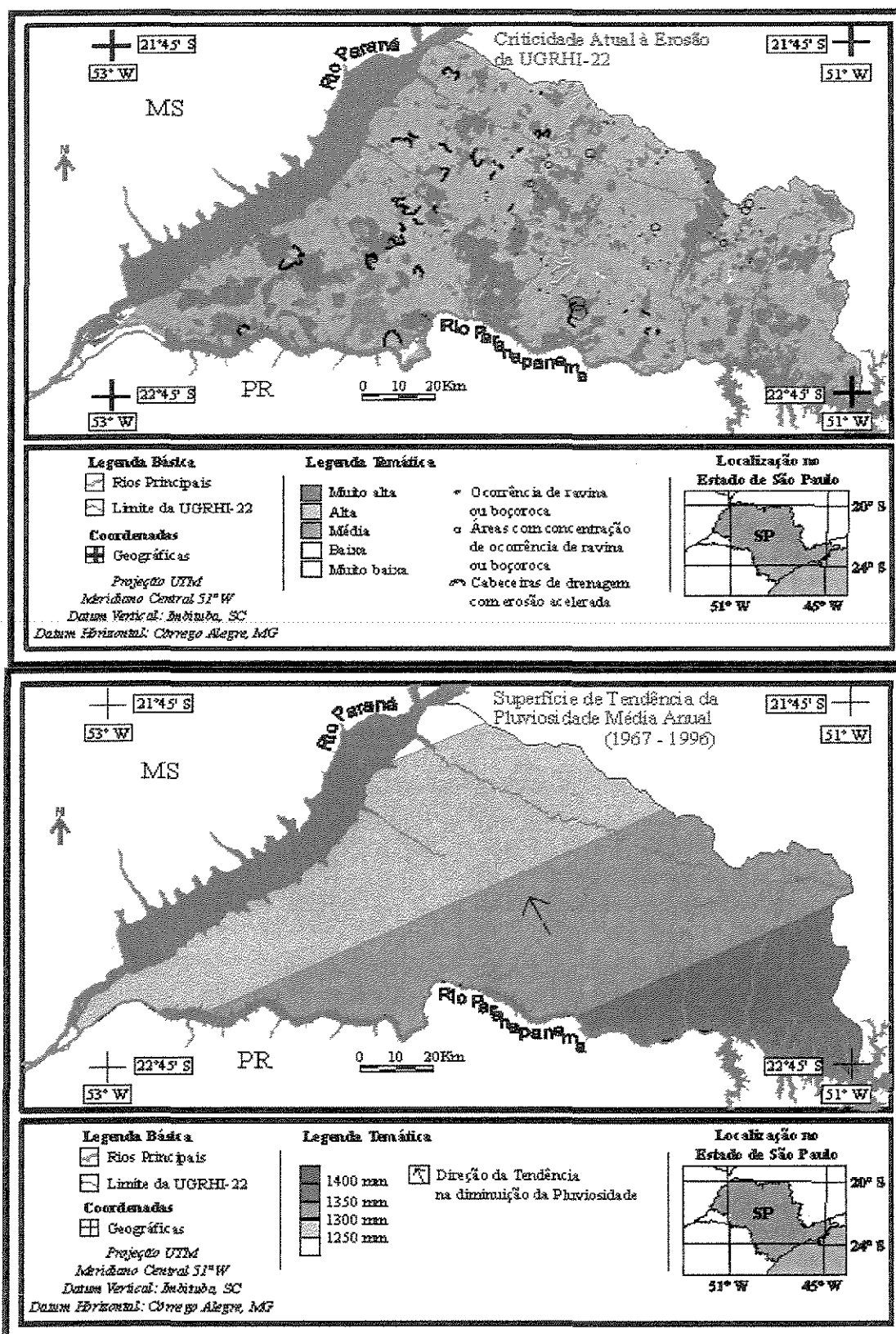
desse município e do entorno realizam seus gastos de alimentação, vestuário e parte dos insumos no comércio de Teodoro Sampaio.

## Geomorfologia e Pedologia do Pontal do Paranapanema



Fonte: Meneguete, A – Atlas interativo do Pontal do Paranapanema, [www.prudente.unesp.br/atlaspontal](http://www.prudente.unesp.br/atlaspontal)

## Erosão e Pluviosidade do Pontal do Paranapanema



Fonte: Meneguete, A – Atlas interativo do Pontal do Paranapanema, [www.prudente.unesp.br/atlaspontal](http://www.prudente.unesp.br/atlaspontal)